



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA TERRA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



RENAN CALDAS GALHARDO AZEVEDO

O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL PARA ALÉM DO LUGAR DE TRABALHO:
AS DIFERENTES PERSPECTIVAS SOBRE A MEMÓRIA NO CONTEXTO DA
CIA. NACIONAL DE TECIDOS NOVA AMÉRICA – RJ.

Rio de Janeiro

2022

RENAN CALDAS GALHARDO AZEVEDO

O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL PARA ALÉM DO LUGAR DE TRABALHO:
AS DIFERENTES PERSPECTIVAS SOBRE A MEMÓRIA NO CONTEXTO DA
CIA. NACIONAL DE TECIDOS NOVA AMÉRICA – RJ.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Winter Ribeiro.

Rio de Janeiro

2022

CIP - Catalogação na Publicação

AA994p Azevedo, Renan Caldas Galhardo
 O Patrimônio Industrial para além do lugar de
trabalho: as diferentes perspectivas sobre a memória
no contexto da Cia. Nacional de Tecidos Nova
América - RJ / Renan Caldas Galhardo Azevedo. --
Rio de Janeiro, 2022.
 137 f.

 Orientador: Rafael Winter Ribeiro.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa
de Pós-Graduação em Geografia, 2022.

 1. Nova América. 2. Lugar de Memória Operária. 3.
Patrimônio Industrial. 4. Geografia. I. Ribeiro,
Rafael Winter, orient. II. Título.



UFRJ
Programa de
Pós-Graduação
em Geografia
22°51'S, 43°14'W

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CCMN – INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA

607ª ATA DE EXAME DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Defesa realizada às 9h30min horas do dia 01 de abril de 2022.

Candidato(a): **Renan Caldas Galhardo Azevedo**

Defesa versando sobre: **“O Patrimônio Industrial Para Além do Lugar de Trabalho: as diferentes perspectivas sobre a memória no contexto da Cia. Nacional de Tecidos Nova América – RJ.”.**

Banca examinadora aprovada pelo Coordenador de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências. O (a) Candidato(a) foi considerado(a): Aprovado _____

(Aprovado ou Reprovado) pela banca examinadora. Encerrados os trabalhos, o (a) Presidente da banca examinadora lavrou a Ata.

Parecer final da banca:

(Indicação de moções; recomendações; modificações, com **prazo máximo de 60 dias** e verificação posterior do orientador)

A banca ressalta a qualidade do trabalho e recomenda a publicação de artigos a partir da pesquisa desenvolvida.

Dr.(a) Rafael Winter Ribeiro
Presidente da banca orientador(a) Prof.(a) Dr.(a)
Dr.(a) Dirceu Rogério Cadena de Melo Filho
Dr.(a) Nilton Abranches Junior
(Banca realizada por videoconferência)

Documento assinado digitalmente
gov.br Rafael Winter Ribeiro
Data: 01/04/2022 12:07:59-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Renan Caldas Galhardo Azevedo
(videoconferência)

Este trabalho é dedicado ao operariado da Nova América e a todos os seres carnis e espirituais que me ajudaram na produção deste estudo no contexto da pandemia do novo coronavírus. Em tempo: em memória de Manoel Lourenço de Azevedo e Guerino Galhardo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Umbanda pela produção deste trabalho. Sem a presença da Umbanda em minha vida jamais conseguiria iniciar, permanecer e finalizar esta pesquisa. Logo, não poderia deixar de agradecer imensamente à Yemanjá, a Xangô, aos Guias que me regem, a todos os Orixás e Guias dessa religião que me abraçaram em momentos de dificuldade e que me fizeram chegar tão longe por meio de seus aconselhamentos e orientações. Se cheguei até aqui, a Umbanda também chegou e faz parte deste trabalho.

Em segundo lugar, agradeço aos meus familiares e amigos(as) que permitiram com que eu pudesse produzir este estudo. Agradeço imensamente aos meus pais, Lúcia Azevedo e Renato Azevedo, e minha irmã, Izabela Azevedo, por todo o suporte físico, emocional e por toda compreensão da difícil labuta que é ser pesquisador no Brasil. Agradeço também ao meu tio, Luiz, minha avó, Vera, e à Adriane Lima Pinho, minha companheira, amante e amiga, que não nega ajuda e está sempre presente em minha jornada acadêmica, seja dando conselhos ou mesmo brigando para que eu não desista. Te amo! Por fim, agradeço aos amigos André Xavier, Luiz “Pereira” e todos os professores(as) do Pré-Vestibular Comunitário São José. Sem ajuda dessa instituição desde o meu vestibular este trabalho jamais existiria.

Em terceiro lugar, agradeço imensamente aos profissionais das instituições públicas presentes no Estado do Rio de Janeiro nas quais estudei durante a minha vida e que confiaram em mim nessa longa jornada de estudos. Assim, agradeço aos professores(as) e demais profissionais da E. M. Suécia, E. M. Maranhão, C. E. Dom Hélder Câmara, Pré-Vestibular Comunitário São José, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Aqui, também aproveito para agradecer aos grupos de pesquisa GEOCORPO, da UERJ, e GEOPPOL, da UFRJ, por todos os ensinamentos e trocas obtidas ao longo dos últimos anos. Experiências importantes e valiosas em minha caminhada.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG – UFRJ) pelo apoio científico e financeiro para a produção deste estudo. Nesse momento é preciso ressaltar: o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Em inglês: “This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”.

RESUMO

No presente trabalho buscamos entender qual é a relação existente entre os lugares de memória operária da Cia. Nacional de Tecidos Nova América, antigo bem industrial recentemente reconhecido como Patrimônio Cultural Carioca pela Prefeitura do Município do Rio de Janeiro – RJ. O conceito de lugar de memória operária surge nos estudos de Madeleine Rébérioux com o intuito de se identificar diferentes recortes espaciais ligados ao passado e à memória de Patrimônios Industriais. A metodologia para a produção deste trabalho consistiu em: consultas aos acervos documentais existentes no Município do Rio de Janeiro – RJ, entrevistas com moradores locais e trabalhos de campo que pudessem fornecer dados acerca do passado do bem tombado, que é o foco de nossa pesquisa. Como resultado, nosso estudo conseguiu demonstrar que os lugares de memória operária da Nova América ainda existem e apresentam certa fluidez, diferentemente da proposição inicial do conceito de lugar de memória operária proposto por Rébérioux. Nesta perspectiva, os espaços da fábrica interpretados enquanto lugares de trabalho também devem ser entendidos enquanto lugares simbólicos de luta e militância operária. O mesmo ocorre com os lugares de sociabilidade nova-americanos. Uma perspectiva que auxilia no entendimento de que diferentes recortes espaciais relacionados a um único bem tombado podem ter múltiplos sentidos e significados. Interpretação esta que demonstra a importância da Geografia para a temática dos Patrimônios Industriais.

Palavras-chave: Nova América; Lugar de Memória Operária; Patrimônio Industrial; Geografia.

ABSTRACT

In the present work we seek to understand the relationship between the places of working memory of Cia. Nova América National Fabric, former industrial asset recently recognized as Carioca Cultural Heritage by the City Hall of the Municipality of Rio de Janeiro – RJ. The concept of working memory place appears in the studies of Madeleine Rébérioux in order to identify different spatial cuts linked to the past and the memory of Industrial Heritage. The methodology for the production of this work consisted of: consultations with existing documentary collections in the Municipality of Rio de Janeiro – RJ, interviews with local residents and fieldwork that could provide data about the past of the heritage site that is the focus of our research. As a result, our study was able to demonstrate that the places of working memory in New America still exist and present a certain fluidity, unlike the initial proposition of the concept of place of working memory proposed by Rébérioux. In this perspective, the factory spaces interpreted as places of work must also be understood as symbolic places of struggle and workers' militancy. The same is true of New American places of sociability. A perspective that helps to understand that different spatial cuts related to a single listed property can have multiple meanings and meanings. This interpretation demonstrates the importance of Geography for the theme of Industrial Heritage.

Keywords: Nova América; Place of Working Memory; Industrial Heritage; Geography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista aérea da Cia. Nacional de Tecidos Nova América	p. 53
Figura 2 – Os novos elementos na paisagem ao redor da antiga fábrica	p. 57
Figura 3 – A chaminé da fábrica e um dos prédios da mais recente expansão	p. 58
Figura 4 – Corredor onde fica o memorial interno da fábrica	p. 59
Figura 5 – Os pontos da linha do tempo e suas descrições no memorial interno da fábrica	p. 60
Figura 6 – O segundo memorial com as máquinas expostas e informações em suas bases	p. 61
Figura 7 – Placa na base de uma das máquinas existentes no memorial externo	p. 61
Figura 8 – Rua do Rio	p. 62
Figura 9 – Capa do primeiro Boletim Nova América	p. 72
Figura 10 – Entrevista na Coluna “Velha Guarda”	p. 73
Figura 11 – “Comissão de Prevenção de Acidentes” no Boletim Nova América	p. 74
Figura 12 – “Departamento Médico”, coluna presente no Boletim Nova América	p. 77
Figura 13 – “Páginas Femininas”, coluna presente no Boletim Nova América	p. 78
Figura 14 – Projeto da Cidade Jardim Nova América com a presença da fábrica Nova América na parte sudeste da planta e a AANA, retângulo maior, no extremo norte da planta	p. 82
Figura 15 – Planta das casas projetadas na Cidade Jardim Nova América presente no Boletim Nova América	p. 84
Figura 16 – Casas construídas na Cidade Jardim Nova América presentes no Boletim Nova América	p. 85
Figura 17 – Visitadora Social encontrando uma operária em seu lar (esquerda) e ordenando os móveis de sua casa na Cidade Jardim Nova América (direita), imagens publicadas no Boletim Nova América	p. 87
Figura 18 – Greve de 1931	p. 90
Figura 19 – Assembleia de greve dos operários da Nova América na União dos Operários em Fábrica de Tecidos	p. 91
Figura 20 – Capa do jornal A Manhã, Rio de Janeiro, 13 de julho de 1935	p. 93
Figura 21 – Reunião do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro na AANA	p. 96
Figura 22 – Antiga AANA, hoje Gedeon Fitness Club	p. 100
Figura 23 – Comparativo entre o projeto da antiga Cidade Jardim Nova América (esquerda) e o atual arruamento na mesma localidade (direita)	p. 102
Figura 24 – Planta das casas planejadas da Cidade Jardim Nova América presente na coluna no Boletim Nova América e, ao lado, telhado similar à planta ainda existente na rua Mark Sutton, em Inhaúma	p. 103

Figura 25 – Uma das casas que compunham à Cidade Jardim, na esquina da rua Guapitanga com rua Cuité, hoje não mais existente	p. 106
Figura 26 – Associação Atlética Nova América antes de ser transformada em um clube para atividades desportivas (acima) e já transformada (abaixo)	p. 107
Figura 27 – Parte da frente do Salão Azul, fundos da antiga AANA (hoje Gedeon Fitness Club), com um muro que não permite ver o imóvel	p. 108
Figura 28 – Vista lateral do Salão Azul (AANA)	p. 109
Figura 29 – Festividade no interior do Salão Azul, na AANA, no contexto dos anos 1950	p. 110
Figura 30 – Escola Municipal Domingos Bebbiano (esquerda), prédio anexo à AANA (ao fundo, à direita)	p. 110
Figura 31 – Uma das turmas da Escola Municipal Domingos Bebbiano, antiga Escola Nova América, em 1978	p. 111
Figura 32 – Outra turma da Escola Municipal Domingos Bebbiano, antiga Escola Nova América, no início dos anos 1980	p. 112
Figura 33 – Escola Municipal Nicolau Antonio Taunay (no centro, ao fundo), presente no interior da antiga Cidade Jardim Nova América	p. 112
Figura 34 – Casa com janelas de madeira (esquerda) e formas que se assemelham à do Boletim Nova América	p. 114
Figura 35 – Casa com janelas e portas de madeira (direita) contendo tijolinhos em sua coluna	p. 115
Figura 36 – Coluna da casa composta por tijolinhos que se assemelham à fachada da Nova América	p. 116
Figura 37 – Sr. Oliveira ensinando artes marciais para outros operários no espaço exterior da AANA	p. 118
Figura 38 – Sr. Oliveira ensinando artes marciais para outros operários no Salão Azul da AANA	p. 118
Figura 39 – Casamento do casal Oliveira, operários da Nova América, no Salão Azul da Associação	p. 119
Figura 40 – Celebração do casamento do casal Oliveira, operários da Nova América, no Salão Azul da Associação Atlética Nova América	p. 119
Figura 41 – Possível Circuito Industrial da Nova América	p. 123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AANA	Associação Atlética Nova América
AGCRJ	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
BANERJ	Banco do Estado do Rio de Janeiro
BN	Fundação Biblioteca Nacional – Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
DOEMRJ	Diário Oficial Eletrônico do Município do Rio de Janeiro
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro
IRPH	Instituto Rio Patrimônio da Humanidade
SEDREPAHC	Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico-Cultural da Cidade do Rio de Janeiro
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SICOP	Sistema Único de Controle de Protocolos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
TICCIH	The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	p. 13
2	ENTRELAÇAMENTOS ENTRE O ESPAÇO URBANO E A MEMÓRIA NO CONTEXTO DA GEOGRAFIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	p. 18
2.1	A Geografia e seu entendimento sobre o espaço urbano	p. 18
2.2	A memória e os estudos sobre Patrimônios	p. 23
2.3	A Geografia e os estudos sobre Patrimônios no contexto urbano	p. 26
3	ENTRE A GEOGRAFIA E O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: O LUGAR DE MEMÓRIA OPERÁRIA ENQUANTO VIA DE ANÁLISE DE BENS INDUSTRIAIS TOMBADOS NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA	p. 30
3.1	Da Revolução ao Patrimônio Industrial	p. 30
3.2	O Patrimônio Industrial e o seu estudo pela Geografia	p. 36
3.3	O Patrimônio Industrial e o seu estudo pela Geografia brasileira	p. 38
3.4	Definições acerca do Lugar de Memória	p. 39
3.5	O Lugar de Memória Operária e seu uso pela Geografia: uma via de análise espacial sobre bens industriais tombados	p. 44
4	A CIA. NACIONAL DE TECIDOS NOVA AMÉRICA E SEUS LUGARES DE MEMÓRIA OPERÁRIA: UMA PERSPECTIVA PARA ALÉM DO LUGAR DE TRABALHO	p. 50
4.1	A Cia. Nacional de Tecidos Nova América: gênese, queda e renascimento	p. 50
4.2	Como a memória da Nova América é atualmente trabalhada? Introduzindo a perspectiva do lugar de memória operária no contexto nova-americano	p. 58
4.3	Os espaços e as práticas da ordem e do controle: os lugares de sociabilidade nova-americanos	p. 65
4.4	Espaços de estratégias e de resistência: os lugares de luta da Nova América	p. 88
5	OS LUGARES DE MEMÓRIA OPERÁRIA NOVA-AMERICANA NO ATUAL CONTEXTO SUBURBANO CARIOCA	p. 99
5.1	Em busca da A.A.N.A. e da Cidade Jardim Nova América	p. 99
5.2	Estabelecendo relações e tecendo propostas	p. 120
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 126
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p. 130

1 INTRODUÇÃO

Diferentes conceitos fizeram e ainda fazem parte do escopo dos estudos e das pesquisas produzidas pela ciência na qual hoje denominamos Geografia. Segundo Souza (2016), os conceitos-chave utilizados por essa ciência são ferramentas importantes para os estudos por ela desenvolvidos, visto que auxiliam seus pesquisadores(as) na tentativa de interpretar o seu grande objeto de estudo, o espaço geográfico, em diferentes perspectivas de análise. Souza também argumenta em seu trabalho que a existência de conceitos-chave na ciência geográfica faz-se necessária porque são como tijolos de um grande edifício, sendo capazes de dar estrutura e visibilidade à própria disciplina (Ibidem, 2016).

Não muito diferente de Souza, Corrêa também indica que a existência e o uso de conceitos-chave na Geografia são importantes, uma vez que são:

Capazes de sintetizarem [...] o ângulo específico com que a sociedade é analisada, ângulo que confere à Geografia a sua identidade e a sua autonomia relativa no âmbito das Ciências Sociais (CORREA, 2014 [1995], p. 16).

É nesta perspectiva que espaço, paisagem, território, lugar e região – sendo adicionados também, em alguns casos, rede e escala geográfica¹ – são considerados conceitos-chave utilizados pela Geografia em suas análises espaciais. Conceitos que visam contribuir para a identidade, a visibilidade e a autonomia daquela perante as demais ciências e áreas do conhecimento atualmente existentes.

Entretanto, há pesquisadores(as) inseridos na Geografia que preferem não determinar a existência desta última subordinada a conceitos. O argumento utilizado pelos defensores desse ponto de vista é o de que o uso daqueles por geógrafos(as) pode limitar o campo de atuação da disciplina, seja nos estudos provenientes de sua vertente “física”, seja nas pesquisas produzidas por sua outra vertente denominada “humana”. De acordo com Costa e Rocha (2010, p. 41):

Faz-se necessário realçar que não há convergência absoluta entre os estudiosos em relação à quais são os conceitos geográficos. Nem mesmo existe consentimento sobre a sua descrição, pois cada um encontra sua explicação de acordo com o paradigma no qual está incluso.

Há também aqueles(as) que, filiados(as) à Geografia, acreditam que esta ciência deva estudar o espaço geográfico de forma a entendê-lo somente sob a alçada do tempo presente, ou seja, o recorte temporal de atuação da Geografia, independente do caso, deve ser

¹ Como pode ser percebido por meio da obra de CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R.L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

exclusivamente o presente. Qualquer tentativa de estudos ou trabalhos por parte de geógrafos(as) que envolvam, por exemplo, o passado, por mais que tenham como foco o espaço geográfico, não deveriam ser interpretados como algo a ser trabalhado pela Geografia (ABREU, 1998).

Apesar dos fatos, na pesquisa que aqui se apresenta entende-se que tanto o uso de conceitos em geral, assim como a abordagem sobre o tempo (principalmente com relação ao passado) são importantes de serem utilizadas pela Geografia. Afinal, acreditamos que o uso de conceitos e a produção de análises geográficas sobre o espaço para além do tempo presente permitem com que a disciplina abranja diferentes perspectivas sobre a realidade e seja confrontada a todo momento com novas abordagens sobre o espaço geográfico. Isso traz novos desafios aos seus pesquisadores(as) e faz com que busquem novos entendimentos sobre seus objetos de estudos. Perspectivas que permite com que a disciplina interaja com outras áreas do conhecimento existentes, intercâmbios estes extremamente salutares para a manutenção e o desenvolvimento da Geografia enquanto área científica.

É com o entendimento de que a Geografia possa trabalhar com conceitos e com questões que envolvam o tempo que produzimos o nosso trabalho tendo como ponto de partida o seguinte questionamento: qual é a relação existente entre os lugares de memória operária da Cia. Nacional de Tecidos Nova América? O conceito de lugar de memória operária surge nos estudos de Rébérioux (1992) tendo como base a ideia de lugar de memória de Pierre Nora (1993[1984]). Assim, acreditamos que os lugares de memória operária relacionados ao bem industrial presente em nossa reflexão central são ferramentas capazes de descortinarem diferentes perspectivas sobre o passado do recorte espacial escolhido. Uma ação que demonstra uma espécie de “jogo” de lembrança e esquecimentos por parte das políticas oficiais e dos agentes do mercado que hoje administram a localidade.

A fim de alcançar a resposta para a questão central de nosso estudo, buscaremos responder a algumas questões secundárias que irão compor os capítulos do trabalho aqui desenvolvido. Logo, elencamos como questões secundárias de nosso trabalho as seguintes reflexões: como os estudos sobre bens tombados podem contribuir para o olhar da Geografia sobre o espaço urbano? De que forma a noção de Patrimônio Industrial surge e vem sendo abordada pela Geografia? O conceito de lugar de memória operária, de Rébérioux (1992), é uma via por onde a Geografia possa estudar os antigos bens industriais? Sendo uma via, quais são os lugares de memória operária da antiga Cia. Nacional de Tecidos Nova América e o que eles revelam com relação à antiga fábrica tombada?

Após a apresentação das questões, é importante pontuarmos os objetivos de nosso trabalho. Nessa perspectiva, o objetivo central de nosso estudo é analisar a relação existente entre os lugares de memória operária da Nova América. Os objetivos específicos de nossa pesquisa são: demonstrar como a noção de Patrimônio Cultural ajuda na interpretação do espaço urbano no contexto da Geografia; identificar como a Geografia aborda os Patrimônios Industriais em seus estudos; compreender como o conceito de lugares de memória operária pode ser utilizado na Geografia; identificar os lugares de memória operária da Nova América e analisar as suas possíveis relações existentes; por fim, desenvolver um projeto objetivando a criação de um circuito industrial que contemple os diferentes espaços além da fábrica entendidos como lugares de memória operária da Nova América.

A justificativa para esta pesquisa reside na importância da Nova América para o Rio de Janeiro e a ausência de trabalhos sobre a fábrica, principalmente em uma perspectiva que abranja leituras sobre o seu passado. Conforme apontaremos neste estudo, bens industriais tombados podem ser vistos de diferentes formas possíveis, não sendo observados somente sob a ótica do trabalho, tal qual ocorre hoje na localidade. De acordo com o *The International Committee for The Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH, 2003), outros elementos associados aos Patrimônios Industriais podem ser explorados no contexto da preservação de bens produtivos, tudo de modo que a cultura industrial e a memória local estejam ao alcance de todos aqueles que desejam conhecer melhor os antigos espaços produtivos.

A metodologia para a produção desta pesquisa consistiu, em um primeiro momento, na busca pela identificação de referências bibliográficas a fim de responder à questão central de nosso estudo e as questões secundárias que norteiam os capítulos do trabalho aqui proposto. Após, nos debruçamos sobre os acervos documentais presentes no Município do Rio de Janeiro (em especial, sobre os arquivos presentes nos acervos da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil e no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro) buscando identificar quais documentos foram guardados visando funcionar como lugares de memória. Depois verificamos a espacialidade atual dessas indicações. Com os dados encontrados e os espaços localizados decidimos conversar, por meio das redes sociais, com os moradores(as) locais de modo a confirmar as informações encontradas nos acervos. Não dispensamos para isso o uso de entrevistas *on-line*, uma das poucas alternativas encontradas por nós frente ao desafio de se fazer ciência no contexto da pandemia do novo coronavírus. Por fim, fizemos um trabalho de campo a fim de fotografar os possíveis elementos ainda existentes associados à Nova América, elementos estes citados tanto por documentos como pelas entrevistas com moradores locais. Depois de todas as

etapas citadas serem concluídas nos dedicamos à escrita deste trabalho buscando responder à questão central de nosso estudo.

Aqui salientamos que, apesar do pequeno parágrafo anterior sobre a metodologia, esta última será constantemente revisitada por nós durante os capítulos, de forma mais aprofundada e com o objetivo de retirar quaisquer dúvidas existentes ao leitor(a).

De modo a complementar a informação disposta nos parágrafos anteriores, é mister notar que a epidemia do novo coronavírus, deflagrada durante a produção deste estudo, fez com que o trabalho aqui disposto necessitasse de diferentes intervenções para que pudesse ser concluído. Logo, a proposta inicial deste estudo teve de ser alterada inúmeras vezes, tudo a fim de que este trabalho pudesse ser produzido da forma mais ética e cientificamente possível. O desafio de não poder fazer consultas a acervos documentais e nem mesmo de poder contar com trabalhos de campo com a participação de pessoas (devido ao período da pandemia) inviabilizou algumas das etapas pré-programadas por nós para a produção deste estudo, sendo todas substituídas por outras que garantiram a segurança de todos.

Tendo todas as informações já apresentadas, podemos fornecer mais dado sobre a estrutura do trabalho aqui disposto. Sendo composto por quatro partes, o capítulo que abre o nosso estudo visa demonstrar, de forma breve, como a noção de Patrimônio Cultural ajuda na interpretação do espaço urbano no contexto da Geografia. Assim, faremos um breve estado da arte sobre os conceitos de espaço urbano, memória e Patrimônio no contexto da Geografia e demonstraremos como esta ciência vem abordando tal temática em seu estudo.

Em sequência, no segundo capítulo, buscaremos identificar o que são os Patrimônios Industriais, como eles são estudados pela Geografia (tanto nacional como internacional) e de que forma o conceito de lugar de memória operária construído por Rébérioux (1992) pode ser interpretado como uma via por onde a disciplina possa analisar antigos espaços produtivos tombados. Este capítulo é de suma importância para a construção desta pesquisa, já que abre caminhos para que possamos dar prosseguimento aos capítulos posteriores.

Entendendo a importância do capítulo 2, no nosso terceiro capítulo, de forma diferente, nos debruçaremos sobre a Cia. Nacional de Tecidos Nova América. Assim, apresentaremos a sua origem, sua história de formação (enquanto entre privado) e identificaremos os seus lugares de memória operária por meio da consulta aos acervos documentais presentes no Município do Rio de Janeiro – RJ.

Por fim, no último capítulo, apresentaremos a atualidade dos lugares de memória da Nova América, seus usos e o que revelam sobre o passado e o presente do bem tombado. Complementarmente, buscaremos construir um circuito geográfico ligando os lugares de memória operária da Nova América. A intenção desse projeto é a de auxiliar na valorização da memória e da cultura operária / industrial da fábrica presente em nosso estudo. Por conseguinte, valorizar a cultura operária / industrial do Rio de Janeiro – RJ e garantir um retorno da Academia para a comunidade onde ainda hoje residem ex-operários(as) da fábrica de Tecidos Nova América.

Sem mais delongas, iniciamos o nosso trabalho.

2 ENTRELAÇAMENTOS ENTRE O ESPAÇO URBANO E A MEMÓRIA NO CONTEXTO DA GEOGRAFIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O capítulo inicial de nosso estudo tem por objetivo entender como a noção de Patrimônio Cultural ajuda na interpretação do espaço urbano no contexto da Geografia. Assim, faremos uma breve exposição ou, se preferir, um estado da arte sobre o tema, buscando relacionar os conceitos de espaço urbano, memória e Patrimônio no contexto da ciência geográfica. Com este levantamento demonstraremos como a Geografia vem abordando a relação anteriormente citada em seus trabalhos e pesquisas no seu amplo universo de estudos dentro da Academia.

2.1 A Geografia e seu entendimento sobre o espaço urbano

Os antigos espaços produtivos hoje reconhecidos como Patrimônios Industriais são formas espaciais que, na maior parte dos casos, estão diretamente ligadas com aquilo que a Geografia define em seus estudos e pesquisas como sendo a cidade ou o espaço urbano. Sabendo da importância desses antigos bens, é importante que iniciemos este trabalho indagando: como a noção de Patrimônio Cultural ajuda na interpretação do espaço urbano no contexto da Geografia? Para essa reflexão é importante que apontemos o que venha ser o espaço urbano e a noção de Patrimônio para, então, avançarmos sobre a reflexão anteriormente levantada.

Com relação ao primeiro termo, o geógrafo Milton Santos nos diz que o espaço urbano pode ser entendido em consonância com a própria definição de espaço geográfico: um produto resultante da ação de diferentes agentes ou atores sociais em conformidade com o tempo. Nesta perspectiva, é composto por diversos fixos e fluxos, elementos espaciais concretos e/ou abstratos, que carregam consigo temporalidades e intencionalidades diversas, características estas que podem ser observadas em um mesmo momento em uma determinada localidade. Segundo o autor:

O espaço urbano reúne áreas com os mais diversos conteúdos técnicos e socioeconômicos [...] A paisagem urbana reúne e associa pedaços de tempo materializados de forma diversa, autorizando comportamentos econômicos e sociais diversos (SANTOS, 2017 [1996], p. 308).

Sendo resultado de diferentes ações por parte daqueles que figuram entre seus componentes, Santos chega a afirmar que o espaço urbano é “um lugar de ebulição permanente” (SANTOS, 2014 [1988], p. 60), tendo em vista a quantidade de agentes ou atores sociais existentes naquele buscando imprimir as suas vontades particulares frente às demais. Dessa forma, é constituído por diferentes formas e funções, atuais e antigas, que fazem com que seja composto por diversos tipos de técnicas e apresentem diferentes tipos de rugosidades (SANTOS, 2012 [1978]).

Em consonância com a interpretação adotada pelo pesquisador anterior, a geógrafa Maria Encarnação Beltrão Spósito, em uma de suas obras sobre o processo de urbanização, interpreta o espaço urbano como sendo resultado de um processo histórico acumulativo impulsionado, sobretudo, pela industrialização ocorrida em diferentes localidades ao longo dos últimos séculos. Um fato que faz com que o espaço urbano atualmente seja bastante associado ao próprio sistema econômico capitalista, mas que não devem ser confundidos com este último. Usando cidade e espaço urbano como sinônimos, assim como Santos, a autora nos diz que:

Não vamos cair na confusão de identificar a cidade com o capitalismo, porque este modo de produção também está no campo e só é possível de se reproduzir através do aumento da articulação entre a cidade e o campo. A cidade é o lugar onde se concentra a força de trabalho e os meios necessários à produção em larga escala – a industrial, e, portanto, é o lugar da gestão, das decisões que orientam o desenvolvimento do próprio modo de produção, comandando a divisão territorial do trabalho e articula a ligação entre as cidades da rede urbana e entre as cidades e o campo (SPÓSITO, 2017 [1988], p. 64).

Para Ana Fani Carlos (2015 [1992]), geógrafa contemporânea de Santos e Spósito, o espaço urbano é uma produção humana marcada pelo trabalho, pelo tempo, pela experiência cotidiana de cada um daqueles que estão nas cidades. Tudo sem nunca estar, de fato, finalizado. Assim, é constituído por heterogeneidades sociais presentes em suas formas e essências, todas provenientes de processos históricos que ainda hoje se fazem presente nestes espaços. Segundo a autora:

A cidade é uma realização humana, produto e obra, por isso tem a dimensão do movimento da vida humana. Diferencia-se do campo não apenas pelas atividades, mas enquanto construção / realização de um espaço que se distancia da natureza, sem, contudo, perder sua dimensão natural. A cidade, através do trabalho humano, transforma-se constantemente e, como decorrência, modifica a vida do cidadão, seu cotidiano, suas perspectivas, desejos e necessidades, transforma as relações com o outro e suas relações com a cidade redefinindo as formas de apropriação e o modo de reprodução do espaço [...] A vida urbana se acentua e se reforça através de múltiplas contradições e aponta para um urbano em constante realização. A cidade

espelha esse fato; ela não está pronta e acabada. Nela parece evitar-se o cunho definitivo (CARLOS, 2015 [1992], p. 90-91).

Não muito diferente dos autores(as) anteriores, Roberto Lobato Corrêa, um dos mais importantes geógrafos brasileiros em atividade no momento, também interpreta o espaço urbano de forma processual, onde diferentes agentes ou atores sociais convivem em conjunto e tentam imprimir sobre o recorte em voga suas lógicas particulares e/ou distintas de atuação. Como resultado:

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos de terra justapostos entre si. [...] Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado. Mas o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável (CORRÊA, 1989, p. 7).

Fragmentado e articulado, essas são as primeiras características do espaço urbano citadas pelo autor, mas que não se encerram nelas mesmas. Ainda segundo Corrêa, existem outras interpretações sobre o espaço urbano:

Eis o que é o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais. É este o nosso objeto de estudo (Ibidem, 1989, p. 9).

Assim, Corrêa também vê o espaço urbano em consonância com o próprio espaço geográfico: heterogêneo, sendo composto por diferentes agentes ou atores sociais, onde diversos processos históricos ocorreram e ainda ocorrem. Entretanto, diferente daqueles, o autor objetiva evidenciar também a perspectiva de se entender o espaço urbano enquanto um “conjunto de símbolos”. Uma interpretação que visa um olhar sobre as cidades buscando seus simbolismos e significados. Algo que faz com que o espaço urbano seja analisado sob a ótica tanto da cultura como de seus elementos ligados ao passado.

Quanto à primeira perspectiva, a cultural, Corrêa se debruça sobre o tema em diferentes momentos de sua trajetória acadêmica. De acordo com o próprio autor, a Geografia vem se dedicando mais a tal relação com o passar do tempo. Tudo por meio de pesquisas que envolvem a análise cultural urbana de: toponímias, paisagens, formas simbólicas espaciais, a identidade cultural de certos grupos sociais inseridos em cidades, dentre outros tipos de estudos (CORRÊA, 2003[2014], 2006 e 2018). A quantidade de pesquisas hoje existentes sobre essa relação, inseridas no campo da Geografia Cultural, demonstram o quanto esta via de pesquisa

se consolidou na disciplina nas últimas décadas, reforçando a ideia de que o espaço urbano pode ser interpretado ou lido na Geografia sob o viés cultural.

Entretanto, quando traz em seus escritos a perspectiva de se observar uma possível relação entre o passado e o espaço urbano no contexto da Geografia, o pesquisador demonstra que ainda existem limitações neste tipo de abordagem no seio da disciplina. Mais exatamente em seu artigo intitulado “O interesse do geógrafo pelo tempo”, Corrêa (2018) aponta as diferentes perspectivas de se olhar para o passado no contexto das pesquisas geográficas, sendo que duas destas dialogam mais diretamente com o espaço urbano: a ideia de herança e a de memória.

Segundo Corrêa, a primeira consiste na investigação de elementos remetentes ao passado que permanecem cristalizados sobre o espaço geográfico, ou seja, elementos espaciais antigos que ainda hoje estão presentes em diferentes localidades urbanas. Por serem mais resistentes à mudanças ou mesmo serem recortes espaciais de difícil modificação, tais formas se tornam símbolos do passado que ainda hoje se mantêm ativos, seja por ainda permanecerem com suas funções iniciais ou mesmo por terem sido alvo do processo denominado pelo estudioso de refuncionalização espacial. De acordo com o autor:

A refuncionalização espacial traduz-se na existência de formas espaciais criadas no passado e exercendo funções no presente. É o resultado de processos pretéritos que não mais atuam sobre as formas espaciais por eles criadas. Estas passam a realizar funções no presente, sendo assim, refuncionalizadas. Deste modo o passado inscreve-se em outra temporalidade por meio de formas espaciais de tempos pretéritos. A refuncionalização espacial é possível em razão da flexibilidade funcional de certas formas, que permitem readaptações funcionais rápidas e pouco custosas (CORREA, 2016, p. 131).

Independente do caso, o caminho mais comum para estas formas converte-se no reconhecimento enquanto Patrimônio pelo apelo que possuem para com o passado das localidades em que estão inseridas. Uma perspectiva que abrange antigas formas espaciais urbanas.

Com relação às pesquisas que versam sobre a memória, de forma diferente, Corrêa nos diz que existem estudos sobre o tema na Geografia, sendo estes normalmente associados à algum conceito utilizado na disciplina, como o de paisagem. Entretanto, de acordo com o autor: “A memória do espaço [...] não tem se constituído em tema importante para o geógrafo que, ao considerar o tempo, privilegia outras vias de análise” (CORRÊA, 2018, p. 41). Logo, o autor demonstra que, por mais que a Geografia já explore a possível relação entre a memória e o

espaço geográfico, a disciplina ainda carece de pesquisas que visem tal associação. Um fato que contempla também as pesquisas sobre o espaço urbano na disciplina, conforme apontado por outro autor: Maurício de Abreu.

Sendo pertencente à Geografia Histórica e envolvido em estudos com relação ao passado do espaço urbano brasileiro, Maurício de Abreu demonstrou em seus escritos que existia uma rarefeita produção acadêmica na Geografia para com relação ao passado das cidades. Sobretudo com relação aos estudos que tinham como foco uma possível associação entre a memória e o espaço urbano. Segundo o autor:

A geografia tem muito a contribuir para a discussão e recuperação da memória das cidades, da memória dos lugares. Para que essa contribuição seja efetiva, é importante, entretanto, que algumas barreiras intradisciplinares que dificultam-na sejam superadas [...] Obrigada a tratar unicamente do presente, a contribuição que a geografia vem dando ao resgate da memória das cidades tem sido bastante limitada (ABREU, 1998, p. 91-92).

O fragmento acima expressa uma realidade ingrata na disciplina, na qual barreiras intradisciplinares impediram (e ainda impedem) avanços nas pesquisas sobre o tema. Afinal, a perspectiva de tornar a Geografia uma “ciência do presente” (ABREU, 2000), trabalhando exclusivamente na “interpretação do presente dos lugares” (ABREU, 1998, p. 95), influenciou bastante na argumentação de que geógrafos(as) não deveriam abordar temas que envolvessem uma possível relação entre o espaço geográfico e o passado, o que inclui a perspectiva de se abordar a própria ideia de memória na disciplina.

Baseados no pensamento de Immanuel Kant, alguns dos primeiros pesquisadores da ciência em questão argumentavam que caberia à Geografia estudar o espaço geográfico somente sob a ótica do tempo presente, enquanto seria o papel da História estudar o tempo, principalmente com relação aos fenômenos ocorridos no passado humano. Uma espécie de lei supraorgânica não necessariamente formalizada que pairou sobre a Geografia durante longo período. Uma norma que, segundo Abreu:

Só pode ser explicada pela luta travada pela geografia para afirmar-se na divisão positivista do saber no final do século XIX [...] Uma lei que paradoxalmente ou *pour cause*, teve na geografia francesa [...] os seus maiores guardiões (ABREU, 1998, p. 92).

Afinal, tal normativa:

Generalizou-se entre os geógrafos, mas foi muito maior na França. Ao contrário do que ocorreu em outros países, a batalha pela institucionalização da geografia francesa foi sobretudo uma busca de independência frente à

história, que lograra esse feito antes e insistia que a geografia era uma de suas ciências auxiliares (ABREU, 2000, p. 14).

Esse tipo de abordagem pode ser encontrado na ciência em discussão quando verificamos os escritos produzidos por autores clássicos da disciplina, como Jean Brunhes. Conforme Abreu, para Brunhes: “não havia nada de mau que os geógrafos acompanhassem os reflexos da geografia humana na história, mas fazer geografia era dar conta do presente, não do passado” (Ibidem, 2000, p. 14). Uma argumentação que buscava a afirmação da Geografia perante às demais ciências, principalmente com relação à História, mas que acabou afetando o desenvolvimento da disciplina no que diz respeito aos estudos que envolvam o passado, pois foi “responsável por um atraso considerável na progressão teórica e metodológica da geografia” (CARNEIRO, 2018, p. 2).

E mesmo com o aparecimento de campos de estudos na disciplina dedicados ao passado, como ocorreu a partir do surgimento da Geografia Histórica, tal fato não significou o total reconhecimento de que a ciência em voga nesta parte de nosso trabalho pudesse abarcar diferentes pesquisas que tivessem como foco o passado. Afinal, a própria Geografia Histórica teve:

Um desenvolvimento não-linear dentro da geografia, intercalando momentos de pleno reconhecimento, com outros em que sua prática foi vista como uma excrescência no seio da ciência geográfica (SILVA, 2012, p. 1).

Nesse sentido, conseguimos perceber que, por mais que a Geografia tenha desenvolvido ao longo das últimas décadas diferentes tipos de pesquisas que tiveram como foco o espaço urbano, é possível notar que nem todas as suas camadas de leitura foram ou são exploradas pelos(as) pesquisadores(as) da disciplina.

Nos estudos sobre o passado das cidades, a relação entre o espaço urbano e a memória, por exemplo, se enquadra em uma dessas perspectivas e merece a nossa atenção. Dessa forma, se até aqui conseguimos entender, de certo modo, o que vem a ser entendido ou interpretado como o espaço urbano no contexto da Geografia, incluindo quais são seus principais entendimentos e as suas carências, é importante que entendamos o que vem a ser interpretado enquanto memória. Uma noção que ainda pouco se apresenta nos estudos da disciplina.

2.2 A Memória e os estudos sobre Patrimônios

De forma introdutória, é importante notar que quando falamos de memória aqui, neste

estudo, não falamos dela enquanto algo privado a uma única pessoa, no sentido biológico da palavra, mas da memória que é compartilhada coletivamente por um grupo social e que ajuda a recontar o passado do próprio grupo ou mesmo de uma determinada localidade. Esse tipo de memória é definida por Maurice Halbwachs como memória coletiva, mas que hoje é denominada por diferentes autores(as) como memória social, tendo em vista ser uma construção coletiva das sociedades modernas (GONDAR, 2008). Segundo Burke (2000, p. 70):

Halbwachs afirmou que as memórias são construídas por grupos sociais. São os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é “memorável”, e também como será lembrado. Os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos de importância para seu grupo. “Lembram” muito o que não viveram diretamente. Um artigo de noticiário, por exemplo, às vezes se torna parte da vida de uma pessoa. Daí, pode-se descrever a memória como uma reconstrução do passado.

Além de selecionadas, tais memórias também podem divergir com os fatos ocorridos, pois o passado é, indubitavelmente, “uma terra que nunca conseguiremos conhecer plenamente” (ABREU, 1998 p. 88). Ver o passado por meio da memória significa trabalhar com projeções sobre tempos pretéritos pouco perfeitas, ou seja, algo que nem sempre é totalmente preciso, concreto, que possa ser analisado de forma objetiva. Essa perspectiva é bastante abordada por Lowenthal em seus trabalhos quando nos diz que o passado pode ser entendido enquanto um “país estrangeiro”. Segundo o autor:

Seja ordenado ou casual, o passado lembrado diverge substancialmente da experiência original. Não podemos mais aceitar o ponto de vista de Bergson, de que a função da memória é conservar todo o passado, ou a visão de Penfield, de que cada acontecimento apreendido pode ser reconstituído com precisão. Ao contrário, a passagem do tempo provoca mudança qualitativa da memória, bem como a sua perda. Novas experiências alteram continuamente os esquemas mentais que moldam o que foi previamente lembrado (LOWENTHAL, 1998, p. 101).

Por mais que a memória seja esta espécie de “terreno instável”, jamais consultado por nós de forma plena, é comum que dediquemos espaços a ela devido a sua importância, espaços estes que têm por objetivo a rememoração, em específico, sobre um determinado fato, tema, evento etc. relacionado a uma ou mais pessoas e até mesmo direcionados à memória de uma determinada nação. De acordo com Rossi (2010, p. 23):

O mundo em que vivemos há muito tempo está cheio de lugares nos quais estão presentes imagens que têm a função de trazer alguma coisa à memória. Algumas dessas imagens, como acontece nos cemitérios, nos lembram pessoas que não mais existem. Outras, como nos sacrários ou nos cemitérios de guerra, relacionam a lembrança dos indivíduos à dos grandes eventos ou das grandes tragédias. Outras ainda, como acontecem nos monumentos, nos

remetem ao passado de nossas histórias, à sua continuidade presumível ou real com o presente.

É nesta perspectiva que diversas sociedades passaram a conservar diferentes tipos de bens e recortes espaciais a fim de que pudessem ajudar a recontar a sua própria história, auxiliando na preservação de memórias e a reafirmar a identidade cultural de grupos sociais existentes. Aspectos importantes que levaram à criação do que hoje conhecemos como Patrimônios Culturais.

É verdade que um longo caminho foi percorrido para que a noção de Patrimônio Cultural fosse reconhecida e definitivamente estabelecida em diferentes sociedades. Se desde o século XV os humanistas lutavam pela preservação dos Monumentos Históricos, no entendimento de que eram importantes fontes documentais² que ajudavam a recontar a história das sociedades que os produziram, foi somente com a introdução desta preocupação nas políticas nacionais europeias – entre o final do século XIX e o início do XX – que os Patrimônios Históricos passaram a ser (re)conhecidos e preservados de fato (CHOAY, 2000). Um reconhecimento que penetrou diferentes países ao longo do século XX e que passou a abarcar não somente bens e espaços ligados ao passado de um país, mas também associados à cultura de determinados grupos sociais presentes em diferentes partes do mundo. Movimento este que possibilitou o surgindo em definitivo da noção que hoje entendemos como Patrimônio Cultural (UNESCO, 1972; CHOAY, 2000; FUNARI e PELEGRINI, 2009), permitindo com que novos tipos de bens fossem reconhecidos e tombados, além de auxiliar no reconhecimento de novas noções patrimoniais, como a de Patrimônio Industrial.

Hoje facilmente conseguimos encontrar diferentes tipos de Patrimônios no contexto dos espaços urbanos permitindo com que as cidades possam ser interpretadas enquanto um recorte espacial onde a história e a memória residem, estão presentes. Uma leitura mais próxima da observada por Corrêa (1989) em seus estudos, quando nos diz que o espaço urbano é, dentre diferentes interpretações, um conjunto de símbolos. Neste caso, em especial, os bens tombados são símbolos de um passado não muito distante, auxiliando na interpretação histórica das cidades. São remanescentes espaciais que ajudam a rememorar fatos e eventos ocorridos no passado urbano.

Tendo em vista todos os aspectos apontados por nós até então, é possível dizer que os

² Tanto Choay (2000) como Funari e Pelegrini (2009) argumentam que os pesquisadores da Antiguidade preferiam estudar os Monumentos Históricos porque era menos plausível que estes enganassem àqueles que os estudassem. Bem diferente dos livros, que poderiam ser somente cópias ditas como originais por aqueles que os tinham.

estudos sobre Patrimônios Culturais e sobre outros bens tombados – como os Patrimônios Industriais – no contexto da Geografia já não se configuram enquanto uma tentativa da disciplina em versar sobre a memória das cidades, tal qual Abreu desejava que ocorresse? Acreditamos, desde já, que a resposta seja sim.

2.3 A Geografia e os estudos sobre Patrimônios no Contexto Urbano

Em um primeiro momento é importante pontuar que, de fato, os Patrimônios Culturais (e demais noções correlatas, como a de Patrimônio Industrial) não são objetos de estudos de longa data dos(as) pesquisadores(as) inseridos na Geografia. Uma perspectiva bem diferente da que ocorreu em outras Ciências Humanas, como a História e a Antropologia. Isso se deve, em muito, àquela ideia de que a Geografia deveria nortear seus estudos somente sobre o presente momento do espaço geográfico, tal qual Abreu (1998; 2000) demonstra em seus trabalhos. Assim, é só mais recentemente que os Patrimônios passam a ser objetos de pesquisa da Geografia. De acordo com Melo Filho (2017, p. 15):

Da parte dos próprios geógrafos, também há uma falta de reconhecimento do patrimônio como um objeto de estudo. Apenas após o ano 2000, concomitante a uma afirmação de uma nova noção de patrimônio, surgem pesquisas que consideram os objetos patrimoniais como uma categoria sócio-espacial e que buscam, de maneira geral, compreender como a atribuição de valor a bens materiais ou imateriais transforma diferentes territórios.

Em concordância com o pesquisador anteriormente citado, Figueiredo (2013, p. 56) também nos diz que:

Na tradição geográfica, os bens culturais nunca foram objeto de análise, mas isso vem mudando nos últimos anos, sinalizando para um rico caminho teórico e investigativo a ser seguido no âmbito da própria ciência geográfica e em diálogo permanente com áreas afins, como a história, a arquitetura e a antropologia.

Apesar dos fatos, essa demora da Geografia em compreender os bens tombados enquanto objetos de pesquisa não impediu que a disciplina pudesse entrar nas discussões sobre o tema, algo que ocorreu, conforme disposto pelos autores anteriores, ao longo das últimas décadas.

Os pesquisadores e pesquisadoras inseridos na Geografia vêm produzindo cada vez mais trabalhos sobre o tema a ponto de contribuir para os avanços nos debates sobre diferentes tipos de bens tombados. É nesta perspectiva que atualmente encontramos na disciplina estudos

que abordam: as relações entre Patrimônio e Turismo (PAES, 2009; SOTRATTI, 2010); a relação entre Patrimônio e Política (RIBEIRO, 2019); a ideia de Paisagem Cultural atrelada aos Patrimônios em geral (FIGUEIREDO, 2013); a Geografia e a educação patrimonial (BORTOLOZZI, 2008); trabalhos que observam os Patrimônios enquanto bens que podem ser analisados sob a ótica do simbolismo, do significado (COSTA, 2008) e de conceitos que não são da Geografia (SCIFONI, 2013 e 2017). E, claro, hoje já existem pesquisas que se debruçam na análise dos bens tombados e sua relação com o espaço urbano (PEREIRA, 2017), o que inclui a perspectiva de ser estudar os Patrimônios em associação às operações urbanas, como a “requalificação urbana” (SOTRATTI, 2010).

Conforme a composição de trabalhos anteriormente disposta, podemos dizer que o atual momento da Geografia é marcado por um diálogo maior com o passado, diálogo este que faz com que a disciplina explore mais a memória das cidades, principalmente por meio dos estudos que envolvem bens tombados. Afinal, se “memória e patrimônio estão inter-relacionados”, conforme nos diz Carvalho (2011, p. 152-153), isso quer dizer que, ao trabalhar com bens tombados, a Geografia se debruça mais sobre a noção de memória e, estando estes bens inseridos no contexto do espaço urbano, essas pesquisas acabam contribuindo para uma relação não excludente entre ambos.

Logo, é possível compreender que esta é uma das vias atuais por onde a Geografia vem explorando o passado das cidades, a memória dos lugares inseridos no meio urbano, tal qual Maurício de Abreu (1998) tanto desejava em seus trabalhos. Uma perspectiva que rompe com a antiga ideia de tornar a disciplina uma possível “ciência do presente”, como objetivavam os pesquisadores da vertente Clássica ou Tradicional da Geografia durante as primeiras décadas do século XX.

O aparecimento do conceito de lugar de memória operária nos estudos geográficos sobre bens urbanos tombados como ocorre, por exemplo, nas pesquisas produzidas por Scifoni (2013 e 2017) só reafirmam o ponto de vista defendido por nós até aqui. A noção de lugar de memória nasce na História por meio de um novo tipo de abordagem metodológica onde o passado é desbravado por elementos que até então não eram observados (NORA, 1993[1984]). Logo, explorar geograficamente bens tombados no contexto das cidades com o uso da noção de lugar de memória operária é demonstrar o quanto a Geografia vem se debruçando mais sobre a possível relação entre memória e espaço urbano, além de ajudar a encerrar qualquer tipo de perspectiva que veja a disciplina como uma eterna “ciência do presente”.

Sendo o Patrimônio Industrial uma noção diretamente associada ao que atualmente

entendemos como Patrimônio Cultural, podemos dizer que os trabalhos sobre estes bens também contribuem para um olhar geográfico sobre a memória do espaço urbano, pois muitas das antigas fábricas, indústrias, canais e outros espaços produtivos tombados estão inseridos no contexto das cidades. São, assim, redutos de memórias urbanas que podem ser explorados pelos pesquisadores e pesquisadoras da Geografia, tudo sem abrir mão da perspectiva espacial, tão cara à disciplina.

Nesse sentido, quando perguntamos anteriormente “como a noção de Patrimônio Cultural ajuda na interpretação do espaço urbano no contexto da Geografia?”, podemos dizer neste momento que, por mais que a Geografia não tenha se debruçado de forma exponencial sobre a relação entre espaço geográfico e passado ao longo do século passado, o momento atual se apresenta de forma diferente. Os estudos sobre Patrimônios no contexto da disciplina permitem com que a Geografia acrescente uma nova camada de leitura sobre o espaço urbano, interpretando-o por meio da memória.

Perceber as cidades como um processo contínuo, onde diferentes agentes ou atores sociais atuaram e ainda hoje atuam, conforme apontaram Santos (2012 [1978]; 2014 [1988]; 2017 [1996]) e Spósito (2017 [1988]), não necessariamente exclui outras perspectivas de análise geográficas sobre o espaço urbano. Assim, interpretá-lo por meio de seus Patrimônios – o que inclui antigos bens industriais hoje tombados, como a Nova América, foco de nosso trabalho – é explorar a cidade pela ótica da memória, entendendo que, se o espaço urbano pode ser entendido enquanto um “conjunto de símbolos”, tal qual Corrêa (1989) nos diz em seu estudo, as formas urbanas tombadas são símbolos de um passado não muito distante e que, sem sombra de dúvidas, oferecem mais uma camada de leitura geográfica sobre o contexto espacial das cidades.

Sendo o espaço urbano reduto de importantes bens tombados, também cabe à Geografia a interpretação destes espaços de forma que as memórias relacionadas a estes bens ajudem a recontar a própria formação urbana local, dos espaços nos quais estão inseridas, além de ajudar na rememorar da própria formação da sociedade das quais são pertencentes. E, se o espaço urbano também é um “campo de lutas” (ibidem, 1989), os bens tombados inseridos sobre as cidades participam dos possíveis conflitos existentes, buscando sobreviver não somente às intempéries do tempo, mas aos diferentes agentes ou atores sociais que, inevitavelmente, buscam controlar todo o meio urbano nos quais estão inseridos. Assim, é preciso que a Geografia se debruce mais sobre o tema, auxiliando na defesa desses bens que ajudam a recontar o próprio passado das cidades e permitem uma leitura maior sobre o meio

urbano.

Dentro de toda esta perspectiva acreditamos que, ao estudarmos a Cia. Nacional de Tecidos Nova América, fábrica inserida no contexto do subúrbio carioca, buscamos contribuir ainda mais para que a Geografia continue a sua exploração sobre a memória das cidades. Sendo uma das últimas fábricas têxteis de seu tempo ainda presentes no Município do Rio de Janeiro, a Nova América ainda está presente na memória daqueles que trabalharam em seus antigos espaços produtivos, perspectiva esta que ajuda a resgatar um passado não muito distante e que só podem ser acessados com o auxílio da noção de memória. Um passado que envolve o espaço geográfico e que, por esse motivo, não pode deixar de ser analisado pela Geografia, tendo em vista a importância da fábrica em diferentes escalas, tanto local como nacional, já que foi uma das principais produtoras têxteis do Brasil.

O que faremos a partir de então é nos debruçar mais sobre essa discussão, buscando entender, em especial, como a relação entre memória e espaço urbano podem ser observadas a partir daquela que é o foco de nosso trabalho: a Cia. Nacional de Tecidos Nova América. Explorar os seus antigos espaços, sejam eles produtivos ou não, buscando meios por onde sua memória ainda se faz presente, ajudará a entender como esta antiga fábrica de tecidos conseguiu permanecer sobre a urbe carioca em meio a possíveis modificações urbanas ocorridas naquela que um dia foi a principal cidade brasileira. Esta perspectiva também ajudará a descortinar fatos que hoje são “esquecidos” a respeito da empresa, seja porque seleções ocorreram sobre a sua memória, seja porque tais memórias acabam não sendo, de fato, exploradas. Tudo sob a compreensão de que a memória não é somente um meio inconsistente de se obter informações e conhecimento com relação ao passado, mas alvo de diferentes seleções onde lembrar e esquecer podem ser lidos como caminhos possíveis e não excludentes.

Algumas partes de nosso trabalho ainda estão abertas, é verdade, tendo em vista que até agora nós só mencionamos algumas noções e conceitos e não aprofundamos seus entendimentos. A noção de Patrimônio Industrial e de lugar de memória operária são exemplos nesse sentido, mas que pretendemos nos debruçar melhor no segundo capítulo de nossa pesquisa.

3 ENTRE A GEOGRAFIA E O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: O LUGAR DE MEMÓRIA OPERÁRIA ENQUANTO VIA DE ANÁLISE DE BENS INDUSTRIAIS TOMBADOS NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

No segundo capítulo de nosso estudo buscaremos demonstrar como surge a noção de Patrimônio Industrial no contexto das discussões sobre os Patrimônios Históricos e Culturais, além de identificar os estudos da Geografia sobre o tema. De forma complementar, nos debruçaremos sobre o conceito de Lugar de Memória Operária, conceito este criado pela historiadora francesa Madeleine Rébérioux, buscando entender se o mesmo pode ser aplicado sobre os estudos da Geografia que versem sobre bens industriais tombados.

3.1 Da Revolução ao Patrimônio Industrial

A noção de Patrimônio Industrial se traduz como um dos focos de nosso trabalho. Todavia, ainda não tivemos a oportunidade de entender melhor o que essa noção representa e como ela é abordada pela Geografia, algo que poderemos observar de forma mais profunda a partir desse momento em nosso estudo.

De início, é importante notar que, diferente da noção de Patrimônio Cultural, que possui a sua história atrelada à luta dos humanistas europeus há alguns séculos, objetivando a defesa dos antigos Monumentos Históricos (CHOAY, 2000; FUNARI e PELEGRINI, 2009), o surgimento da preocupação para com a preservação, a conservação e a restauração dos mais antigos bens industriais existentes pelo mundo só passou a ocorrer a partir do final da Segunda Guerra Mundial. No entanto, apesar do fato, a história da importância desses bens industriais remonta há pelo menos três séculos.

O processo de industrialização surgido na Europa entre os séculos XVIII e XIX revolucionou a forma com que os seres humanos se relacionavam entre si, com a natureza e com o próprio planeta. Novos métodos produtivos, novas técnicas e tecnologias, novos tipos de relações de trabalho, novos modos de vida em comunidade... Estas foram só algumas das novidades trazidas por este processo que acabou fornecendo bases para produção do que hoje reconhecemos como a Primeira Revolução Industrial. A “segunda fase” deste processo, não muito diferente, foi composta por outra infinidade de novidades que romperam os limites

geográficos do continente europeu e terminaram por atingir novos países. Um movimento que, em alusão ao primeiro, passou a ser reconhecido como a Segunda Revolução Industrial.

Com a passagem do tempo alguns estudos surgiram tendo como foco os eventos anteriormente mencionados. Nestes trabalhos, *a priori*, a preocupação residia na forma com que as produções industriais ocorriam e em como era o *modus vivendi* dos trabalhadores associados ao processo laboral. Assim, havia aqueles que criticavam como a industrialização ocorria, sendo a causadora de problemas socioeconômicos (ENGELS, 2010 [1845]; LAFARGUE, 2016 [1880]). E aqueles que observaram todo o movimento em curso entendendo-o como benéfico ao ponto de contribuir ainda mais para o processo. Isso significou o suporte à criação de novos métodos, tecnologias e técnicas que idealizavam o aumento das produções já existentes (CARMO, 2005). Um olhar para além desses dois pontos de vista ainda demoraria para ocorrer e só seria possível a partir da segunda metade do século XX.

A Primeira e a Segunda Guerra Mundiais constituem-se como sendo eventos históricos que trouxeram danos bastante significativos aos diferentes espaços produtivos que compunham a economia nacional dos Estados europeus (ROSA, 2011), espaços estes que, em muitos casos, já existiam há várias décadas. Assim, as localidades ligadas tanto à Primeira como à Segunda Revolução Industrial, testemunhos de um passado não muito distante, acabaram sendo afetadas e até mesmo totalmente destruídas pelos conflitos. Eventos que contribuíram para a perda de diversos bens fabris / industriais e, conseqüentemente, dos modos de vida associados ao modelo industrial até então existente em diferentes localidades do continente.

Em adição às perdas anteriores, o período compreendido pelo pós-guerras também foi acompanhado pelo processo de desindustrialização, um movimento que passou a atingir diversos países europeus como, por exemplo, a Inglaterra (MENEGUELLO, 2011). Assim, o argumento da modernização dos territórios nacionais começava a pairar sobre os países da Europa. Um movimento que fez com que o destino de indústrias, fábricas, minas e até mesmo de canais, ferrovias e estações de trem ligados ao processo de industrialização e às Revoluções Industriais ocorridas no continente se tornassem ainda mais incertos.

Todos os fatos anteriormente mencionados começaram a suscitar no meio acadêmico a necessidade de levar em consideração a importância de se preservar os antigos espaços ligados às Revoluções Industriais ocorridas em solo europeu, pois não demoraria muito para que tais recortes espaciais – e suas devidas marcas e modos de vida atrelados – fossem perdidos de forma definitiva da Terra. As rápidas mudanças socioeconômicas que estavam ocorrendo

naquele momento na Europa facilmente acabariam atingindo outras localidades e/ou regiões existentes no globo. O início de uma nova guerra mundial também levantou preocupações.

Com as perspectivas em curso, o pesquisador britânico Michael Rix foi um dos primeiros estudiosos a se solidarizar com o tema (ROSA, 2011), chamando a atenção da Academia para a necessidade de se defender os antigos bens industriais em um artigo intitulado *Industrial Archaeology*. Publicado na revista *The Amateur Historian*, Rix demonstra o quanto a Grã-Bretanha ainda possuía em seu território uma quantidade considerável de bens industriais relacionados às Revoluções Industriais ocorridas no continente europeu. No entanto, estavam esquecidos, sendo negligenciados pela sociedade local ao ponto de serem destruídos sem que ninguém buscasse preservá-los. Ainda segundo o pesquisador, o panorama com relação àqueles poderia mudar, desde que a Academia entendesse a importância dos mesmos e fornecesse subsídios para seus estudos (RIX, 1955). Isso contribuiria para a constituição de um novo campo de pesquisas sobre os antigos bens industriais na Arqueologia – disciplina na qual o historiador estava inserido – e, em simultâneo, estimularia uma espécie de preservação / conservação dos bens industriais.

O argumento de Rix não foi logo aceito, visto que aparentemente ainda não era concebível para a Academia a possibilidade de se criar um campo de pesquisas dedicado ao estudo de fábricas, indústrias e outros tipos de bens associados às Revoluções Industriais. Afinal, se comparados com outros elementos que eram estudados por arqueólogos(as) e historiadores(as), os espaços produtivos dos quais Rix defendia a conservação e a produção de estudos ainda eram considerados de surgimento bastante recente.

Apesar dos obstáculos encontrados, o apelo do Rix e de tantos outros pesquisadores que já se interessavam pelo tema acabou sendo escutado alguns anos mais tarde. No ano de 1959 o Conselho Britânico de Arqueologia³ decidiu abrir as discussões sobre o tema, promovendo a primeira reunião para tratar sobre os bens industriais ainda existentes sobre o território britânico. O resultado deste encontro foi o aceite de seus membros para a produção de um recenseamento sobre os antigos bens industriais presentes nos territórios pertencentes à coroa, identificando aqueles de maior valor e que assim deveriam ser estudados e preservados (ROSA, 2011). Um processo que ainda levaria alguns anos para ser posto em prática, tendo em vista que o aceite do Conselho foi só o primeiro passo em direção ao que ainda viria a ser chamado Patrimônio Industrial, uma denominação não existente até então.

³ *Council for British Archaeology*.

O marco que “fundaria” o termo pode ser identificado a partir da luta contra a demolição do Arco de Euston, em Londres, no ano de 1961 (Ibidem, 2011). Construído em 1837, o Arco fazia parte da entrada da estação ferroviária de Euston, construída no contexto da Revolução Industrial. Logo, era um importante símbolo local sobre a paisagem londrina, representante do processo de industrialização ocorrido sobre a Grã-Bretanha e que já fazia parte do cotidiano da cidade há mais de um século. O argumento que fundamentava a sua demolição era o mesmo que apontamos anteriormente: a necessidade de modernização do local no contexto do pós-guerra (RAMOS, 2017).

Mesmo com as manifestações públicas contra a sua demolição, o Arco foi demolido em 1961 (ROSA, 2011), o que representou uma grande perda não somente para cidade onde se localizava como para todo o Reino Unido. Esse ato fortaleceu a ideia de Rix sobre a necessidade de estabelecer uma proteção aos antigos bens industriais ainda existentes sobre os territórios da coroa britânica.

A partir de então a proposta de recensear fábricas, industriais e outros bens relacionados a antigos processos produtivos determinada pelo Conselho Britânico de Arqueologia foi posta definitivamente em prática. E o termo “Patrimônio Industrial” surgiu neste exato momento, estando presente nos documentos que norteavam o recenseamento (MISATO e ZANIRATO, 2013). Tais fatos fizeram com que a Grã-Bretanha fosse a pioneira nos estudos e nas ações que visavam a preservação de antigos bens industriais. E a luta pelo Arco de Euston foi só o primeiro passo em direção a um caminho promissor.

As discussões sobre a defesa dos bens industriais avançaram durante os anos 1960 e, principalmente, na primeira metade dos anos 1970. Essas discussões forneceram bases para a produção do Primeiro Congresso Internacional para a Conservação dos Monumentos Industriais⁴. Realizado em 1973 no museu de *Ironbridge Gorge*, no Reino Unido, o evento tornou-se um marco na história da tipologia que tentava se consolidar não somente por ser o primeiro dedicado aos antigos bens industriais, mas por também contar com a presença de pesquisadores filiados a inúmeras áreas do conhecimento provenientes de diferentes países (ROSA, 2011). Fato que terminou demonstrando o quanto o interesse pela nova tipologia se disseminou para além da Grã-Bretanha em tão pouco tempo, permitindo com que novos encontros internacionais em prol da conservação e dos estudos sobre os antigos bens industriais ocorressem.

⁴ Em inglês: *First International Conference on the Conservation of Industrial Monuments*.

A década de 1970, em especial, foi marcada por dois eventos extremamente importantes para o estabelecimento da noção de Patrimônio Industrial em escala internacional: o 3º Congresso Internacional para a Conservação dos Monumentos Industriais e a reunião anual do Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

O Terceiro Congresso Internacional para a Conservação dos Monumentos Industriais⁵ realizado em Estocolmo, na Suécia, foi reconhecido como a mais importante reunião ocorrida até então sobre o tema, já que foi a base para o surgimento da primeira entidade internacional voltada à defesa dos Patrimônios Industriais: o comitê para assuntos relacionados aos antigos bens industriais denominado *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH). A partir do estabelecimento deste último houve o reconhecimento em caráter definitivo do termo Patrimônio Industrial por seus membros, além de se formalizar um grupo encarregado de auxiliar nos mais diversos assuntos relacionados aos antigos bens industriais (DEZEN-KEMPTER, 2007). Toda essa sistematização fez com que a tipologia ganhasse um novo status, não demorando muito para que o seu reconhecimento se tornasse ainda maior. E foi o que ocorreu.

Durante a reunião do Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), ocorrida também em 1978, as minas de sal de Wieliczka, localizadas na Polônia, foram reconhecidas como Patrimônio Mundial. As minas fizeram parte do processo de industrialização polonesa, reconhecidas por participarem das Revoluções Industriais ocorridas na Europa, além de contar com elementos que fizeram com que fossem entendidas como únicas, como a presença de uma catedral de sal construída em seu interior. Todos esses fatos contribuíram para se tornar o primeiro bem industrial a figurar entre os diferentes bens tombados pela UNESCO. Uma conquista que pôde formalizar internacionalmente a necessidade em se reconhecer a importância dos mais antigos bens produtivos existentes no mundo frente às demais tipologias patrimoniais já existentes.

A formação em definitivo do TICCIH e o reconhecimento pela UNESCO de um bem industrial enquanto Patrimônio Mundial não encerraram as discussões sobre o tema. Ao contrário, fomentaram a luta pela preservação dos bens industriais. Assim, ocorreu a formalização de uma agenda de reuniões internacionais do TICCIH separadas por um curto período de anos, além do surgimento de diferentes linhas de pesquisa englobando os

⁵ Em inglês: *Third International Conference on the Conservation of Industrial Monuments*.

Patrimônios Industriais nas últimas décadas do século XX. Dentre estas podemos citar: os estudos que buscaram o resgate e a conservação da memória relacionada ao trabalho e aos trabalhadores que viveram em fábricas, indústrias, ferrovias, minas e outros tipos de espaços ligados ao processo de industrialização ocorridos pelo mundo; pesquisas arqueológicas e em acervos históricos visando a obtenção de documentos e materiais que fornecessem detalhes sobre as técnicas utilizadas nos processos produtivos, os tipos bens produzidos e a vida dos trabalhadores; por fim, houve o aprofundamento de pesquisas focadas na composição arquitetural dos bens industriais e as suas relações com as paisagens nas quais estavam inseridos (MENEGUELLO, 2011). Esses avanços permitiram que novos bens fossem reconhecidos como Patrimônios Industriais, além de fornecerem subsídios para que outros já identificados integrassem a lista dos Patrimônios Mundiais.

Entretanto, o alto grau de complexidade alcançado nas discussões sobre o tema acrescentou ainda mais a preocupação sobre a preservação dos bens. Afinal, nem sempre a forma como os Patrimônios eram tombados garantia a sua total preservação, ou seja, o processo não era realizado da maneira mais adequada. Nesse sentido, os encontros do TICCIH foram marcados pela necessidade de elaborar um documento para auxiliar na preservação de antigos bens produtivos em escala internacional. Foi assim que no ano de 2003, durante a XII Conferência Internacional do TICCIH, surge aquele que viria a ser o principal norteador para a proteção dos Patrimônios Industriais: a Carta de Proteção ao Patrimônio Industrial ou Carta de *Nizhny Tagil* (TICCIH, 2003). Produzida na cidade russa de mesmo nome, a Carta teve como base outros documentos patrimoniais já reconhecidos, como a Carta de Veneza. Todavia, sendo inteiramente voltada à preservação e uso de Patrimônios Industriais, estabelece diretrizes básicas importantes buscando a preservação material dos Patrimônios Industriais frente às possíveis práticas levianas existentes, que poderiam comprometer a sua existência. O restauro, a conservação, a proteção e o uso científico / social desses bens estiveram no centro das diretrizes determinadas pelo documento, assegurando a defesa dos Patrimônios Industriais frente aos diferentes processos socioeconômicos que poderiam afetá-los (Ibidem, 2003).

Outras conferências posteriormente ocorridas adicionaram diretrizes complementares ao documento, preenchendo as possíveis lacunas existentes, como é o caso do Documento de Dublin, que assegura uma maior efetividade na preservação de bens imateriais relacionados à Patrimônios Industriais. Ações complementares que ajudaram a consolidar ainda mais as propostas anteriormente estabelecidas pelo TICCIH. Assim, a Carta de *Nizhny Tagil* tornou-se

o documento oficial do Comitê, marcando a história da tipologia no campo de trabalhos e pesquisas sobre os Patrimônios em geral.

Nesta perspectiva, se de início Michael Rix e seus contemporâneos encontravam dificuldades em demonstrar o quanto era necessário preservar fábricas, indústrias, minas, ferrovias e outros tantos recortes espaciais vinculados aos antigos processos industriais, hoje o panorama é diferente. Existe todo um respaldo técnico e científico para a proteção de tais bens com a presença até mesmo de documentos reconhecidos internacionalmente que auxiliam na existência da tipologia patrimonial aqui apresentada.

3.2 O Patrimônio Industrial e o seu estudo pela Geografia

Diferentes áreas do conhecimento se interessaram pelos Patrimônios Culturais a partir da segunda metade do século XX no contexto da “inflação patrimonial” (CHOAY, 2000). Um caminho que, como afirmamos no capítulo 1 deste trabalho, não foi logo percorrido pela Geografia. Com relação aos Patrimônios Industriais não foi muito diferente. Diversas áreas ajudaram no avanço das discussões sobre o tema, fornecendo subsídios para o seu entendimento dentro da Academia (KUHL, 2010). A Geografia, no entanto, não se figurou como uma das áreas do conhecimento que contribuíram para os avanços das pesquisas sobre o tema. Ela teve e ainda tem uma participação muito pequena no que tange aos estudos sobre antigos bens industriais tombados.

Na literatura internacional existem trabalhos que tratam da relação entre Geografia e Patrimônio Industrial de forma pouco aprofundada, como é o caso da obra produzida por Graham, Ashworth e Tunbridge (2000), que dedica poucas páginas ao tema. Entretanto, há também estudos mais profundos produzidos a partir do final dos anos 1980 nos quais pesquisadores(as) da disciplina exploram diferentes pontos de vista na relação entre Geografia e Patrimônio Industrial. Nesse sentido, é possível encontrar trabalhos que versam sobre: 1) os tipos de refuncionalizações espaciais ocorridas nos antigos bens industriais tombados; 2) os seus variados usos com relação ao Turismo; 3) a relação entre Patrimônio Industrial e Meio Ambiente; 4) o quanto os Patrimônios Industriais podem ser entendidos enquanto espaços que resguardam sentimentos, identidades e memórias pertencentes ao trabalho e aos trabalhadores.

Nos estudos sobre a refuncionalização de antigas fábricas, indústrias e demais espaços produtivos associados ao seu reconhecimento enquanto Patrimônios Industriais o destaque fica

por conta do escrito de Horácio Capel (1996). O geógrafo espanhol refletiu sobre a forma como ocorreram as refuncionalizações de diferentes espaços produtivos nas décadas que precederam a produção de seu trabalho e discute sobre as estratégias existentes para a defesa desses bens.

Nas pesquisas que envolvem a relação entre Geografia, Patrimônio Industrial e Turismo a lista de trabalhos se torna mais extensa. O artigo de Abad (2004), por exemplo, debate sobre as diferentes possibilidades de usos turísticos existentes sobre os Patrimônios Industriais a partir da refuncionalização destes bens e reflete sobre o que hoje é denominado “turismo industrial”. Já o trabalho de Jonsen-Verbeke (1999) versa sobre a desativação das antigas minas em Limbur, na Bélgica e na sua transformação em bem turístico. Ao serem desativadas, essas minas se tornaram um problema não somente ambiental como social por provocarem o desemprego em massa da população local. Uma das saídas encontradas foi estabelecer um diálogo entre a sociedade e as esferas políticas a fim de reconhecê-las como Patrimônio Industrial e torná-las um importante atrativo turístico que pudesse aliviar economicamente a região. Por fim, podemos citar os autores Edward e Coit (1996), que discutem o uso turístico de Patrimônios Industriais relacionados às antigas áreas de mineração e concluem o seu trabalho com uma espécie de análise comparativa entre dois casos recentes existentes na Europa.

Quanto à relação entre Geografia, Patrimônio Industrial e Meio Ambiente, o estudo de Rudd e Davis (1998) pode ser tomado como um exemplo. Neste trabalho os autores analisam como a empresa *Kennecott Utah Copper Corporation* utilizava de atividades turísticas sobre a mina de Bingham Canyon, localizada em Utah, nos Estados Unidos, para mitigar os problemas ambientais gerados pela própria empresa de mineração na localidade em que estava inserida.

Por fim, na relação entre Geografia, Patrimônio Industrial e espaços de identidades e memórias laborais, os trabalhos de Pozo e González (2012) e de Pozo (2002) são exemplos. Pozo e González (2012) demonstram como os Patrimônios Industriais passaram a ser reconhecidos na Espanha, a partir dos anos 1980, e como houve um descompasso entre a transformação dos antigos bens industriais em Patrimônios e a aceitação da população local sobre as patrimonializações. Já Pozo (2002) escreve sobre a relação entre Geografia Cultural e Patrimônio Industrial discutindo o quanto estes bens podem ser entendidos enquanto lugares de identidade e memória coletiva.

3.3 O Patrimônio Industrial e o seu estudo pela Geografia brasileira.

O número de trabalhos sobre Patrimônios Industriais produzidos por pesquisadores(as) filiados(as) à Geografia no Brasil infelizmente ainda é bastante escasso, sendo difícil de encontrar escritos sobre o tema até mesmo nos repositórios de teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Geografia existentes no país.

Entretanto, podemos aqui citar alguns trabalhos produzidos por pesquisadores(as) brasileiros(as). Nesse sentido, o artigo de Ortigoza, Freitas e Cândido (2008) demonstra, de forma diacrônica, como ocorreram as modificações sobre o espaço da antiga fábrica de chapéus Sarkis, localizada no Município de Itapira – SP. Tais modificações provocaram reapropriações das marcas simbólicas da antiga produção chapeleira pelas novas funções econômicas existentes na localidade. O trabalho de Mesquita e Pierotte (2018), em outra via, faz uma relação objetiva entre o conceito de Paisagem Cultural e o conceito de Paisagem Industrial por meio da ótica da Geografia. Por fim, os trabalhos de Simoni Scifoni (2013 e 2017) – para nós, importantes de serem notados e por isso devem ser destacados – versam sobre a relação entre Geografia, Patrimônio Industrial e lugares de memória tendo como foco os espaços produtivos e as antigas vilas operárias do Estado de São Paulo.

No trabalho da autora, mais especificamente, ocorre a aplicação do conceito de lugar de memória associado ao conceito de lugar definido pela Geografia. Ao invés de propor uma reelaboração sobre o conceito-chave da disciplina, Scifoni preferiu buscar ligações entre o lugar (geográfico) e o lugar de memória. Assim, argumenta que o primeiro é, antes de tudo, um recorte espacial dotado de sentido, construído por meio de vivências e experiências pessoais e/ou coletivas que conseguem formar lembranças e memórias, elementos importantes para a constituição do que venha a ser chamado hoje como lugar de memória. Com este argumento a autora justifica o uso dos lugares de memória pela disciplina e vai além: utiliza do conceito de lugar de memória operária, ideia proposta pela historiadora francesa Madeleine Rébérioux (1992), para a análise espacial dos antigos bens industriais tombados existentes na metrópole paulista. Algo que chamou a nossa atenção.

Tendo vista toda a perspectiva até então apresentada, a proposta de Scifoni de utilizar o conceito de Rébérioux acabou sendo única. Esta proposta nos trouxe a indagação sobre o quanto o conceito de lugar de memória operária trabalhado pela autora seria, de fato, uma via por onde a Geografia poderia explorar antigos bens industriais tombados. Entendendo que este questionamento é importante e acreditando que o conceito poderia ser aplicado em nosso

estudo, decidimos nos debruçar sobre o tema.

Todavia, para avançarmos sobre esta reflexão é preciso antes entender melhor o que é o lugar de memória, conceito este anterior e que fornece subsídios para a compreensão da noção de lugar de memória operária.

3.4 Definições acerca do Lugar de Memória

O surgimento da noção de lugar de memória é recente, utilizada pela primeira vez durante os anos 1980 pelo historiador francês Pierre Nora. Próximo de comemorar o bicentenário da Revolução Francesa, Nora – já conhecido por “discutir os problemas teóricos e epistemológicos da disciplina História” (VIEIRA, 2017, p. 143) – liderou a produção de um trabalho sobre memória que mudou a forma com que o passado era abordado nas pesquisas acadêmicas. De acordo com Enders (1992, p. 132):

Participaram na construção desse “jogo de armar gigante” cerca de 130 historiadores oriundos dos mais diferentes planetas da galáxia institucional que alimenta a pesquisa histórica na França: College de France, universidades, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales – E.H.E.S.S., institutos de estudos políticos, Centre National de la Recherche Scientifique – C.N.R.S. e museus nacionais associaram suas competências para dar à luz uma obra que desde o lançamento foi considerada capital pelos círculos intelectuais franceses.

Como nenhum projeto nasce sem um propósito pré-estabelecido, a proposta de Nora tinha como pano de fundo a França, país natal do historiador, e o seu complexo momento após a Segunda Guerra Mundial:

A crise econômica da França nos anos 1970, a crise política inaugurada pelo vazio deixado por De Gaulle, segundo o próprio Pierre Nora, levaram a uma crise da história francesa, na medida em que permitiu aflorarem as decepções nascidas na perda da França de seu papel na vanguarda mundial depois que o país fora reduzido a uma potência regional (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 254).

Esse “conjunto de mudanças teria colocado em crise, de forma dolorosa, a própria identidade nacional francesa” (GONÇALVES, 2012, p. 31).

Com a necessidade de se buscar novos aportes para compreender o próprio país, o projeto de Nora ganhou uma justificativa: a de se buscar novos meios de se trabalhar com a história e a própria memória de seu país. Algo que fez com que seu projeto nascesse com uma

boa receptividade da Academia local (ENDERS, 1992) e tivesse como primeiro produto a obra *Les lieux de mémoire*⁶.

Traduzido para o português como *Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares* (NORA, 1993[1984])⁷, o capítulo introdutório da obra nos apresenta três importantes pontos que podem ser entendidos enquanto leituras acerca de um momento que não somente estava em ocorrência na França, mas também no mundo de um modo em geral. Tais pontos são: a aceleração da história; a necessária separação entre a História e a memória; e, por fim, a importância de se reconhecer a noção de lugar de memória.

Na introdução do capítulo que abre a obra citada, Nora nos traz a reflexão de que o final do século XX apresentava um fenômeno não antes visto: a aceleração da história. O avanço das técnicas, tecnologias, meios de transporte e comunicação em nível global, traços do processo de globalização (SANTOS, 2017 [1996]; BAUMAN, 2017), transformavam o mundo e suas diferentes sociedades intensamente, o que passou a afetar as relações sociais estabelecidas entre indivíduos de uma mesma sociedade. Com a aceleração da história em curso, Nora argumenta que, dentre as áreas afetadas por este processo, estaria a da memória. A intensidade do momento faria com que parte ou mesmo a totalidade das memórias e do próprio passado existentes com relação a diferentes sociedades fossem perdidos e/ou estivessem em vias de. Segundo o autor, a aceleração da história indicaria o:

Fim das sociedades-memória, com todas aquelas que asseguravam a conservação dos valores, igreja ou escola, família ou Estado. Fim das ideologias-memórias, como todas aquelas que asseguravam a passagem regular do passado para o futuro, ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar para o futuro; quer se trate da reação, do progresso ou mesmo da revolta (NORA, 1993 [1984], p. 8).

Segundo D'Álessio (1992), desde os anos 1970 Nora demonstra que o passado já não era mais visto como antes. E é em *Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares* que o autor justifica seu ponto de vista de forma objetiva. Nesse sentido, D'Álessio nos diz que Nora vê:

Um movimento de alteração no tempo: a história se torna mais rápida, a duração do fato é a duração da notícia, o novo – produzido incessantemente – conduz as vidas, criando a sensação de hegemonia do efêmero. A história

⁶ *Les Lieux de Mémoire* é o primeiro de uma série de obras composta por sete tomos, onde aquela é a primeira, sendo seguida por *La République* e *Les France*.

⁷ Este capítulo foi publicado em português em formato de artigo em: NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Khoury. In: **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993, p. 7-28.

torna-se eternamente contemporânea! [...] o passado vai perdendo seu lugar para o presente eterno, trazendo a ameaça da perda de identidade. Segurar traços e vestígios é a forma de contrapor-se ao efeito desintegrador da rapidez contemporânea. As palavras memória e história evocam o mesmo tempo: o passado. Daí a identificação entre os dois termos. Mas, apesar da matéria-prima comum, é a compreensão oposta a mais difundida entre especialistas, ou seja, memória e história não se confundem (Ibidem, 1992, p. 97-98).

A perspectiva anteriormente citada, de diferenciar memória e História, não deve ser negligenciada por nós. Afinal, é um ponto-chave da definição de lugar de memória produzida pelo autor. Tanto que, para não haver confusões, Nora demonstra ao seu leitor a possível separação entre os termos. Assim, nos diz que:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. [...] A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma evocação para o universal (NORA, 1993[1984], p. 9).

Logo, Nora propõe um novo olhar metodológico sobre o passado, uma perspectiva onde se passa a “valorizar novos objetos, até então ignorados pelos estudos históricos” (VIEIRA, 2017, p. 143). Assim, propõe a proteção e a valorização de diferentes tipos de elementos que servem como testemunhos de um tempo que não volta mais. Preservar tais elementos significa criar uma espécie de “movimento de resistência” contra o processo de “aceleração da história” e forçaria a História a rever seus métodos. Preservar esses traços do passado significaria também preservar as identidades pessoais e coletivas das sociedades em um mundo cada vez mais padronizado e homogêneo. É diante de todo este contexto que Nora nos apresenta o conceito de lugar de memória.

Se tentássemos resumir a proposta do autor e toda a sua argumentação certamente falharemos. Por este motivo entendemos que, para compreender a ideia em destaque torna-se necessário recorrer às próprias palavras do pesquisador. Assim, devemos entender que:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos [...] nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a

defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria (NORA, 1993 [1984], p. 12-13).

Em adição, eles são:

São lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. [...] a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais (Ibidem, 1993 [1984], p. 21-22).

Com estas explicações, o historiador francês nos traz um grande rol de características que fazem com que diferentes elementos existentes, sejam eles materiais e/ou imateriais, possam ser reconhecidos enquanto lugares de memória. São, assim, testemunhos de um passado que precisa ser preservado frente à aceleração da história. Nesta via:

Percebe-se que Pierre Nora concebe que monumentos, arquivos, museus, festas, calendários, aniversários ocupam uma posição epistêmica alinhada ao redor do princípio dos lugares de memória, tanto sítios materiais como práticas imateriais que de alguma forma permitem operação mnemônicas. Todos eles são marcados pela vontade de memória, ou seja, por transformarem a operação da rememoração em algo fundamental (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 252).

A vontade de memória é, de fato, um ponto-chave no conceito trabalhado pelo historiador. Para que um determinado evento, fato ou elemento seja reconhecido enquanto um lugar de memória é preciso que haja a necessidade em rememorá-lo de modo que não seja perdido, esquecido, apagado das lembranças pessoais / grupais. Caso ocorra o seu esquecimento, os lugares de memória deixam de ser eles mesmos para tornarem-se lugares de história (NORA, 1993[1984]), o que significa dizer que a sua reminiscência não se dará por meio da lembrança, mas pelos métodos de pesquisa provenientes da História enquanto disciplina acadêmica.

Todas as características do conceito e a sua formulação dentro da Academia trazendo à tona uma problemática relacionada principalmente à memória francesa fizeram com que Nora recebesse apoio, mas também críticas. Segundo Gondar e Dodebei (2005, p. 9), uma das principais condiz ao fato de ter sido criado sob uma perspectiva pessimista, onde ocorre:

O lamento pelo esfacelamento das tradições, assim como a crença de que devemos contrabalançar essa perda de algum modo. Dito de outro modo, o argumento de Nora é compensatório, e se baseia na ideia de que os modos de vida perdidos são os modos certos de viver.

Em adição, Gondar complementa seu raciocínio em outro artigo argumentando que Nora buscava uma memória que fosse “verdadeira”, uma memória que, acima de tudo, fosse pertencente e/ou relacionada à nação francesa:

A perda lamentada por Nora é uma memória verdadeira e autêntica – e o que seria uma memória verdadeira? –, ligada a uma identidade nacional plenamente constituída. Porém, a nostalgia de Nora não se dirige às identidades nacionais de forma abstrata. A referência primária de seu trabalho é a nação francesa e a memória da França. Nesse ponto, um de seus maiores críticos é o historiador inglês Perry Anderson: com a tese dos lugares de memória, diz ele, o objetivo subliminar de Nora seria “a criação de uma doce união na qual as divisões e discórdias da sociedade francesa se desvaneceriam em ternos rituais de recordação pós-moderna” (ANDERSON, 2004, p. 10). Mas essa doce união é e sempre foi impossível, tanto no futuro quanto no passado: a França nunca teria sido tão harmoniosa ou una (GONDAR, 2017, p. 27-28).

Essas críticas podem ser somadas ao que podemos citar como uma possível banalização do termo a partir do momento em que saiu do âmbito acadêmico e passou a permear outros campos que estariam para além da perspectiva metodológica que envolvesse estudos sobre o passado. Segundo Enders (1993, p. 133):

A expressão “lugar de memória” tornou-se uma figura do discurso político, um argumento turístico, enfim, um lugar comum [...] Nora viu aí um desvio do sentido da expressão que acabou, diluindo-se, por servir para dizer tudo e no fundo não dizer nada. Esta foi uma das razões que motivaram [...] uma forma de reapropriação da idéia de “lugar de memória” por seu próprio autor, em nome da comunidade dos historiadores e em detrimento da vulgarização.

A sua reapropriação foi importante e fez com que o conceito ganhasse fôlego ao ponto de ser adaptado para novas realidades que estavam para além do solo francês. Algo que corroborou para que Nora reconhecesse a potencialidade do conceito, entendendo que não deveria ficar limitado a uma possível tentativa de recuperar e revalorizar somente a memória nacional francesa e/ou mesmo buscando uma possível memória que fosse verdadeira, autêntica. Nesse sentido:

O próprio autor reconheceu, posteriormente, a potencialidade do conceito em contextos diversificados, como os luoghi della memoria, na Itália, os lugares de memória franquista, com historiadores de Salamanca, na Espanha, em

Israel e na Alemanha com Erinnerungsorte. Para que o conceito não seja transportado a outros contextos de forma a desvirtuá-lo, Nora adverte que os “Lugares de memória” expressam, primeiramente, uma dimensão simbólica dos objetos nos estudos históricos (VIEIRA, 2017, p. 148).

Logo, o conceito trouxe reflexões importantes para a forma com que o passado era estudado e como a memória foi abordada pelas ciências em geral. Assim, poderia assim ser adaptado para outros contextos que não fossem exclusivamente os existentes na França ou mesmo que estivessem presos exclusivamente sobre a alçada de sua ciência de atuação profissional, a História. Assim, concordamos com Enders (1993, p. 133) quando diz que: “o consenso formado em torno de *Les lieux de mémoire* mostrou que a obra estava em perfeita sintonia com a atmosfera intelectual do seu tempo”. Afinal, havia a necessidade de novas ferramentas metodológicas para os estudos que envolvessem o passado e a memória não somente da França, mas de diferentes sociedades / localidades. Algo que beneficiou não somente a História como outras áreas do conhecimento científico, principalmente no contexto das disciplinas existentes dentro do que denominamos Ciências Humanas.

É com o reconhecimento em definitivo de que os lugares de memória estão para além de questões embebidas sobre o nacionalismo francês que outras propostas sobre o conceito surgiram na academia, como a noção de lugar de memória operária, foco de nosso trabalho a partir de então.

3.5 O Lugar de Memória Operária e seu uso pela Geografia: uma via de análise espacial sobre bens industriais tombados

Da mesma forma que o conceito de lugar de memória de Nora, a noção de lugar de memória operária também é recente. Surgiu por meio dos estudos da pesquisadora francesa Madeleine Rébérioux, historiadora que dedicou parte de seus escritos ao movimento trabalhista e à história do movimento operário de seu país.

Apesar da segunda metade do século XX ser reconhecida pelos avanços nas pesquisas que envolviam o passado do movimento operário e estudos que envolviam antigos bens industriais, Madeleine Rébérioux percebeu que os caminhos com relação ao tema ainda tinham lacunas a serem preenchidas. Lacunas estas principalmente com relação à memória operária. Logo, havia a necessidade de se explorar melhor a memória não somente sobre o movimento operário, mas também sobre os espaços de atuação dos trabalhadores(as), os recortes espaciais

que eram frequentados por eles(as) em seus cotidianos, além de se entender onde ocorriam suas lutas diárias e seus movimentos por melhores condições de trabalho e vida.

Com o surgimento da noção de lugar de memória, Rébérioux constatou a possibilidade deste conceito ser adaptado, criando um caminho por onde a memória operária e o próprio processo industrial pudessem ser melhor analisados. Tudo de forma que não abrangesse somente o seu país de origem, a França, mas que pudesse abarcar diferentes recortes espaciais existentes. Foi assim que a historiadora francesa trouxe à tona o conceito de lugar de memória operária.

Para fins de definição, Rébérioux entendia os lugares de memória operária como espaços que tinham ligação direta para com o passado produtivo e o *modus vivendi* de trabalhadores(as) de diferentes localidades existentes ao redor do globo. Ainda segundo a autora, podem ser identificados de acordo com uma metodologia proposta pela mesma, que visou dividi-los sob três vias ou perspectivas de análise definidas como: lugares de trabalho, lugares de sociabilidade e, por fim, lugares simbólicos de luta ou militância (RÉBÉRIOUX, 1992).

Seguindo a ordem definida pela historiadora francesa, os lugares de trabalho são espaços que remetem diretamente à diferentes práticas ou atividades laborais que existiram no passado, sendo a base de aplicação de diferentes técnicas produtivas ou, simplesmente, onde ocorriam as produções fabris / industriais que motivavam a existência do bem produtivo. Dessa forma, são, em síntese, os recortes espaciais que se apresentavam enquanto as centralidades do processo produtivo, onde ocorriam, de fato, as produções. De acordo com Rébérioux (1992, p. 49-50), são exemplos:

A oficina, a fábrica, a usina. O que nos interessa neles, no que hoje constitui a minha perspectiva, é a sua presença na memória operária [...] Em suma: é o lugar que eles ocupam em seus imaginários [dos operários] e o que tal lugar, tal lembrança pode nos ensinar.

Complementarmente, a autora nos alerta de que não devemos nos limitar à ideia de que os lugares de trabalho devem ser interpretados enquanto a totalidade dos espaços produtivos. Para a historiadora francesa, tanto a totalidade como alguns pontos do espaço fabril / industrial podem ser interpretados enquanto lugares de trabalho, pois a memória relacionada ao processo produtivo não se encerra em um determinado recorte e/ou escala espacial. Qualquer espaço que envolva memórias laborais, efetivamente sobre as atividades industriais ocorridas em uma fábrica ou indústria, devem ser encarados como lugares de trabalho. Não há exceções

(Ibidem, 1992).

Com relação aos lugares de sociabilidade, a autora francesa nos explica que estes são espaços onde ocorriam os encontros entre trabalhadores fora do contexto produtivo. São, assim, locais onde os operários socializavam: onde conversavam, utilizavam de seus tempos livres para práticas esportivas e de lazer. São locais que remetem às atividades da vida cotidiana dos operários(as) para além do “chão de fábrica”, nos quais memórias também poderiam ser vinculadas. De modo a dar exemplos sobre o que seriam esses espaços, a historiadora nos diz que os cafés onde os operários(as) franceses se reuniam após a jornada diária de trabalho podem ser entendidos enquanto lugares de sociabilidade. Afinal:

O horizonte operário jamais se limitou ao espaço do trabalho. Existem lugares operários de solidariedade, de sociabilidade fora da usina. [...] Vou insistir nos cafés, estas novas igrejas do operário, tão característicos dos últimos vinte e cinco anos do século XIX e do começo do século XX, em sua dimensão propriamente operária. Um café significa um balcão onde se bebe, uma lareira, um suporte em que cada frequentador pousa seu cachimbo, algumas mesas ocasionalmente cobertas de tela encerada, algumas cadeiras – o modelo é único. Eles acabam de ser muito bem estudados no que concerne à região norte da França, velha região industrial do nosso país. É o novo botequim da classe que triunfa a partir da década de 1880, nas pensões de mineiros, nas minas e nas portas de fábricas. [...] No início do século XX, uma cidade como Anzin, que tem 10.000 habitantes, dispõe de 86 associações operárias cujas sedes estão instaladas nos cafés e, muitas vezes, o dono, o arrendatário, é um tesoureiro [...] Também é muito comum que o café seja o local, a sede da banda ou então de uma mera associação que se chama simplesmente “sociedade dos amigos” (RÉBÉRIOUX, 1992, p. 51-52).

Por fim, mas não menos importante, Réberieux também nos traz em seu texto a definição de lugares simbólicos de luta ou militância do operariado. Estes seriam espaços que ajudariam a rememorar as lutas dos trabalhadores, representando, dessa forma, as opressões e perseguições sofridas, além de aludir às ações por melhores condições de trabalho no momento em que executavam suas funções laborais. São, assim, “tornados simbólicos pela vontade de vencer o esquecimento no qual se mergulha não só a vida cotidiana operária, mas também a luta dos dominados” (Ibidem, 1992, p. 53).

A fim de representar esses espaços, a autora lista dois exemplos em seu estudo, que podem ser interpretados enquanto lugares simbólicos de luta ou militância presentes no contexto francês: o trajeto *Nation-Bastille* e o *Mur des Fédérés*. O primeiro se caracteriza enquanto um trajeto percorrido em marcha, como forma de protesto, por operários(as) franceses durante os anos 1930. O segundo é um muro existente próximo ao cemitério de *Père Lachaise*, onde ocorreram as últimas lutas da Comuna de Paris e que representam a opressão sofrida por

esses trabalhadores no contexto nacional francês (Ibidem, 1992). Assim, os lugares simbólicos de luta ou militância do operariado são elementos que permitem com que as opressões e as lutas operárias sejam lembradas, não permitindo que sejam apagadas de vez da história.

É importante ressaltarmos aqui, neste momento, que Rébérioux inicialmente chama os lugares simbólicos de luta ou militância do operariado somente como lugares simbólicos. Na perspectiva da Geografia isso acaba se traduzindo em um certo problema, já que o conceito de lugares simbólicos aparece em diferentes tipos de trabalhos da Geografia Cultural e Humanista. Segundo Corrêa (2012, p. 138-139):

Manifestações espaciais da cultura, os lugares simbólicos estão impregnados de significados políticos, religiosos, étnicos ou associados ao passado, o que os torna dotados de uma singularidade simbólica, distintos qualitativamente dos demais lugares caracterizados por uma diferenciação quantitativa. Um tipo de centro – como as hierópolis, ou cidades-santuário – ou uma cidade histórica são possíveis exemplos de lugares simbólicos inseridos em uma dada rede urbana regional.

Assim, por mais que Rébérioux inicialmente chame os lugares simbólicos de luta do operariado somente de lugar simbólico, é preciso notar que a autora não faz essa confusão de termos.

Outra informação importante é a de que, enquanto o conceito de lugar de memória elaborado por Nora é mais abrangente, buscando dar ênfase a qualquer tipo de objeto que seja capaz de auxiliar na lembrança de fatos / recontar o passado, Rébérioux se prende mais ao contexto espacial operário no que diz respeito aos lugares de memória operária. Nesse sentido, a autora está mais preocupada em evidenciar os espaços cotidianos da vida operária e lembrá-los utilizando de diferentes fontes documentais. Assim, por mais que os conceitos tenham nomes parecidos e um tenha surgido a partir do outro, eles não são 100% convergentes.

Lugares de trabalho, lugares de sociabilidade e lugares simbólicos de luta ou militância do operariado: essas são as três perspectivas contidas no interior do conceito de lugar de memória operária trazido por Rébérioux e que funcionam como uma metodologia para aqueles que desejam trabalhar com antigos bens industriais no contexto acadêmico. Uma metodologia que pode ser observada na Geografia por meio dos estudos de Scifoni (2013), como mencionado por nós anteriormente, neste trabalho.

Ao trazer o conceito para seus estudos, Scifoni utilizou dos lugares de memória operária disponibilizado por Rébérioux (1992) e foi além: os adaptou ao seu objeto de estudo, remodelando as definições do conceito. Desta forma, com base na proposta de Rébérioux,

Scifoni analisou os antigos espaços produtivos paulistas utilizando de quatro perspectivas: lugares de luta, lugares de moradia, lugares de trabalho e lugares de vida cotidiana. De acordo com a proposta da autora, os lugares de luta são “aqueles nos quais se dá o enfrentamento no e pelo trabalho, mas, também, de forma articulada, pelo direito à moradia” (SCIFONI, 2013, p. 104). Já os lugares de moradia:

Representam as experiências compartilhadas do viver operário, com seus limites e possibilidades. Incluem-se projetos que surgiram de forma pioneira como alternativa coletiva, frente às precárias condições de vida e que tornaram os operários sujeitos na produção do espaço da cidade (Ibidem, 2013, p. 104)

Os lugares de trabalho, não muito diferente do proposto por Rébérioux (1992), se definem:

Preferencialmente pelas fábricas ou pelos eixos viários ao longo dos quais estas se concentraram, conformando espaços da industrialização. A fábrica revela-se como organizadora da vida social e como referência espacial, pois que regula o movimento do bairro, a circulação nas ruas próximas. Nela se inscreve a memória operária não só como lembrança da atividade profissional e das condições do trabalho parcelar e repetitivo que aliena, mas como recordação de uma sociabilidade regulada pelo tempo do relógio e do apito da fábrica e pela necessidade de organização e luta (SCIFONI, 2013, p. 105).

Por fim, os lugares da vida cotidiana, proposta também alinhada com uma das definições de Rébérioux (1992), são:

Aqueles complementares ao viver operário no qual as relações de sociabilidade se reproduzem atravessadas pelas condições e necessidades do enfrentamento e de mobilização, mas são também aqueles em que o tempo livre e o lazer manifestam-se dentro da condição operária, com seus limites e possibilidades de transformação. Os lugares da vida cotidiana manifestam-se também como os de formação do operariado, mas para além da fábrica e do sindicato (SCIFONI, 2013, p. 105).

Conforme o que foi exposto até aqui, Scifoni não somente modificou algumas tipologias como decidiu expandir a proposta de Rébérioux para que pudesse abranger os bens industriais existentes na realidade paulista. Assim, trouxe à tona elementos que não foram até então mencionados pela historiadora, como a importância de se considerar as vilas operárias enquanto lugares de memória operária.

De toda forma, foi a partir da adaptação da proposta de Rébérioux que Scifoni analisou especialmente as antigas fábricas e indústrias de São Paulo. Um ato que ajudou a demonstrar o quanto a Geografia pode estudar antigos bens industriais tombados por meio da metodologia

proposta por Rébérioux. E, ao mesmo tempo, demonstra também que esta disciplina pode auxiliar no fornecimento de novas contribui  es sobre o tema, acrescentando outros pontos de vista que envolvam a rela  o entre a memória e o espaço geográfico, principalmente no contexto do espaço urbano.

Como a proposta de Rébérioux já trabalha com uma rela  o não excludente entre memória e espaço, podemos dizer que a metodologia criada pela historiadora francesa    também uma via por onde a Geografia possa se debruçar sobre antigos bens industriais tombados. Scifoni (2013), ao utilizar e adaptar a proposta criada por Rébérioux, ratifica esta reflexão e abre a possibilidade para que outros pesquisadores(as) da disciplina também realizem o mesmo.

Logo, podemos entender os lugares de memória operária como uma ferramenta que possa ajudar geógrafos(as) que desejam analisar não somente a cultura e a memória operária, mas os antigos recortes espaciais produtivos hoje reconhecidos como Patrimônios Industriais ou que estão em vias de serem tombados. E será pela via metodológica disponibilizada por Rébérioux (1992) que inclinaremos o nosso trabalho a partir de então, buscando identificar, no próximo capítulo de nossa pesquisa, quais são os lugares de memória operária existentes na antiga Cia. Nacional de Tecidos Nova América. Tudo de modo a entender quais são as possíveis rela  es existentes entre eles e o que eles nos fornecem acerca do passado do antigo recorte espacial tombado.

4 A CIA. NACIONAL DE TECIDOS NOVA AMÉRICA E SEUS LUGARES DE MEMÓRIA OPERÁRIA: UMA PERSPECTIVA PARA ALÉM DO LUGAR DE TRABALHO

No terceiro capítulo de nossa pesquisa, inclinamos nosso estudo, em um primeiro momento, sobre a história da Cia. Nacional de Tecidos Nova América, foco de nosso trabalho. Além desse resgate, buscaremos entender e/ou resgatar quais são os seus lugares de memória operária, partindo da antiga fábrica (atualmente tombada) para outros recortes espaciais (ou geográficos) presentes no cotidiano operário nova-americano. Para esta busca nos debruçamos sobre os acervos documentais presentes no município do Rio de Janeiro – RJ, instituições de fundamental importância para a compreensão de como era o modo de vida na fábrica e além de seu espaço produtivo.

4.1 A Cia. Nacional de Tecidos Nova América: gênese, queda e renascimento

Inspirada arquitetonicamente nas antigas fábricas e indústrias manchesterianas, que apresentavam grandes fachadas com tijolos aparentes (DEZEN-KEMPTER, 2012), a Cia. Nacional de Tecidos Nova América surge no antigo distrito rural de Inhaúma, Zona Norte carioca, na terceira década do século XX:

A Companhia Nacional de Tecidos Nova América S.A. teve sua fundação oficial no dia 18 de janeiro de 1924. Localizada à rua de São Pedro nº 67, a reunião deliberativa para a aprovação dos estatutos, eleição da diretoria, conselho fiscal e suplentes marcou a fundação daquela nova companhia têxtil que atuaria pelas próximas décadas no cenário industrial brasileiro (PIMENTA, 2006, p. 27).

Por ter surgido no contexto do início do século passado, a Nova América poderia ser rotulada enquanto uma fábrica têxtil atrasada ou tardia frente às demais já existentes no cenário carioca, como as fábricas da Companhia Progresso Industrial (também conhecida como Fábrica Bangu), Confiança, Corcovado, Aliança e a Companhia América Fabril. Todas operando há alguns anos na capital Federal e sendo reconhecidas como importantes produtoras de tecidos não somente do Rio de Janeiro, mas do país.

Entretanto, a criação da Nova América foi um marco. Seu surgimento representou o que havia de mais moderno no cenário industrial nacional, tanto no quesito de maquinários como na questão de administração empresarial:

A criação desta companhia e a construção de sua primeira unidade fabril foram acompanhadas por diversos jornais da época os quais consideravam-na a fábrica mais moderna – em 1924 – que se tinha notícia no Rio de Janeiro – RJ (Ibidem, 2006, p. 27).

De forma complementar, segundo Vieira (2012, p. 45):

Diferentemente dos primeiros industriais da área têxtil no Brasil, que tentaram estabelecer empresas inspirados no modelo europeu, os administradores da Cia Nova América, com experiência anterior no comércio [...] implantaram uma série de novas estratégias conjugadas e eficientes: diversificação da oferta de produtos, dirigindo-se à preferência do público; uma definição de organização do trabalho direcionada à formação de uma “mentalidade” operária orientada pela perspectiva empresarial; e um sistema de atração da mão de obra pelo fornecimento de serviços sociais de incentivo.

Ou seja, diferentes características fizeram com que a Nova América se destacasse perante as demais e não fosse entendida somente como “mais uma fábrica”. A nova cia. têxtil representava o progresso da produção fabril-industrial brasileira em meio ao primeiro processo de industrialização nacional, evento que ocorreu entre a segunda metade do século XIX e o início do XX (OLIVEIRA, 2008).

O contexto de surgimento da cia. de tecidos em questão envolveu não somente a introdução de uma nova fábrica com propostas inovadoras sobre um mercado produtivo já saturado. Sua criação escancarou também uma dissidência entre empresários do ramo têxtil nacional. Mais exatamente entre Adhemar Bebbiano, Mark Sutton – de origem portuguesa e inglesa, respectivamente – e os proprietários da Companhia Têxtil América Fabril, uma das mais importantes produtoras de tecidos do país até então.

A primeira unidade da empresa [Nova América] levou o nome de Fábrica Domingos Bebbiano – Companhia Nacional de Tecidos Nova América em homenagem ao patriarca da família e sócio fundador da Companhia Têxtil América Fabril. Domingos Bebbiano administrava a América Fabril desde 1897. Em 1904 chama o engenheiro inglês Walther Mark Sutton para assumir o cargo de diretor técnico. Tempos depois, Sutton se tornaria genro, casando-se em 1906 com Etelvina Bebbiano Martins. Em 1914, com a morte de Domingos, Mark Sutton acumulou por três anos a Gerência e a Diretoria Técnica até 1917, quando, então assume Afonso Adhemar Alves Bebbiano, filho de Domingos Bebbiano, o cargo de diretor técnico, permanecendo Sutton com a gerência [...]. Uma discórdia administrativa na Cia América Fabril

levou à demissão de Mark Sutton e de Afonso Adhemar Bebianno que, na sequência, adquirem um vasto terreno na Avenida Automóvel Clube, Rio-Petrópolis da época, atualmente bairro Del Castilho (VIEIRA, 2012, p. 44-45).

Como resultado: “a diretoria demissionária [da América Fabril] fundou a Companhia Nacional de Tecidos Nova América, em 1924” (WEID, 2009, p. 19). Logo, o nome da nova fábrica não foi uma escolha sem justificativa. Se as famílias donas da nova empresa têxtil eram provenientes da antiga América Fabril, o nome “Nova América” era bastante adequado. Afinal, demonstrava que esta nova companhia têxtil seria uma “Nova América” frente à “antiga América”, a América Fabril.

Para além da diretoria demissionária, a Nova América também foi composta por ex-acionistas da América Fabril. O capital, que antes era diretamente investido na fábrica da Companhia Têxtil América Fabril:

Passou a ser investido na Companhia Nacional de Tecidos Nova América que, fundada em 1924, tinha entre seus sócios, além da família [Bebbiano], Leopoldo de Bulhões e vários membros da antiga [fábrica de tecidos] Carioca, como a família Hue (LEVY, 1994, p. 222).

É importante destacar que alguns acionistas da empresa se destacavam no cenário nacional, como é o caso de Arthur Bernardes, ex-presidente do Brasil que, em 1927, já investia capitais no estabelecimento produtivo⁸; e do médico Juvenil da Rocha Vaz, ex-Reitor da Universidade do Brasil – atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – e um dos entusiastas da lei que reformulou o sistema universitário brasileiro durante os anos 1920 na então denominada Reforma Rocha Vaz⁹.

Com relação à construção e instalação da fábrica, não muito diferentemente de outras companhias têxteis de seu período, os fundadores da Nova América buscaram instalar a empresa em um espaço que atendessem aos seus interesses produtivos, ou seja, com fatores locais que ajudassem em sua produção. Nesse sentido, o terreno adquirido pelos donos do empreendimento era extenso, protegidos das enchentes dos rios Timbó e Jacaré (ABREU, 2006), mas servido diretamente pelo rio Farias (VIEIRA, 2012). Além desta informação, é importante atentar para o fato de que o terreno escolhido não só estava próximo da linha férrea

⁸ Disponível em: A Manhã, Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1927, p. 2. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

⁹ Breve biografia disponível em: <<http://www.expagcrj.rj.gov.br/rocha-vaz-juvenil-da>>. Acesso em 31 de janeiro de 2021.

como fazia parte da mesma, sendo vizinho da Estação de Del Castilho, algo que pode ser melhor observado na figura 1. Nesta via, segundo Pimenta:

A Companhia Nova América possuía como área de sua propriedade, terrenos da Estação de Del Castilho, da estrada de ferro auxiliar, Estação Liberdade, estrada de ferro rio d'ouro em Inhaúma. Sua primeira fábrica ocuparia uma área na Avenida Suburbana desde o número 1122 (PIMENTA, 2006, p. 28).

É preciso notar também que as redondezas da antiga estação mencionada já apresentavam uma pequena mancha populacional, que se tornou vizinha da fábrica. Segundo o trabalho de Miyasaka (2011), Inhaúma experimentava até então um acréscimo populacional não antes visto, principalmente a partir das práticas de “bota-abaixo” feitas pelo poder público entre o final do século XIX e início do século XX. Assim, quando a Nova América foi inaugurada, contava com a presença de trabalhadores(as) residentes próximos. Estes(as), em pouco tempo, passaram a atuar em seus setores.

Figura 1 – Vista aérea da Cia. Nacional de Tecidos Nova América.



Fonte: Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova América – Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Entretanto, a fábrica não contou somente com a mão de obra localizada nos arredores de Del Castilho. Afinal, estando em um espaço ainda ruralizado, conforme aponta Delgado de Carvalho em *História do Rio de Janeiro* (1926), a pequena população local não seria suficiente para fazer os teares da fábrica funcionar. Nesse sentido, em seu início produtivo:

A maior parte dos funcionários era oriunda de outras fábricas têxteis, principalmente da Cia América Fabril, a despeito da localização isolada,

naquele período, da empresa. A expectativa do trabalhador por melhor remuneração era nutrida continuamente pelos patrões, que, diante dos percalços na implantação da Fábrica, sinalizavam com promessas de um tempo melhor (VIEIRA, 2012, p. 45-46).

Talvez o maior desafio para seus fundadores / administradores, as famílias Bebbiano e Sutton, tenha sido a implementação de melhorias urbanísticas para a localidade na qual a fábrica foi inserida. Com a ausência de políticas públicas pró-urbanização por parte do poder público nos espaços suburbanos, conforme aponta Abreu (2006), restou a Adhemar Bebbiano e a Mark Sutton gerenciar não só a empresa como atuar na urbanização local:

A instalação de uma serraria e de uma olaria como parte do plano piloto para a construção da Cia Nova América, equipadas com modernas máquinas da época vindas da Inglaterra, em pouco tempo promoveu a urbanização da então zona rural. Os terrenos ficaram valorizados, e começou a surgir o comércio local e, conseqüentemente, mais empregos para os moradores da região (VIEIRA, 2012, p. 45).

Se Miyasaka (2011) afirma em sua obra que o antigo distrito rural de Inhaúma já passava por modificações populacionais antes mesmo da chegada da cia. de tecidos, com o surgimento da última a urbanização passa a ocorrer de fato. Assim, alguns anos após o seu surgimento, a Nova América passou não somente a urbanizar o recorte espacial no qual estava inserida. Tornou-se também “a maior fonte de emprego do bairro (...) eixo comunitário a partir de onde surgiu uma vila operária, escola, ambulatório, posto policial, áreas de lazer etc.” (VIEIRA, 2008, p.3). Características que fizeram da Nova América uma importante centralidade não só produtiva, mas também assistencialista.

Para além das questões de seu surgimento e da urbanização de seu espaço vizinho, segundo Stein apud Ribeiro (2018), a Nova América viveu um período de bastante prosperidade durante a Era Vargas, fato que permitiu com que suas políticas assistencialistas permanecessem sobre seus espaços de atuação. No entanto, a década de 1950 foi “definitivamente uma década de “primavera” para a Nova América” (PIMENTA, 2006, p. 38) pois, com os lucros advindos das décadas anteriores, Sutton e Bebbiano puderam expandir ainda mais os seus negócios. Como resultado, abriram uma filial da empresa chamada “Fonte Limpa” no Município de Duque de Caxias – RJ no início dos anos 1960.

Foi durante a década de 1960 também que a Nova América ultrapassou, em ganhos, a sua progenitora: a América Fabril. Esta última começou a sentir a perda de mercado local, apesar de ter modernizado todo o seu setor produtivo e até mesmo ter adquirido outras fábricas

do mesmo ramo (ibidem, 2006). Tal fato era um prenúncio do que seria o futuro do setor têxtil carioca e, principalmente, da Nova América, pois:

Ao fim da [segunda] guerra, passado o período de “grande prosperidade”, o quadro geral da indústria têxtil no Brasil já havia se alterado drasticamente, com os tradicionais fornecedores de tecidos se organizando para retomar seus mercados e os produtos brasileiros com a dificuldade de enfrentar a concorrência desses países. Por outro lado, ao relegar ao consumo interno em prol dos lucros do exterior, os industriais acabaram provocando a escassez e o encarecimento dos tecidos no mercado brasileiro, o que inclusive motivou o governo a suspender as exportações, a contragosto dos empresários têxteis (RIBEIRO, 2018, p. 4).

Nessa perspectiva, não se pode negar que a Nova América também já sentia a crise de seu setor naquele momento, apesar de ter criado sua filial. Segundo Pimenta (2006, p. 46):

Durante todo o ano de 1965 suas tentativas foram inócuas contra o déficit crescente que a colocava cada vez mais em crise. Os anos seguintes levaram a Nova América em aparente decaída. Empréstimos e estratégias promovidas pela companhia não conseguiram devolvê-la o auge dos anos 40 e 50.

Durante os anos 1970 a direção da Nova América chegou a investir em propagandas para atrair mais consumidores. Assim, tornou-se patrocinadora de eventos de alfaiataria e moda, na busca de uma maior visibilidade para seus negócios¹⁰. Entretanto, tal tática não foi o suficiente para ajudar a recuperar a empresa. Dentro de toda a perspectiva encontrada, foi durante o início da década de 1980 que a Nova América, no auge de sua crise financeira, acabou decretando falência. Um fato que ganhou bastante repercussão na mídia carioca ao ponto de estar estampado nas capas de alguns jornais locais¹¹¹².

O Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ) forneceu empréstimos para que os donos da Nova América pudessem arcar com pagamentos de salários atrasados e dívidas existentes¹³, tendo em vista que a empresa não conseguiu ajuda financeira de bancos privados. Todavia, a saída para a retomada das operações na fábrica só foi resolvida com a estatização da empresa pelo Governo Federal por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Social

¹⁰ Disponível em: Tribuna de Imprensa, Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1979, p. 8. Fonte: Hemeroteca Digital – Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

¹¹ Matéria de capa do jornal: Tribuna de Imprensa, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1983, p. 1. Fonte: Hemeroteca Digital – Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

¹² Disponível em: Jornal dos Sports, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1984, p. 10. Fonte: Hemeroteca Digital – Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

¹³ Disponível em: Tribuna de Imprensa, Rio de Janeiro, 29-30 de outubro de 1983, p. 7. Fonte: Hemeroteca Digital – Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

(BNDES). O intuito era o de recuperar a empresa e vender seus papéis no mercado de ações (VIEIRA, 2012). Uma ação que fez com que no ano de 1987 a empresa fosse adquirida pelo Sistema Cataguazes – Leopoldina¹⁴, um conglomerado privado responsável pela administração de algumas das mais importantes fábricas e indústrias têxteis do país no momento.

Vale notar que a empresa compradora da cia. têxtil em análise também foi responsável pela aquisição da já falida América Fabril, progenitora da Nova América (PIMENTA, 2006). Uma ação que fez com que as duas empresas voltassem a fazer parte de uma só. Uma curiosidade que não deveríamos deixar de destacar em nossa pesquisa.

No entanto, apesar de toda a operação sobre a cia. têxtil, a fim de que se restabelecesse no cenário nacional, os novos donos da Nova América decidiram por encerrar todas as suas atividades em Del Castilho, Zona Norte carioca, a partir dos anos 1990. Assim, manteve sua produção têxtil na filial da empresa em Duque de Caxias – RJ até ocorrer o encerramento de suas atividades de vez durante o início da década de 2000¹⁵.

Com o fim das produções em Del Castilho, o antigo espaço produtivo terminou sendo adquirido por uma empresa do ramo comercial responsável pela transformação da antiga fábrica em um *shopping center*. Inaugurado no ano de 1995, o *Shopping Nova América* surgiu por meio da ação da Ancar (hoje denominada Ancar Ivanhoe), empresa administradora de *shopping centers* no Brasil. Por mais que tenha sido alvo de intensas obras, suas antigas formas se mantiveram sobre a paisagem carioca, o que fez com que a Nova América se tornasse mais um exemplo do fenômeno urbano denominado refuncionalização espacial.

Após sua refuncionalização, a Nova América ainda passou por novas obras e expansões que foram responsáveis pela adição de novas estruturas ao redor da antiga fábrica (como pode ser observado nas figuras 2 e 3). A última expansão data de 2014.

Hoje, em sua face *shopping center*, a Nova América possui três torres comerciais, uma universidade privada, além de abrigar um hotel com cerca de 420 quartos. Eventos sazonais de grande porte também já ocorreram no local, como a presença de um museu itinerante de *video-games*, que teve a sua última presença confirmada no estabelecimento comercial em janeiro de

¹⁴ Disponível em: Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 3 de julho de 1987, p. 13. Fonte: Hemeroteca Digital – Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

¹⁵ Disponível em: <http://www.textileindustry.com/m/blogpost?id=2370240%3ABlogPost%3A60196>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2021.

2019¹⁶; uma exposição de casamentos com cerimoniais oficiais ocorrendo dentro da antiga fábrica¹⁷; além de apresentar atualmente, em seu estacionamento, um parque de diversões¹⁸. Todos esses fatos refletem a importância de um recorte espacial por onde circulavam até o início de 2020 – momento pré-pandemia – cerca de 2 milhões de pessoas e 375 mil automóveis por mês, segundo dados fornecidos pela administração do empreendimento comercial¹⁹. Fatos que fizeram com que a administradora local passasse a chamar a antiga fábrica de “Complexo Nova América”.

Foi somente após todas as obras de expansão na localidade e da concretização da ideia do “Complexo Nova América” que as formas da antiga cia. de tecidos foram reconhecidas, em outubro de 2015, como Patrimônio Cultural Carioca pela Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

Figura 2 – Os novos elementos na paisagem ao redor da antiga fábrica.



Fonte: acervo pessoal.

Por mais que tenha sido tombada tardiamente, a Nova América se mantém hoje como

¹⁶ Disponível em: <<https://www.diariodorio.com/museu-do-videojogo-volta-ao-nova-america>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.odia.ig.com.br/economia/empregos-negocios/2017-08-08/expo-noivas-vai-celebrar-a-união-homoafetiva.html>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.terra.com.br/noticias/dino/parque-itinerante-lazer-para-os-adultos-diversão-garantida-para-as-criacas,57631a2ed08e4331c8f706e29bf3ac9ef7gzgsul.html>>. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

¹⁹ Disponível em: <<http://www.novaamerica.com.br/complexo-nova-america>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

uma das poucas fábricas ainda preservadas na capital fluminense que lembram o passado industrial não somente carioca, mas também nacional.

Figura 3 – A chaminé da fábrica e um dos prédios da mais recente expansão.



Fonte: acervo pessoal.

Dentro de toda a perspectiva demonstrada até agora por nós, surge o seguinte questionamento: é possível que a Nova América consiga ser observada sobre a ótica dos lugares de memória operária descrita por Madeleine Réberieux (1992)? É isso que desenvolveremos a partir deste momento em nossa pesquisa.

4.2 Como a memória da Nova América é atualmente trabalhada? Introduzindo a perspectiva do lugar de memória operária no contexto nova-americano

Sendo entendida enquanto uma rugosidade, recorte geográfico onde o “tempo histórico se transformou na paisagem, incorporada ao espaço” (SANTOS, 2012 [1978], p. 173), não restaria dúvida de que a memória do agora bem tombado também seria trabalhada a fim de que pudesse ser conhecida por seus mais novos visitantes: os consumidores do *shopping center*. Nesse sentido, o passado fabril foi selecionado como alvo do novo empreendimento inserido na localidade.

Conforme disposto na introdução de nosso estudo, fez parte de nossa metodologia de pesquisa trabalhos de campo na Nova América e em outros possíveis espaços associados à

mesma. Foi durante essas idas a campo que pudemos notar que existem na antiga cia. de tecidos dois memoriais construídos pelos responsáveis do empreendimento comercial, a Ancar Ivanhoe, a fim de demonstrar como era o passado local, sendo um destes interno e o outro externo à fábrica. Todavia, ambos no recorte espacial atualmente entendido como *shopping center*.

O primeiro memorial encontrado por nós (figuras 4 e 5) está localizado em um corredor que fica entre a praça de alimentação e os banheiros do centro comercial, um ponto da antiga fábrica que, de certa forma, está escondido e não apresenta placas que demonstrem a sua presença. Esse memorial é composto, basicamente, por figuras e textos que compõem uma linha histórica dividida em três pontos: 1 – o início dos trabalhos na fábrica até a sua falência, contando com fotos de trabalhadores(as) em seus postos de atuação (1924-1991); 2 – as obras que ajudaram na refuncionalização ocorrida na localidade (1991-1995); 3 – por fim, a fábrica transformada em *shopping center* (1995 – hoje).

Figura 4 – Corredor onde fica o memorial interno da fábrica.



Fonte: acervo pessoal.

O segundo memorial, existente na parte exterior da fábrica (figura 6), tem em sua

composição quatro maquinários têxteis utilizados na Nova América, todos expostos ao público e ao tempo, estando localizado em uma das entradas que dá acesso a uma de suas mais recentes expansões. Esses maquinários possuem em suas bases placas que combinam imagens e descrições sobre fatos que envolvem o passado da Nova América (figura 7), principalmente com relação – mais uma vez – ao labor ocorrido na localidade e a transformação da fábrica em *shopping center*. Desta forma, o segundo memorial basicamente segue a mesma proposta do primeiro: foca sobre o trabalho ocorrido na fábrica e a sua refuncionalização. Entretanto, diferentemente do primeiro, não há o compromisso com uma linha do tempo: os textos e imagens são expostas ao público sem seguir uma lógica cronológica.

Figura 5 – Os pontos da linha do tempo e suas descrições no memorial interno da fábrica.



Fonte: acervo pessoal.

Uma observação importante é a de que os dois memoriais analisados apresentam erros com relação à própria história da fábrica. Diferentes autores(as) utilizados por nós, como Pimenta (2006) e Weid (2009), demonstram que a Nova América surge no início do ano de 1924, enquanto os memoriais reproduzem a informação errada de que a fábrica surge no ano de 1925 (esse fato pode ser observado novamente na figura 7).

Figura 6 – O segundo memorial com as máquinas expostas e informações em suas bases.



Fonte: acervo pessoal.

Ainda com relação aos memoriais, não existem datas certas sobre quando foram inaugurados. No entanto, acreditamos que sejam frutos da última grande obra ocorrida sobre a fábrica na inauguração da terceira expansão do *shopping center*, correspondente ao ano de 2014²⁰. Certamente fizeram parte dos preparativos para o reconhecimento da Nova América enquanto Patrimônio Cultural Carioca, título cedido no ano de 2015, e que trataremos com mais afinco mais à frente, em nosso trabalho.

Figura 7 – Placa na base de uma das máquinas existentes no memorial externo.



Fonte: acervo pessoal.

²⁰ Disponível em: <<http://www.novaamerica.com.br/shopping-nova-america>>. Acesso em 6 de abril de 2021.

Outra referência ao passado existente na localidade é a denominada “Rua do Rio” (figura 8). A rua citada é um polo gastronômico criado em 2002²¹ no corredor central da fábrica. Toda calçada com pedras portuguesas, ela apresenta fachadas cenográficas de sobrados que simulam uma rua antiga no Rio de Janeiro. Assim, cria uma atmosfera que busca rememorar o passado carioca e sua boemia, mas que não necessariamente dialoga com o passado da fábrica, já que foi uma criação da empresa que hoje administra o bem tombado e não tem relação com o passado fabril local. Afinal, tal rua não existia na Nova América enquanto fábrica de tecidos.

Figura 8 – Rua do Rio.



Fonte: acervo pessoal.

Para além dos memoriais e da própria “Rua do Rio”, é importante atentarmos também para o documento que norteia a preservação da fábrica. Segundo o Diário Oficial Eletrônico do Município do Rio de Janeiro (DOEMRJ)²² e o Sistema Único de Controle de Protocolos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (SICOP)²³, o processo de patrimonialização da Nova América foi iniciado em 11 de Setembro de 2007 por requerimento da Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico-Cultural da Cidade do Rio de Janeiro (SEDREPAHC)²⁴, substituída posteriormente pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH). Este processo foi concretizado em 1º de

²¹ Disponível em <<http://www.novaamerica.com.br/complexo-nova-america>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

²² Disponível em: <<http://www.doweb.rio.rj.gov.br>>. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

²³ Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/sicop>>. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

²⁴ Processo nº 22/000.431/2007 de 11 de setembro de 2007. Para entender toda a tramitação do processo basta inseri-lo no Sistema Único de Controle de Protocolos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (SICOP): <<http://www.rio.rj.gov.br/sicop>>.

outubro de 2015, quando o bem industrial foi definitivamente reconhecido como Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro²⁵.

Segundo o documento que reconhece a necessidade de se preservar o antigo bem industrial, a fábrica recebe a titulação por ser um antigo elemento existente na paisagem suburbana carioca que remete ao passado do Município. Além disso, com as operações laborativas locais, ela ajudar a recontar o passado industrial da capital fluminense²⁶. Nesse sentido, é uma forma espacial que ajuda a recontar a própria história dos subúrbios e como eram as práticas de trabalho no Rio de Janeiro – RJ.

De acordo com o que apuramos com relação aos documentos que nortearam o reconhecimento do bem como Patrimônio Cultural carioca, nenhuma outra localidade foi mencionada no processo, sendo este exclusivamente voltado para a fábrica. Outra informação importante é que quando consultamos o Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), presente no Município do Rio de Janeiro – RJ, não encontramos documentos que demonstrassem estudos sobre a Nova América ou mesmo requerimentos desejando a sua preservação em escala nacional. A mesma situação foi encontrada no Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (INEPAC). Logo, somente a Prefeitura do Rio de Janeiro – RJ se interessou pela preservação da fábrica.

De qualquer forma, é importante notar que tanto a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro quanto a esfera privada preferiram explorar a memória da Nova América em um sentido onde o processo de industrialização e o trabalho ocorrido sobre o local são bastante destacados frente às outras possibilidades de uso do bem tombado. Se colocarmos esta interpretação sob a perspectiva do conceito proposto por Madeleine Réberieux (1992) podemos perceber que a Nova América, enquanto lugar de memória operária, acaba tendo a sua memória “oficial” bastante voltada para a perspectiva do que a autora denominou lugar de trabalho.

Como discutido no segundo capítulo desta pesquisa, os lugares de memória operária devem ser entendidos sob três perspectivas: lugar de trabalho, lugar de sociabilidade e lugar simbólico de luta e militância. Quando Madeleine Réberieux institui o conceito de lugar de memória operária nos diz que a ideia de trabalho projetada sobre um antigo bem industrial é

²⁵ Decreto Rio nº 40695 de 1º de outubro de 2015. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/distatic/10112/4722991/4151432/330DECRETO40695AntigaFabricadetedidosNovaAmericatombamentoeareadeentorno.pdf>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2021.

²⁶ Decreto Rio nº 40695 de 1º de outubro de 2015. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/distatic/10112/4722991/4151432/330DECRETO40695AntigaFabricadetedidosNovaAmericatombamentoeareadeentorno.pdf>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2021.

importante ser notada, mas não deve ser vista como a única, tendo em vista que antigos espaços produtivos não se limitam à ideia de trabalho. A historiadora francesa projeta o conceito de lugar de memória operária para que possamos observar outras faces de toda a vida ligada à trabalhadores(as) e seus respectivos estabelecimentos produtivos. Assim, os lugares de trabalho, conforme determina a autora, são uma face a ser explorada que não deve ser negligenciada, mas que não devemos nos limitar somente sobre ela.

Quando a Prefeitura local e a atual administradora da Nova América observam o bem tombado somente pela ótica do trabalho excluem de seus mais recentes visitantes a perspectiva de se olhar para além das práticas produtivas ocorridas na localidade. Quem operava as máquinas? Onde viviam? O que passavam? Como eram suas vidas além da produção? Essas perguntas ficam sem respostas, como se desprezásemos todas as experiências e sensações vividas por cada um dos operários e operárias e déssemos prioridade somente sobre ao trabalho ocorrido no espaço em destaque. Logo, a proposta de Rebérioux traz à tona que devemos ver os bens industriais para além da visão laboral e é isso que faremos a partir de então.

Antes de nos aprofundarmos sobre esta análise, é preciso que realizemos alguns esclarecimentos. A perspectiva de compreender a Nova América fora da alçada de um lugar de trabalho nos trouxe o desafio de explorar o passado da cia. têxtil em estudo para além dos memoriais existentes hoje no bem tombado e do documento que intitula a mesma como Patrimônio do Município do Rio de Janeiro. Conforme apontamos na introdução de nosso estudo, a metodologia da pesquisa em curso também compreendeu visitas à acervos documentais existentes no Município onde se localiza a Nova América. Para isso, nos debruçamos sobre diversos tipos de materiais em diferentes instituições existentes com o intuito de compreender o passado fabril do bem em questão. Como resultado desta empreitada encontramos materiais sobre o passado da Nova América nos acervos da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil e no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Nestes conseguimos encontrar dados sobre a fábrica nos jornais que circularam no Rio de Janeiro – RJ, assim como outros documentos produzidos pela própria empresa, ainda hoje preservados e que citaremos mais adiante, em nosso estudo.

Feitos os esclarecimentos com relação à metodologia desenvolvida a partir de então, podemos prosseguir com as nossas descobertas que fornecem novos pontos de vista para o bem tombado em análise, ou seja, para além de um recorte espacial com funções laborativas / industriais.

4.3 Os espaços e as práticas da ordem e do controle: os lugares de sociabilidade nova-americanos

Espaços produtivos baseados nas metodologias fordistas e tayloristas tinham por intuito a economia de tempo e o encurtamento de espaços para que não perdessem o foco de suas funções laborais, gerando, desta forma, maior produção e lucro para os donos dos meios de produção (CARMO, 2005). Assim, é importante que se tenha em mente que ambientes produtivos que utilizavam daquelas eram totalmente controlados e vigiados. Entretanto, esta prática não atingia somente o espaço laboral. Afinal, em muitos casos, tais ações permeavam também “todas as esferas de vida de seus operários, mantendo um rigoroso controle social da massa de trabalhadores” (OLIVEIRA, 2008, p. 140).

Moreira, em seu estudo sobre a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), localizada em Volta Redonda – RJ, nos diz que a empresa auxiliou não somente no surgimento do Município no qual passou a estar inserida, como também influenciou na construção de outros espaços e funções que passaram a existir sobre o solo volta-redondense. Segundo o autor:

A cidade de Volta Redonda foi construída à imagem e semelhança da usina pela CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), que traçou-lhe por função a de espaço disciplinador da massa trabalhadora da usina. As casas, os serviços, as áreas públicas da cidade são o desdobramento externo da fábrica. Sob essa mística de identidade, cidade e fábrica se integram, se completam e crescem juntas como uma unidade única de espaço (MOREIRA 1996, p. 40).

Em outro artigo, Moreira também nos diz que a presença da CSN: “se prolonga nos lazers dos fins de semana, destinados a organizar o cotidiano extrafábrica nas mesmas normas e regras éticas do trabalho intrafábrica” (MOREIRA, 2012, p. 219).

Bem antes da CSN, a Companhia América Fabril, progenitora da Nova América, também apresentava a mesma lógica, buscando o controle do modo de vida de seus operários(as) para além das linhas de produção. Segundo Gomes (1988, p. 22):

Uma das estratégias essenciais para a garantia do desempenho e da produtividade da empresa, este controle se desdobra em toda uma "política social" que envolve a criação de uma Caixa Beneficente (em 1911), a construção de vilas operárias, de escolas e, especialmente, a formação da Associação dos Operários da América Fabril (em 1919).

De forma complementar, os administradores da América Fabril investiram também em eventos, festividades e até mesmo em atividades de desportos em espaços que eram de posse da fábrica. Tudo com o intuito de fazer com que os operários permanecessem “dentro do campo

de visão e atuação da companhia” (PIMENTA, 2006, p. 66).

Nesta perspectiva, as metodologias produtivas taylorista e fordista, bastante presentes em fábricas e indústrias do final do século XIX e início do XX, buscavam todo um ordenamento do espaço e do tempo do operariado inerente não somente à produção. Permeava momentos e lugares que estavam além do chão de fábrica. Uma prática que dialoga em muito com a época em que foram produzidas, momento este identificado pelo historiador e filósofo francês Michel Foucault como sendo de predominância da(s) sociedade(s) disciplinar(es).

Segundo Costa (2004, p. 1): “as sociedades disciplinares podem ser situadas num período que vai do século XVIII até a Segunda Grande Guerra”. Nesse momento, em especial, as instituições sociais:

Assumem papéis de vigilância, normatização e exame constante dos sujeitos, de tal maneira que o poder, exercido minuciosamente, marca corpos e lhes impõe condutas. O tipo de poder de uma sociedade disciplinar tende a separar, prender, controlar e punir (SIQUEIRA, 2020, sem paginação).

Assim, segundo Neto (2009, p. 41): “na sociedade disciplinar, os indivíduos são vigiados e punidos a fim de transformá-los em seres governáveis, dóceis e passíveis”.

Um dos maiores exemplos de como funcionava a sociedade disciplinar, segundo o próprio Foucault, estaria no Panótipo de Betham. De acordo com o pesquisador francês, o Panótipo pode ser entendido da seguinte forma:

Na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar [...] E esta é a garantia da ordem. Se os detentos são condenados não há perigo de complô, de tentativa de evasão coletiva, projeto de novos crimes para o futuro, más influências recíprocas; se são doentes, não há perigo de contágio; loucos, não há risco de violências recíprocas; crianças, não há “cola”, nem barulho, nem conversa, nem dissipação. Se são operários, não há roubos, nem conluios, nada dessas distrações que atrasam o trabalho, tornam-no menos perfeito ou provocam acidentes [...] Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder (FOUCAULT, 2008, p. 165-166).

Logo, funcionando como o personagem “Grande Irmão” ou “*Big Brother*”, presente na Obra “1984” de George Orwell (2009), o desejo daqueles que projetaram esse tipo de

estrutura é de se obter um intenso controle daquilo que se observa. Assim, segundo o pesquisador:

O pan-optismo foi uma invenção tecnológica na ordem do poder, como a máquina a vapor foi na ordem da produção. Essa invenção tem de particular o fato de ter sido utilizada em níveis inicialmente locais: escolas, casernas, hospitais (FOUCAULT, 2014, p. 254).

Nesta perspectiva, Foucault ratifica que diferentes instituições pertencentes às sociedades disciplinares reproduziam a lógica de disciplinar corpos por meio das práticas de vigilância e controle, práticas essas também reproduzidas em fábricas, indústrias e outros tipos de espaços voltados para atividades produtivas. Logo, quando CSN e América Fabril ordenavam todo o modo de vida de seu operariado, buscavam disciplinar corpos além do chão de fábrica com o intuito de manter suas produções. E, obviamente, este movimento não se limitou somente àquelas, já que também pode ser observado em diferentes espaços produtivos, como na Cia. Nacional de Tecidos Nova América, foco de nosso trabalho.

Conforme apontou Vieira (2012), em pouco tempo após o seu surgimento a Nova América tornou-se não só uma das principais fábricas da Cidade do Rio de Janeiro como tornou-se também um importante polo assistencialista no recorte suburbano ainda ruralizado de Inhaúma, Zona Norte carioca. Afinal, a administração da Nova América, composta por seus acionistas e, principalmente, por seus donos, Adhemar Bebbiano e Mark Sutton, passou não apenas a se preocupar com a produção têxtil, mas também com outros assuntos com relação à vida de seus operários. Assim, passaram a se dedicar à produção de uma espécie de sociabilidade controlada entre os funcionários(as) da empresa por meio da criação da Associação Atlética Nova América.

Também conhecida como AANA, a Associação Atlética Nova América foi inaugurada no dia 12 de dezembro de 1928²⁷. Sendo chamada também de “*Club Nova América*”, fora instalada próxima da cia. de tecidos em terreno de posse das famílias Bebbiano e Sutton. Tal instituição sofreu poucas modificações com relação à sua localização conforme o tempo, sendo a sua sede definitiva instalada na rua Amaro Hamati, próxima da Estrada Velha da Pavuna²⁸, em Inhaúma, Zona Norte carioca.

²⁷ Conforme disposto na coluna “Cá de Trás...”, de Luiz Aranha, sob o título: “Associação Atlética Nova América”. Disponível em: A Noite, Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1944, p. 9. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

²⁸ Sede da AANA em Cidade Jardim. Sonho que se realiza. In: Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 89, ano 11, p. 7, 1952.

Os antigos jornais que circularam no Rio de Janeiro – RJ, hoje preservados pela Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil, foram de suma importância para entendermos como a AANA funcionava e qual era a sua importância para a Nova América. Ao nos debruçarmos sobre o acervo citado, explorando os anos em que a cia. de tecidos manteve a sua produção ativa (1924-1991), pudemos perceber que, de um modo geral, a AANA funcionava como uma espécie de central operária compostas por diferentes atividades e serviços que eram voltados para a vida dos(as) trabalhadores(as) fora do contexto produtivo. Tamanha a sua importância, a instituição citada chegou a contar com cerca de 2.600 associados em 1944²⁹, um número que, se comparado ao ano de 1945, representava aproximadamente 90% dos trabalhadores da fábrica³⁰.

Em síntese, a AANA era interpretada como uma espécie de central de amparo aos funcionários(as) da fábrica, feita “de trabalhadores para trabalhadores”, como fora exposto na mídia carioca durante a década de 1940³¹. Isso fazia com que fosse dita como sendo o equivalente a um sindicato.

Apesar do fato, é importante destacar que a instituição citada foi erguida e mantida financeiramente pela administração da fábrica³². Era utilizada mais para a defesa dos interesses de seus donos do que amparando os trabalhadores(as) em situações nas quais necessitavam de suporte. Por mais que essa seja uma face que mereça ser notada, acreditamos que primeiro seja necessário analisarmos a importância da AANA para a cena sociocultural de Inhaúma, tendo em vista a sua relevância para a localidade na qual foi inserida.

Pouco tempo após a sua inauguração, a Associação Atlética Nova América se tornou um dos primeiros aparelhos voltados para práticas culturais e de assistencialismo social existentes na antiga Freguesia de Inhaúma. Na década de 1930, por exemplo, a AANA já era responsável pela produção de importantes eventos voltados para operários(as), como: a organização de bailes de carnaval³³; a produção de festividades voltadas para a comunidade

²⁹ Ibidem.

³⁰ Disponível em: Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 4, ano 2, p. 14, 1945. Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

³¹ Disponível em: Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 4, ano 2, p. 14, 1945. Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

³² Depoimento de Nelson Cintra. In: Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 107, ano 10, p. 17, 1954.

³³ A primeira aparição nos jornais cariocas ocorre em 1934. Disponível em: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1934, p. 25. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

operária envolvendo celebrações como Natal, Ano Novo e Festas Juninas³⁴; além de ser também a produtora de bailes de *jazz*³⁵ em uma Inhaúma ainda rural.

Com o apoio da administração da Nova América, a AANA também organizou *shows* que contaram com a participação de importantes artistas do cenário artístico nacional do momento, como Francisco Alves, Orlando Silva e Cauby Peixoto (PIMENTA, 2006). De forma complementar, também foi o reduto de exibição de filmes para operários(as) e a instituição responsável pela organização de excursões operárias destinadas à diferentes localidades cariocas, como o antigo zoológico localizado em Vila Isabel e aos diferentes museus existentes na ex-capital federal durante as décadas de 1940 e 1950³⁶.

Para além das questões culturais e de festividades, a AANA foi também a instituição da Nova América responsável por manter relações com outras instituições, como o Serviço Social da Indústria, o SESI, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o SENAI. Por meio destas parcerias houve a implementação da primeira escola local, a Escola Nova América, que funcionou durante suas primeiras décadas no interior da Associação. Apesar de aparentemente criada para o ensino e formação de filhos(as) de operários(as) desde o seu surgimento, a Escola era voltada também para a alfabetização de operários(as) que ainda não sabiam ler e para a aplicação de cursos de especialização para trabalhadores(as)³⁷. Esta criação dialoga com o momento em análise, já que o governo Vargas criou normativas que obrigavam empresas a implementarem cursos de especialização profissional para o operariado, cursos estes que eram disponibilizados por instituições como o SESI e o SENAI. Se aproveitando de tal necessidade, a Nova América utilizou a AANA inicialmente para esta função, sendo tais cursos logo depois transferidos para um prédio anexo à Associação, onde funcionaria a Escola Nova América em definitivo (VIEIRA, 2012).

Entretanto, a parceria entre SESI, SENAI e Nova América (por meio da AANA) não se restringiu somente ao lado educacional. Da parceria com o SESI surgiu uma oficina de teatro na fábrica no contexto dos anos 1940³⁸. Sendo totalmente composta por operários(as), esta

³⁴ Disponível em: O Jornal, Rio de Janeiro, 2 de julho de 1948, p. 6. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

³⁵ Disponível em: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 14 de abril de 1934, p. 25. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

³⁶ Como disposto em diferentes exemplares do Boletim Nova América.

³⁷ Escola de Oficina na Associação Atlética Nova América. In: Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 106, ano 8, p. 6 e 7, 1953.

³⁸ Conforme disposto na coluna “Cá de Trás...”, de Luiz Aranha, sob o título: “Associação Atlética Nova América”. Disponível em: A Noite, Rio de Janeiro, 19 de out. de 1944, p. 9. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

oficina foi a responsável pela produção da peça “O operário e o médico”³⁹, que, com o apoio do SESI⁴⁰, chegou a estar em cartaz em um teatro da cidade do Rio de Janeiro.

Por fim, a parceria entre as instituições anteriormente citadas também fez com que a Associação Atlética se tornasse a sede de diferentes torneios esportivos entre fábricas e indústrias no subúrbio carioca. Adhemar Bebbiano, um dos donos da cia. de tecidos, foi envolvido com a cena esportiva carioca ao ponto de se tornar presidente do Botafogo de Futebol e Regatas durante a década de 1940. Logo, não seria difícil que diferentes atividades físicas fossem incentivadas na fábrica, seja por auxiliar na saúde dos operários, seja porque um de seus donos fazia parte da elite desportiva carioca.

Por mais que a AANA já fosse há algum tempo o reduto esportivo da Nova América, onde seus operários poderiam praticar futebol, malha, vôlei etc. a Associação sediou diferentes torneios entre empresas promovidos pelo SESI. Os jornais locais mencionam inúmeras vezes as partidas de diferentes campeonatos que ocorreram na AANA, o que incluía a disputa de títulos regionais. Um fato que demonstra a importância da instituição não somente para a própria comunidade operária da Nova América, como também para o contexto esportivo industrial fluminense.

Até aqui podemos entender a Associação Atlética Nova América como um espaço fabricado no sentido de ser uma centralidade no contexto nova-americano, centralidade esta composta de diferentes atividades e serviços que não existiam em Inhaúma, o que tornou a instituição única e de valor excepcional. Sua multifuncionalidade fazia com que trabalhadores(as) desenvolvessem na localidade diferentes atividades cotidianas que estavam além do chão de fábrica. Assim, suas relações sociais eram desenvolvidas em um recorte espacial que era de posse da administração da cia. de tecidos, facilitando o controle e a vigilância dos possíveis atos dos operários(as).

Entretanto, o papel da AANA vai além quando, durante a década de 1940, a instituição acumula mais uma função: ser o órgão comunicador da Nova América por meio do lançamento do periódico fabril denominado “Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova América” (figura 9). Sendo redigido e organizado por Daysi Pimenta, Nilo Assumpção e

³⁹ Disponível em: Leitura, Rio de Janeiro, abril de 1943, p. 36 e 37. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

⁴⁰ Disponível em: A Noite, Rio de Janeiro, 22 de set. de 1948, p. 12. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Waldyr Carvalho⁴¹, além de contar com as fotografias de Luiz Trindade⁴², todos trabalhadores da Nova América que cumpriam funções na AANA, o Boletim foi produzido mensalmente pela própria Associação durante as décadas de 1940 e 1950. Era distribuído principalmente para a massa operária nova-americana e para alguns jornais que circularam na então capital Federal⁴³. Tal informativo recebia contribuições mensais não só de seus redatores oficiais, mas de diferentes trabalhadores(as) da fábrica, seja de forma anônima ou com seus nomes creditados nos artigos, assim como recebia também a contribuição de pessoas que eram diretamente responsáveis por diferentes setores da cia. de tecidos.

Além de ser recheado de passatempos como piadas, palavras cruzadas e chanchadas sobre o subúrbio carioca, o objetivo do periódico em si era o de levar até o leitor(a) diferentes informações sobre o momento do país e, em especial, sobre as próprias atividades desenvolvidas no espaço que era da empresa. Assim, incluía informes sobre eventos que iriam ocorrer na fábrica e na própria AANA. Tudo contido em um pequeno tabloide operário que tinha, em média, cerca de 20 páginas.

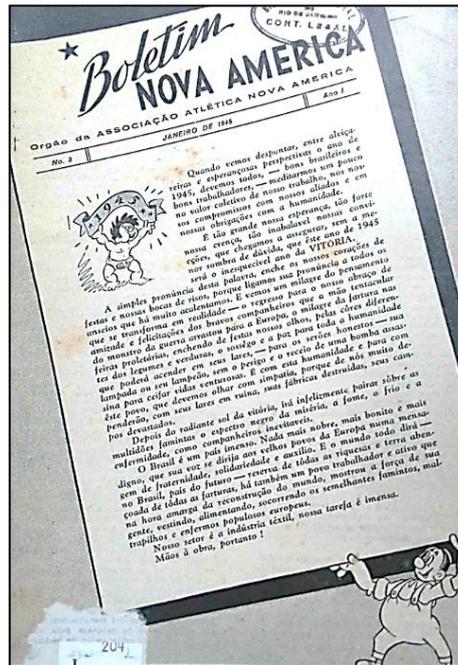
Para fins de conhecimento do leitor, este periódico atualmente é preservado pelo Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil, que conta com os exemplares produzidos e distribuídos pela AANA durante as décadas de 1940 e 1950. Por mais que sejam preservados, não é possível identificar pelo acervo da instituição citada até que momento estes boletins foram produzidos, tendo em vista que não existe na coleção uma possível indicação de qual seja o "último periódico" publicado. Também não conseguimos identificar por meio do sistema da Biblioteca Nacional quem foi a pessoa ou a instituição responsável pela doação deste material para o acervo local. Apesar dos fatos, entendemos que isto não era um empecilho para a nossa pesquisa e nos debruçamos sobre tal documento.

⁴¹ Conforme disposto no Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova América, Rio de Janeiro, n. 2, p. 20, 1944. Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

⁴² Nome confirmado em diferentes fotos do Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova América.

⁴³ Conforme apontou o jornal Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 30 de jan. de 1946, página 14. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Figura 9 – Capa do primeiro Boletim Nova América⁴⁴.



Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Durante as leituras do Boletim foi possível confirmar as informações disponíveis nos jornais que circularam na ex-capital Federal, ou seja, com os Boletins em mãos pudemos perceber o quanto a AANA realmente concentrava diferentes tipos de atividades em seu interior. Atividades estas que iam da prática de diferentes modalidades esportivas até a produção de diversos de tipos de eventos voltados diretamente para a comunidade operária nova-americana.

Foi por meio destas leituras que percebemos também o quanto a Associação Atlética Nova América era responsável pela organização da vida dos trabalhadores(as) da Nova América de diferentes formas possíveis, tanto no contexto interno como externo à fábrica. Assim, as colunas e matérias do Boletim tinham o intuito de não somente informar ou desconstruir o leitor(a): buscavam disciplinar, de diferentes formas possíveis, o comportamento dos trabalhadores(as) da empresa em diferentes momentos de seu cotidiano sob uma narrativa de extrema valorização do trabalho feito na fábrica.

Com relação à valorização do trabalho, por exemplo, inúmeras são as vezes em que os redatores do Boletim se dedicam a demonstrar que as atividades na empresa estariam acima de tudo e de todos. Na capa do Boletim n. 4, de fevereiro de 1945, por exemplo, há um artigo

⁴⁴ Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1, nov. de 1945.

editorial que traz uma mensagem sobre o carnaval carioca. Apesar de expressarem a importância da folia, os redatores(as) do periódico dizem para os trabalhadores(as) não se animarem, pois: “nas horas de serviço devemos pensar só no trabalho”⁴⁵. Esse tipo de abordagem se apresenta em diferentes páginas do periódico, como ocorre constantemente na coluna denominada “Velha Guarda” (figura 10).

Nesta havia mensalmente uma entrevista com um dos mais antigos trabalhadores(as) da fábrica buscando demonstrar como foi a sua trajetória na Nova América e qual seria a “fórmula do sucesso” para ser entendido como um “excelente profissional”. Ressaltava-se, assim, as “qualidades” que faziam com que cada um dos selecionados para a entrevista fosse visto como um exemplo aos demais.

Figura 10 – Entrevista na Coluna “Velha Guarda”⁴⁶.



Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Na entrevista com Antônio Cravo, trabalhador já aposentado, os redatores do Boletim expressam que sua aposentadoria foi como: “um prêmio a sua atuação exemplar durante os vinte anos de trabalho perfeito”⁴⁷, já que era “calmo por natureza e silencioso por tendência [...]

⁴⁵ Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 4, p. 1, fev. de 1945.

⁴⁶ Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 2, p. 5, dez. de 1944.

⁴⁷ Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 2, p. 5, fev. de 1945.

nunca provocou a menor agitação durante os vinte anos de trabalho permanente”⁴⁸. Palavras não muito diferentes das dirigidas a José Guimarães, dito como: “fiel, atento e intransigente noção do cumprimento do dever”⁴⁹. Este último, em especial, chega a relatar que nunca foi punido por não trabalhar. Segundo o entrevistado:

É com orgulho que posso dizer, sem precisar mentir, que jamais sofri a menor punição, mesmo a de simples advertência [...] Antigamente, em vez de papeleta de suspensão para “malandros” o que havia era “correia” do mestre [...] Correia, sim senhor, larga e dura! Era com ela que se garantia a disciplina [...]. Estas costas, porém, a correia nunca lambeu⁵⁰.

Apesar de confirmar que punições físicas não ocorriam naquele momento na Nova América, o trabalhador afirma que esse tipo de prática era adotada, em geral, nas fábricas têxteis cariocas. Assim, os redatores do periódico iam tentando moldar operários(as) de diferentes formas possíveis por meio do Boletim, ao ponto de dedicarem páginas inteiras a essa temática, como ocorre na coluna “Comissão de Prevenção de Acidentes” (figura 11).

Figura 11 – “Comissão de Prevenção de Acidentes” no Boletim Nova América⁵¹.

BOLETIM NOVA AMERICA



No dia 8 do mez p.p., foi creada em nossa Companhia, a Comissão de Prevenção de Acidentes, composta dos Srs. Harry Hart, George Southern, Clemente Marinho Costa e Leonidas Teixeira de Castro, sob a residencia do Sr. Nelson Cintra.

Objetivou-se com sua criação, apoiar a iniciativa — em boa hora encetada pelo Ministerio do Trabalho, — por intermedio da Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho, qual seja a de iniciar uma campanha contra accidentes, que constituem um dos maiores inimigos do operário, em qualquer que seja o angulo pela qual encaremos o problema.

Na verdade, atinge proporções alarmantes o número de horas de trabalho perdidas, motivadas a maioria, por accidentes perfeitamente evitáveis, em 98% das vezes, com atenção e cautela no serviço.

As estatísticas existentes em nossa Companhia, provam a veracidade do afirmado, de vez que os mesmos atingiram, para só falar em Novembro, a 3.400 horas de trabalho, e dentre elles, pouquissimos são os de origem grave e causa aceitavel. Pensem um pouco os nossos companheiros, no número de horas perdidas no mês de Novembro:

Cardas	98,40 h.
Penteadeiras	158,40 h.
Massaroqueiras	151,20 h.
Fiação	659,20 h.
Dobação	827,50 h.
Pano Crú	39,20 h.
Engomagem	22,00 h.
Tint. Fios	183,20 h.
Alvejamento	34,40 h.
Pano Acabado	34,40 h.
Gravação	37,50 h.
Officina	303,20 h.
Construção	115,00 h.
Turma	79,40 h.
Serraria	17,20 h.
Tecelagem	666,25 h.
Total	3.429,25 h.

Comissão de Prevenção de Acidentes

Utilizando os dados da estatística acima, veremos estas horas divididas por algumas secções, o que equivale, em dias de trabalho perdidos a: 82 na Fiação, na Dobação 103 e 83 na Tecelagem, durante os 30 dias do mês de Novembro.

Si formos calcular na base do salario minimo, veremos que em dinheiro, houve para os accidentados um prejuizo correspondente a:

Fiação	82 x 16,40 — Cr\$ 1.344,80
Dobação	103 x 16,40 — Cr\$ 1.689,20
Tecelagem	83 x 16,40 — Cr\$ 1.361,20
Total	268 Cr\$ 4.395,20

Estes calculos se referem apenas ás três secções referidas, em trinta dias de trabalho.

Os calculos referentes a semestres, somam totais quasi inacreditaveis, como poderemos ver pelo apanhado dos primeiros seis meses do corrente anno, nas secções que tomamos para base de argumentação:

Fiação	533 x 16,40 — Cr\$ 8.741,20
Dobação	249 x 16,40 — Cr\$ 4.083,60
Tecelagem	698 x 16,40 — Cr\$ 11.447,20
Total	1.480 Cr\$ 24.272,00

O nosso “Boletim” não deve ser apenas um órgão recreativo e social. É mister tambem, que seja um elemento de orientação e defesa dos interesses coletivos.

E por esta razão, e por achar o tema de enorme importancia para os nossos companheiros, que fazemos os comentarios acima, chamando para o assunto a atenção de nossos colegas.

Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 3, p. 5, mar. de 1945.

⁵⁰ Ibidem, p. 5 e p. 8.

⁵¹ Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 3, p. 6, mar. de 1945.

Assinada por Harry Hart, George Southern, Clemente Marinho Costa, Leonidas Castro e Nelson Cintra, a coluna visava orientar o trabalhador(a) a trabalhar com mais atenção, evitando possíveis acidentes e ajudando a empresa a obter maiores produções. No artigo introdutório, os responsáveis pelo texto dizem que a criação da Comissão ocorreu devido ao alto número acidentados na fábrica, responsáveis por inúmeras horas sem serviço na empresa:

As estatísticas existentes em nossa Companhia, provam a veracidade do afirmado, de vez que os mesmos [acidentes de trabalho] atingiram, para só falar em Novembro, a 3.400 horas de trabalho, e dentre eles, pouquíssimos são os de origem grave e causa aceitável.⁵²

Em alguns casos a coluna buscava até mesmo expor o nome dos acidentados para que todos não seguissem o “exemplo errado”. Este é o caso de Irene Toledo Pisa, que se acidentava na fiação, mas que foi exposta aos leitores da seguinte forma:

Não cabe, aqui, investigar se o acidente [de Irene] foi motivado por imprudência, falta de atenção no trabalho, vestiário inadequado ou outra qualquer, das muitas existentes, responsáveis – notem bem nossos colegas, pela perda de 7760 horas de trabalho somente na fiação, durante o ano de 1944⁵³.

Para isso era preciso que o operário trabalhasse de forma mais atenciosa de forma a não gerar mais perdas produtivas que a fábrica já tinha. Conforme diz os redatores do artigo:

Você por exemplo, colega da tecelagem – em sua secção, durante o ano findo, foram perdidas a bagatela de 9378 horas de trabalho, muitos dos quais seriam facilmente evitáveis, com atenção, prudência e método de trabalho. Se dividirmos estes números em dias de trabalho, chegaremos a um resultado curioso: perderam-se durante o ano, que tem 365 o equivalente a 1172 dias de trabalho... É lógico que só podemos chegar a esse resultado, dividindo as horas perdidas por todos os acidentados, na tecelagem, em 1944⁵⁴

Para que ninguém deixasse de trabalhar, frases de efeito eram então ditadas pela coluna, como: “Os próprios acidentados sentem o prejuízo que sofrem, quando comparam o

⁵² Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 3, p. 6, 1945.

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 5, p. 6, 1945. O destaque na citação é dos autores do artigo.

que perceberiam no seguro e o que receberiam, se estivessem trabalhando”⁵⁵. Assim, exigem que os operários(as) trabalhem sob o seguinte lema:

Trabalhe atenciosamente, com interesse e sem brincadeiras, pensado na norma que é um escudo contra o “machucado”: QUEM TRABALHA COM ATENÇÃO GANHA BEM O SEU FEIJÃO⁵⁶.

A norma descrita anteriormente impacta porque, escrita em letras maiúsculas pelos próprios redatores da coluna, reforça uma orientação que indica que aquele que trabalha bem (aos olhos da administração fabril local) conseguia se alimentar. Para quem não seguia o mínimo certamente faltaria alimento na mesa.

Ainda nessa perspectiva, os redatores do Boletim também chegaram a expressar que os trabalhadores(as) da empresa só não deixam de trabalhar porque havia “uma permanente vigilância dos mestres”⁵⁷ nos setores da Nova América. Tudo de forma que os teares da cia. de tecidos jamais deixassem de operar. Assim, de uma simples ferramenta comunicativa / recreativa, o Boletim servia para valorizar o trabalho na empresa e pressionar a massa operária a trabalhar mais, tudo sendo orientado por aqueles que naquele momento comandavam a Associação Atlética Nova América.

E, claro, como apontamos anteriormente, a AANA não só ajudava na valorização do trabalho local como também foi a responsável pela disseminação de normativas a serem seguidas pelos trabalhadores(as) em diferentes momentos de seu cotidiano fora do chão de fábrica. Nesse sentido, a saúde, a alimentação e até mesmo o comportamento dos filhos(as) dos operários(as) deveriam ser moldados da forma que a administração da empresa desejava.

Com relação à saúde, por exemplo, o Boletim contava mensalmente com a coluna “Departamento Médico” (figura 12). Sendo assinada pelos profissionais que trabalhavam no ambulatório da fábrica, a finalidade da coluna era a demonstrar o número de atendimentos médicos ocorridos mensalmente na empresa, além de disseminar normativas ou “preceitos” com relação aos cuidados que os operários(as) deveriam ter para com suas próprias saúdes. Segundo seus redatores:

⁵⁵ Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 5, p. 6, 1945. No trecho a palavra “perceberiam” corresponde a “receberiam”. Não sabemos se foi um erro de digitação ou se era comum utilizar a palavra “perceberiam” em vez de “receberiam”.

⁵⁶ Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 5, p. 6, 1945.

⁵⁷ Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 7, p. 6, 1945.

Mas não podemos deixar de citar o que acontece diariamente no nosso ambulatório: moças e rapazes de 14 a 17 anos nos vêm a consulta, porque apresentam o rosto muito inchado, com a vista fechada, não podendo se alimentar, mal bebendo um pouco de água ou leite, e o pior, dor violenta em determinado dente. Devido a carie infectada, não dormindo há vários dias. Então está formado o abscesso dentário e o operário é obrigado a ficar afastado do trabalho durante uma semana, na melhor das hipóteses, para conveniente tratamento, ficando enfraquecido, mostrando abatimento no estado geral, e prejudicando consideravelmente seu salário⁶⁰.

Logo, a disseminação de preceitos tinha como pano de fundo não somente a preocupação em si com a saúde de cada trabalhador(a), mas uma expressa preocupação com relação ao possível afastamento dos operários(as) de seus postos de atuação. Assim, era necessário disciplinar os trabalhadores(as) da empresa fora do chão de fábrica para que cuidassem melhor de suas vidas e evitassem perdas de dias de trabalho.

Além da “Departamento Médico”, o Boletim também apresentava outras colunas que buscavam controlar o comportamento da massa operária. Em especial, das trabalhadoras da fábrica, por meio da coluna “Página Feminina” (figura 13).

Figura 13 – “Páginas Femininas”, coluna presente no Boletim Nova América⁶¹.

Página Feminina

Manchas de graxa nas meias, tiram-se facilmente com manteiga. O difícil é conseguir manteiga.

:: :: ::

Para que os moveis de vime adquiram uma bonita cor dourada, passe-lhes uma leve solução de ácido picrico.

:: :: ::

Maneira simples de fazer doce de leite:— Compre 1 lata de leite condensado de boa qualidade, lave-a bem, tire-lhe o rótulo e coloque-a fechada, naturalmente, na água em que vai ser cozinhado o feijão. Quando o feijão estiver cozido, o doce estará pronto. É simples e delicioso.

:: :: ::

250 grs. de araruta, 125 grs. de manteiga, 8 colheres de açúcar, 1 pitada de sal, 3 gemas cozidas e passadas na peneira, 3 gemas cruas. Amasse bem, faça os bolinhos e leve-os ao forno, em taboleiros.

N. B.— Caso seja necessário, acrescente um pouco mais de manteiga e araruta.

SEU FILHO, SEU TESOURO

Lavagem da cabeça:— Quando tiver que ser lavada a cabeça do bebê, este deve ficar com o rosto para cima, para evitar que a água e o sabão atinjam os olhos do mesmo.

:: :: ::

As crianças pequenas só devem ser dadas bananas prata, machucadas com geléia.

:: :: ::

Não convém apressar o desenvolvimento do nenê obrigando-o a suster-se em pé, caminhar, etc., isto só poderá trazer os maiores prejuizos.

:: :: ::

Para a queda do cabelo:— Bata 1 gema, muito bem batida. Junte-lhe 1 colherinha de óleo de oliva e 1 de rum e bata novamente. Passe essa mistura no couro cabeludo, uma hora antes de lavar a cabeça.

Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

⁶⁰ Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 7, p. 5-6, 1945.

⁶¹ Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 3, p. 8, 1945.

Sendo assinada por Daysi Pimenta, uma das responsáveis gerais pelo Boletim, a coluna tinha por intuito ensinar as operárias da cia. de tecidos em seus afazeres no contexto de seus lares. Dessa forma, disponibilizavam mensalmente “dicas” e – mais uma vez – preceitos para as donas de casa nova-americanas que permeavam assuntos como: a escolha de alimentos certos para os trabalhadores(as) da empresa, como preparar diferentes pratos de comidas, cuidados com relação à higiene básica dentro de seus lares, além de indicar remédios caseiros e outras ações para o combate de possíveis enfermidades que poderiam ocorrer no contexto de seus lares. Toda uma preocupação para com o comportamento das operárias em suas casas e no modo como resolviam seus problemas diários no contexto familiar.

Em muitos casos percebemos que tais preceitos buscavam produzir nas leitoras da coluna a figura de uma mulher perfeita, que sabia como cuidar da vida de seu marido e como criar os seus filhos(as). Além da perspectiva machista anterior, percebemos durante as leituras do Boletim que havia uma certa pressão da “Página Feminina” especialmente na forma com que as operárias cuidavam de seus filhos(as). A coluna “Departamento Médico”, anteriormente citada por nós, divulgava preceitos para as mães operárias, é verdade, mas envolvendo questões que norteavam doenças em geral. A “Página Feminina”, diferentemente, exigia das operárias algo além: uma dedicação maior para com a educação de seus filhos(as), focando totalmente sobre o comportamento das crianças desde cedo. Nesse sentido, alguns dos preceitos disponibilizados para as mães nos chamaram a atenção, como:

A criança deve deitar-se cedo, logo que haja terminado de comer. Os pais devem ser inflexíveis quanto a este respeito [...]. É conveniente que as crianças tomem seu banho antes do jantar, que comam suas refeições a sós, e nunca ao mesmo tempo que os pais⁶².

Em outro momento a coluna assinada por Daisy Pimenta nos diz que:

Não permita que seu filho se habitue a ver satisfeitos todos os seus desejos. As crianças muito mimadas são quase sempre teimosas, desobedientes e respondonas [...] satisfeitas em todas as suas vontades, tornam-se rebeldes, quando qualquer coisa lhes é negada.⁶³

Ou seja, preceitos que, em geral, buscavam afetar o comportamento das crianças, forçando mulheres da comunidade nova-americana a tomarem certas atitudes que envolviam o contexto de seus lares e a formação de seus filhos(as). Um comportamento que em nada era

⁶² Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 1, p. 7, 1944.

⁶³ Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 4, p. 8, 1945.

ligado ao chão de fábrica, mas que já afetaria aqueles que futuramente poderiam vir a se tornar trabalhadores(as) da Nova América. Afinal, muitos dos filhos(as) da massa operária viravam, de fato, empregados(as) da empresa, algo estampado inúmeras vezes no próprio Boletim⁶⁴.

Para fecharmos nossa leitura do periódico fabril, é importante citarmos que a própria composição criada pela AANA também demonstrava que existiam punições para quando a massa operária não se comportava com a devida prudência nos espaços das famílias Bebbiano e Sutton voltados para as práticas desportivas. Um dos exemplos mais importantes a serem notados nesse sentido está presente no periódico que relata a final do campeonato de futebol da empresa no ano de 1945. Nesta disputa houve uma grande confusão entre os jogadores e os torcedores (operários da fábrica) presentes na partida. Apesar da não explicação sobre o que levou ao conflito, os redatores(as) do periódico fizeram questão de afirmar que os envolvidos na confusão sofreram punições:

Não queremos comentar o castigo imposto aos colegas punidos. Não visamos com o presente relato registro avivar os fatos já passados, de vez que acreditamos que, já foi para os faltosos muito penosa a comunicação oficial da diretoria, explicativa das medidas tomadas. Apenas os mal intencionados discordarão do critério adotado pela administração do club [neste caso, a AANA]. As penalidades impostas foram justas e necessárias.⁶⁵

Ainda sobre as punições, o Boletim Nova América n. 14, de dezembro de 1945, anuncia a “Grande Olimpíada Nova América”. Evento organizado pela AANA com o auxílio da administração da empresa, a olimpíada local era tida como perfeita, pois os organizadores do evento garantiam um mecanismo de punição aos operários(as) indisciplinados(as) nos esportes:

Dentre as várias medidas tomadas uma que se destaca pelos indiscutíveis benefícios que encerra, garantidora que será, do código disciplinar elaborado, com funções punitivistas expressas. Trata-se do Conselho de Disciplina, creado nos moldes do Tribunal de Penas da FMF [Federação Mineira de Futebol], composto de seus membros e mais o presidente [da AANA], todos de escolha da Diretoria⁶⁶.

Ou seja, o Boletim não abria mão de demonstrar que os operários(as) da fábrica seriam punidos(as) caso não seguissem o que era desejado em seus comportamentos nas práticas

⁶⁴ Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 77, 1951, p. 6 e 7.

⁶⁵ Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 4, p. 14, 1945.

⁶⁶ Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 14, s/n, dez. de 1945.

esportivas. As punições? Jamais reveladas pelo periódico fabril. Somente as ameaças eram expostas.

Além do fato anteriormente explicitado, é importante notar que a diretoria da fábrica, ou seja, a administração da Nova América, intervia na AANA ao ponto de escolher aqueles que seriam os responsáveis por julgar os infratores do código de conduta dos esportes aplicados na Associação durante as olimpíadas da fábrica. Um importante dado que ratifica o quanto as famílias Bebbiano e Sutton interferiam no funcionamento da AANA, por mais que fosse dito que a instituição citada era feita de trabalhadores(as) para trabalhadores(as).

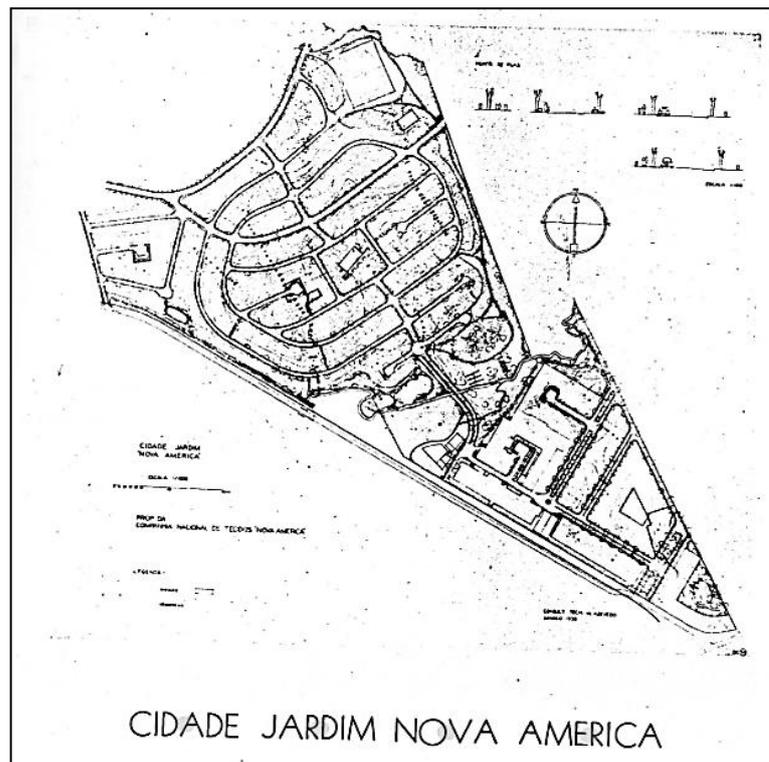
Após esta breve apresentação sobre como eram os Boletins (dizemos breve porque a quantidade de dados reveladas pelo Boletim Nova América é enorme) e com base no que coletamos de dados sobre a AANA, podemos dizer que esta instituição foi criada pela administração da Nova América com um objetivo ímpar. Era não somente um recorte espacial criado para acumular funções que envolviam atividades fora do contexto produtivo operário, como também teve por objetivo intermediar a relação da administração da Nova América para com o seu operariado buscando afetar corpos, tanto nos espaços intra como extra fábrica.

A AANA configurou-se como aquela que buscou conduzir uma espécie de sociabilidade controlada entre trabalhadores(as), tudo sob a vigilância constante da administração da empresa, composta pelas famílias Bebbiano e Sutton. Um espaço produzido para ser do convívio de todo o operariado, com diferentes funções concentradas, mas que estariam sempre ao alcance de seus superiores.

No entanto, se a criação da AANA em 1928 previa a perspectiva de ser uma instituição voltada para a centralização de ações que buscavam ordenar o modo de vida do(a) trabalhador(a) nova-americano(a) e intermediar as relações sociais existentes, a administração da Nova América promoveu um projeto mais audacioso: a Cidade Jardim Nova América.

Sendo projetada pelo arquiteto e urbanista Washington Azevedo e apresentada ao público por meio da Revista Arquitetura e Urbanismo no ano de 1937, a Cidade Jardim Nova América (figura 14) fora planejada com o intuito de ser a vila operária da Nova América. Um espaço residencial que, diferente das demais vilas operárias existentes na então capital nacional, seguia o modelo das cidades-jardim, ideia proposta pelo urbanista britânico Ebenezer Howard (GIMENES, 1998).

Figura 14 – Projeto da Cidade Jardim Nova América com a presença da fábrica Nova América na parte sudeste da planta e a AANA, retângulo maior, no extremo norte da planta.



Fonte: adaptado de GIMENES, Lourenço. A Cidade-Jardim no Rio de Janeiro – RJ: Uma Experiência Singular. In: Revista Municipal de Engenharia, Rio de Janeiro, 1998, p. 29.

Entendendo que as cidades eram recortes espaciais concentradores de problemas sociais e que os campos sofriam constantemente com as migrações para o meio urbano, Howard idealizou um recorte espacial com as melhores características dos campos e das cidades denominado Cidade-Jardim. Geograficamente, tais espaços seriam produzidos em formato circular, composto por diferentes anéis concêntricos que, alternadamente, apresentam casas, vias de circulação para pessoas e jardins onde se poderiam cultivar diferentes bens naturais. Na parte central deste projeto estaria uma grande praça composta por escolas, igrejas, parques dentre tantos outros aparelhos socioculturais a serem explorados pela comunidade que viveria na localidade (HOWARD, 1996).

A ideia do Howard era baseada em um planejamento que envolveria grandes cidades e não apenas parte delas. Todavia, quando tal projeto é trazido e aplicado sobre a realidade da atual capital fluminense foi reproduzido na escala intra-urbana, ou seja, em pequenos recortes espaciais que hoje podem ser considerados como bairros ou sub-bairros cariocas (GIMENES, 1998). Esta tornou-se a perspectiva adotada no projeto da vila operária da Nova América.

Os jornais que circularam no Rio de Janeiro – RJ e o Boletim Nova América, todos do

acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil, foram de suma importância para entendermos como foi a execução deste projeto. Além dos documentos anteriormente citados, o artigo de Gimenes (1998), publicado na Revista Municipal de Engenharia do Rio de Janeiro – RJ, pertencente ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, também nos ajudou a entender a própria geografia da Cidade Jardim.

Apesar de não conseguirmos encontrar dados que nos fornecessem detalhes sobre sua inauguração, foi logo após o seu projeto vir a público em 1937 que as obras da vila operária nova-americana foram iniciadas. Com os constantes problemas de habitação existentes no Rio de Janeiro – RJ, a criação de vilas operárias surgiu como uma medida paliativa para o enfrentamento das crises habitacionais que permearam a história do Município (ABREU, 2006). Nesse sentido, quando a administração da Nova América traz ao público o projeto de sua vila operária, o poder público local logo agiu. Foi por meio da parceria entre o então presidente da cia. de tecidos, Juvenil da Rocha Vaz, e a Prefeitura do Distrito Federal do Rio de Janeiro que houve o compromisso de parte do poder público em iniciar as obras na localidade com a abertura de ruas e instalação de pequenas benfeitorias urbanísticas naquela que viria a ser a futura Cidade Jardim, ficando à cargo da administração da Nova América a construção dos imóveis e demais obras referentes à vila operária⁶⁷.

A Associação Atlética Nova América, existente desde o final dos anos 1920, foi incorporada ao projeto, tendo a sua sede em definitivo fixada sob as novas ruas que foram abertas na localidade. Nesta perspectiva, antes mesmo de surgirem as primeiras casas na vila operária, a AANA já territorializava o recorte espacial escolhido pelas famílias Bebbiano e Sutton.

Por mais que tenha havido uma certa empolgação no início do projeto, a empresa têxtil acabou tendo dificuldades em concretizar a obra ligeiramente. Segundo relatórios da própria Nova América para seus acionistas⁶⁸, uma crise financeira assolou a empresa durante o final da década de 1930. Como resultado, o projeto da Cidade Jardim foi adiado, retomado somente no contexto da década de 1940, quando a Nova América viveu um momento de maior prosperidade

⁶⁷ Presente no “Boletim nº 168 do Gabinete da Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas”, publicado no Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 05 de agosto de 1937, p. 20. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

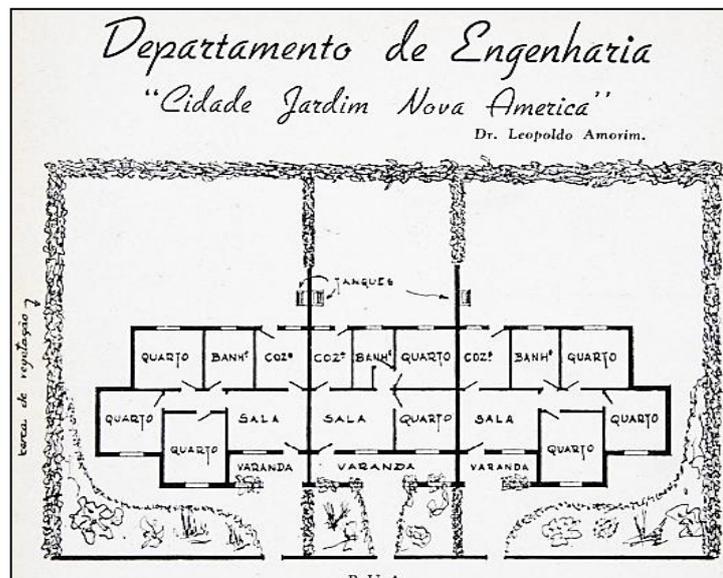
⁶⁸ Conforme disposto no “Companhia Nacional de Tecidos Nova América – relatório a ser apresentado à assembleia geral convocada para 16 de março de 1939”. Disponível em: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 13 e 14 de março de 1939, p. 12. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

(PIMENTA, 2006). Entretanto, tudo de forma muito vagarosa.

Em 1947, por exemplo, a administração da Nova América ainda não conseguira a liberação da Prefeitura local para a construção da totalidade de residências planejadas para a vila operária⁶⁹ e em 1954 seus terrenos ainda estavam sendo loteados⁷⁰. Apesar dos fatos, as ruas da localidade foram abertas, seguindo o compromisso de serem circulares e preservando o espaço central para demais atividades – o que pode ser observado na figura 14 –, tudo conforme a proposta das cidades-jardim (HOWARD, 1996). Com toda esta operacionalização vagarosa, as primeiras habitações planejadas da vila operária começaram a surgir somente a partir de 1945. Seus primeiros registros surgiram no Boletim Nova América.

Foi por meio da coluna “Departamento de Engenharia da Cia Nova América” – assinada por Leopoldo Amorim, engenheiro responsável pelas obras da fábrica – que as primeiras informações com relação às casas construídas apareceram ao público. Assim, já demonstrava onde estariam localizados os imóveis e de que forma eles seriam construídos. Uma das primeiras publicações da coluna com relação à planta de tais imóveis pode ser observada na figura 15⁷¹, abaixo.

Figura 15 – Planta das casas projetadas na Cidade Jardim Nova América presente no Boletim Nova América.



Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

⁶⁹ Disponível em: Diário Carioca, Rio de Janeiro, 15 de março de 1947, p. 4. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

⁷⁰ Disponível em: O Jornal, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1954, p. 5. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

⁷¹ Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 9, p. 11, 1945.

Poucos meses depois, na mesma coluna, as primeiras casas construídas pela administração da cia. de tecidos também foram apresentadas à comunidade local por meio de algumas fotos (uma delas está presente na figura 16⁷²). O que acabou demonstrando que, por mais que as dificuldades existissem, as obras avançavam e já tinham como resultado o aparecimento dos primeiros imóveis da vila operária.

Tanto a planta como as fotos das casas demonstram que foi adotado na Cidade Jardim Nova América o modelo de um único imóvel sendo composto por três residências, ou seja, as casas eram construídas de forma contígua, geminada, uma ao lado da outra. Esses imóveis, segundo Vieira (2012), eram alugados para os trabalhadores(as) da fábrica por um preço irrisório, automaticamente descontado de seus salários.

Figura 16 – Casas construídas na Cidade Jardim Nova América presentes no Boletim Nova América.



Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Todavia, não foi possível saber pelos documentos que encontramos como ocorria a entrega dessas casas e nem mesmo como ou quais eram os operários(as) selecionados(as) para receberem tais imóveis. Assim, acreditamos que, de acordo com a perspectiva adotada pela administração da cia. de tecidos – conforme vimos nos Boletins –, somente aqueles(as) que eram vistos como “bons trabalhadores(as)” pelos administradores da empresa deveriam ser merecedores de tais residências. Afinal, eram bens ligados à fábrica e não poderiam estar na posse de empregados(as) que poderiam gerar danos e prejuízos.

Vale notar que a inserção de operários(as) na Cidade Jardim também foi bastante lenta. Durante o início da década de 1950 pouco mais de 500 residências tinham sido construídas e/ou entregues para serem habitadas pela massa operária local que, naquele momento, era composta

⁷² Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 11, 1945, p. 7.

por aproximadamente 3.000 operários, segundo dados da própria AANA⁷³. Nesse sentido, podemos dizer que um grupo muito seletivo de trabalhadores(as) passou a residir sob os imóveis da fábrica nos primeiros anos de existência da vila operária.

Por mais que, como afirmamos antes, não tenhamos encontrado muitos dados sobre a Cidade Jardim Nova América, é mister notar que, o que encontramos, revelaram que a vila operária era basicamente entendida enquanto uma extensão das práticas que até então eram observadas no contexto da AANA. Afinal, se antes da construção da Cidade Jardim a administração da fábrica já buscava disciplinar o operariado constantemente e em diferentes perspectivas, esta prática se tornou ainda maior quando a massa operária passou a residir sob imóveis que eram de posse das famílias Bebbiano e Sutton.

Assim, as colunas “Departamento de Engenharia da Cia Nova América” e “Página Feminina” passaram a apresentar, de forma bastante objetiva, diferentes normativas e preceitos que deveriam ser seguidos pelos operários(as) que residiam nos imóveis da Cidade Jardim Nova América. Estes preceitos visavam ações como: a preservação de cômodos das residências de acordo com as finalidades inicialmente projetadas, a disposição de móveis nos lares, a higienização das residências, ordenamento das atividades dentro das casas, dentre outras normas que garantiriam a preservação dos bens que eram de posse da fábrica.

Tamanha a preocupação para com o modo com que viviam os operários(as) na Cidade Jardim, a administração da Nova América investiu na constituição de uma comissão interna para averiguar se todas as imposições exigidas aos trabalhadores(as) residentes nas casas da vila operária eram seguidas. Esta comissão era composta por trabalhadoras da fábrica denominadas “Visitadoras Sociais”. Com a função próxima a de Assistentes Sociais, estas profissionais foram contratadas, em um primeiro momento, para auxiliar na organização da própria AANA e de seus eventos, além de ajudar a administração da fábrica no ordenamento da vida do operariado por meio do Boletim Nova América.

Com o surgimento da vila operária as “Visitadoras Sociais” passaram a acumular mais uma função: ordenar o modo de vida do operariado que morava no contexto da Cidade Jardim Nova América. Segundo Vieira (2012, p. 40):

Na vila operária Cidade Jardim Nova América, o lugar por excelência da intervenção dessas mulheres, a presença das visitadoras sociais era contínua e cobria uma gama enorme de atividades, desde o acompanhamento das gestantes, orientação nos cuidados com os recém nascidos, encaminhamento

⁷³ Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 78, p. 13, 1951.

das crianças maiores às creches da Fábrica e determinado hábitos alimentares e de higiene. Outro aspecto importante nas atividades das visitadoras é o “inquérito social”, ou o conhecimento da vida progressiva e atual do indivíduo e da família, pelas entrevistas [que elas faziam com o operariado na vila operária] objetivando compor um diagnóstico das causas dos desajustamentos sociais.

Nesta perspectiva, as “Visitadoras Sociais” reproduziam toda a lógica da administração da fábrica na vila operária. Para isto, não abriam mão da produção de relatórios que indicavam os problemas que poderiam ser de cada operário(a) no contexto individual ou mesmo de seus lares, apresentando possíveis soluções. Tudo sob a ótica da administração nova-americana (Ibidem, 2012).

O Boletim Nova América, por meio da coluna “Página Feminina”, chega a apresentar como era a atuação dessas Visitadoras no contexto dos lares da Cidade Jardim. A figura 17, abaixo, é um exemplo. Nesta temos duas fotografias, uma ao lado da outra, que demonstram uma operária recebendo uma “Visitadora Social” em seu lar. Ao adentrar o local, a visitadora passa a averiguar o imóvel ao ponto de reordenar a disposição dos móveis existentes na casa. Tudo sob as ordens da administração da empresa.

Figura 17 – Visitadora Social encontrando uma operária em seu lar (esquerda) e ordenando os móveis de sua casa na Cidade Jardim Nova América (direita), imagens publicadas no Boletim Nova América⁷⁴.



Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Em nossas pesquisas documentais não conseguimos identificar até quando essa espécie de ordenamento da vida dos trabalhadores(as) intra e extra fábrica permanece na Nova América. Entretanto, o que percebemos é que a administração da empresa não poupou esforços para produzir espaços onde as vivências de seus funcionários(as) poderiam ocorrer, espaços

⁷⁴ Boletim Informativo da Associação Atlética Nova América, Rio de Janeiro, n. 80, p. 7, 1951.

estes que, por mais que controlados, eram permeados por trocas sociais. Nesse sentido, esses recortes espaciais podem ser encarados por nós enquanto lugares de sociabilidade no contexto do conceito de lugar de memória operária produzido por Madeleine Reberióux (1992).

Se os cafés parisienses foram entendidos enquanto lugares de sociabilidade por Rébérioux, espaços onde o operariado francês se reunia para atividades além do chão de fábrica no sentido de estabelecer trocas sociais, no contexto da Nova América, de forma diferente, os trabalhadores(as) não gozavam de tanta liberdade. Havia todo um ordenamento até mesmo de práticas simples de seus cotidianos por parte da administração da empresa. Assim, a AANA e a Cidade Jardim Nova América eram lugares de sociabilidade nova-americanos onde, de fato, residiam trocas sociais, mas essas trocas foram afetadas pela própria administração da fábrica de tecidos em análise, fazendo com que todos os seus passos fossem praticamente vigiados e controlados. Logo, da mesma forma de Scifoni (2013; 2017), divergimos um pouco de Rébérioux no sentido de demonstrar que os lugares de sociabilidade não seriam somente aqueles onde os trabalhadores(as) gozaram de liberdade até mesmo para a produção de reuniões sindicais. Ao contrário, é possível afirmar que esses espaços podem ser comandados até mesmo pelas administrações empresariais que limitavam a atuação de seus operários(as) para além do chão de fábrica. Isso não faz com que tais espaços deixem de ser o que são: redutos ligados à trocas sociais, vivências de trabalhadores(as), mesmo que de forma ordenada.

Logo, até agora conseguimos identificar em nosso estudo, de acordo com a ótica dos lugares de memória operária, o lugar de trabalho da Nova América, que é a sede da fábrica (hoje *shopping center* e bem tombado), e os lugares de sociabilidade (controlada) da cia. de tecidos, que são a AANA e a Cidade Jardim. Nessa perspectiva, o que nos resta a partir de então é identificar o que viria a ser aquilo que Rébérioux denominou lugar simbólico de luta e militância no contexto nova-americano.

4.4 Espaços de estratégias e de resistência: os lugares de luta da Nova América

É verdade que a Nova América chega a ser reconhecida por ser uma fábrica com trabalhadores bastante docilizados (PIMENTA, 2006; VIEIRA, 2012). Todavia, isso não significa dizer que movimentos de resistência não surgiriam no contexto local. Em nossas pesquisas conseguimos constatar essa realidade – mais uma vez – por meio dos jornais que circularam no Município do Rio de Janeiro e do Boletim Nova América, documentos cruciais

para entendermos toda essa perspectiva que envolve a cia. de tecidos pesquisada por nós.

A ideia de se fazer da fábrica um modelo a ser seguido pelas demais, profundamente modernizada em diferentes aspectos, acabou gerando um ambiente que, muitas das vezes, tornou-se extremamente hostil para a sua massa de trabalhadores(as). Tal fato pode ser observado pouco tempo após a inauguração da cia. de tecidos.

Durante o ano de 1930, por exemplo, surge o primeiro movimento noticiado pela mídia carioca de trabalhadores(as) da fábrica denunciando problemas que ocorriam em seus setores. Operários(as) da tecelagem descobriram que o mestre de setor – função esta responsável por organizar a produção, além de vigiar o operariado em diferentes espaços da fábrica, segundo o Boletim Nova América – teria sabotado as máquinas da empresa, alterando dados com relação à produção dos tecidos. Com esta ação o mestre foi capaz de fazer com que as máquinas registrassem erradamente a metragem das peças, o que implicou em muito tecido produzido, mais trabalho exercido e menor recebimento salarial.

Com a descoberta do caso, os trabalhadores(as) da tecelagem buscaram respostas sobre o problema perante a administração da fábrica. Uma ação sem resultado. Com a não resolução do problema, operários(as) ocuparam o setor e impediram a continuidade da produção, paralisando parte da fábrica e abrindo uma denúncia contra a Nova América na polícia do Distrito Federal. Uma ação que também não conseguiu solucionar o problema dos operários(as) e manteve o setor de tecelagem ocupado pela massa operária. Sem resolução, o caso parou na então Prefeitura da capital nacional, a única instância que foi capaz de negociar o fim da paralisação e reabrir a empresa para a produção de tecidos⁷⁵⁷⁶. Contudo, por pouco tempo.

Em 1931 os trabalhadores(as) da cia. de tecidos voltaram a se queixar de seus superiores. Dessa vez, sobre os que eram de origem inglesa. Segundo os operários(as), os superiores ingleses maltratavam todos os funcionários(as) da fábrica. E, mais uma vez, foi apontado que os mestres de setores eram aqueles que não abriam mão dos piores tratamentos possíveis. Entendendo que aquele comportamento não poderia continuar, os trabalhadores(as) decidiram por abrir uma reclamação na administração da empresa pedindo que o tratamento fosse modificado, tudo a fim de que a relação entre funcionários(as) e mestres de setores se tornasse mais amistosa.

⁷⁵ Disponível em: A Batalha, Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1930, p. 5. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

⁷⁶ Disponível em: A Batalha, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1930, p. 8. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Por mais que tivessem tentado modificar a relação, os operários(as) não foram ouvidos e ainda foram humilhados pela diretoria da fábrica ao ponto de um dos trabalhadores que reivindicava melhores condições de trabalho chegar a ser acusado de roubo de peças de tecidos que ele mesmo produziu. De modo a comprovar que não tinha roubado a empresa, foi exigido que o trabalhador ficasse nu na frente de todos os diretores da Nova América. Uma ação que faria com que a acusação de furto fosse retirada. Quando os demais trabalhadores(as) souberam da ação ordenada pela diretoria houve uma mobilização operária contra a prática, fazendo com que os demais operários(as) da Nova América interrompessem as atividades na fábrica novamente e construíssem a primeira greve da Nova América.

Perdendo o controle da fábrica – e da massa trabalhadora local –, as famílias Bebbiano e Sutton precisaram pedir para que a polícia tentasse resguardar o local e impedisse que o movimento grevista tomasse proporções maiores. Não satisfeitos, pediram a intervenção do Ministério do Trabalho brasileiro sobre a fábrica. Fatos expostos nos jornais que circularam na antiga capital federal, conforme a figura 18, abaixo.

Figura 18 – Greve de 1931.



Fonte: Diário da Noite, Rio de Janeiro, 2 de março de 1931, p. 8. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

A greve, que era local, tomou proporções maiores, passando a contar com o apoio de diferentes fábricas da então capital federal, além de contar com o auxílio da União dos Operários em Fábrica de Tecidos (figura 19). Esta instituição era a representante sindical dos

trabalhadores têxteis no Brasil até então, sendo a responsável por diferentes movimentos grevistas que ocorreram no país, principalmente durante a Era Vargas (CAMARGO, 2014).

Vale notar que desde 1927, quando a fábrica Nova América entra em total atividade, os trabalhadores(as) da cia. de tecidos já eram convocados para as reuniões sindicais da União dos Operários em Fábrica de Tecidos⁷⁷. Isso facilitou com que o movimento grevista da Nova América tivesse o apoio da instituição que respondia pelos operários(as) têxteis em escala nacional.

Figura 19 – Assembleia de greve dos operários da Nova América na União dos Operários em Fábrica de Tecidos.



Fonte: A Batalha, Rio de Janeiro, 3 de março de 1931, p. 8. Disponível em: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Apesar das tentativas de retorno às atividades, a greve na Nova América foi mantida por longo tempo, causando bastante preocupação. Afinal, a fábrica, que era o espaço onde se desenrolavam diferentes atividades têxteis, tornou-se o palco para um dos principais movimentos grevistas da primeira metade da década de 1930 ocorridos na capital federal.

Foi somente com a intervenção federal do Ministério do Trabalho – por meio dos

⁷⁷ Disponível em: A Manhã, Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1927, p. 6. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

trabalhos do delegado Salgado Filho e do ministro varguista Lindolfo Collor – que a fábrica voltou a operar novamente depois de algumas semanas⁷⁸, tudo com o aval da massa operária da Nova América, agora escutada diretamente pelos representantes do governo brasileiro.

A intervenção do Ministério do Trabalho de Vargas demonstra como o movimento dos trabalhadores(as) da fábrica atingiu proporções não antes vistas na empresa. E, por mais que essa intermediação permitisse com que a massa operária tivesse suas necessidades escutadas, a Nova América ainda seria reconhecida pela continuidade da luta de seus operários(as) por melhores condições de trabalho frente ao que lhes era oferecido.

Tanto que, no ano de 1935, a cia. de tecidos volta a estampar as capas de jornais devido a uma série de denúncias produzidas pelos trabalhadores(as) da empresa com relação às péssimas condições de trabalho ainda existentes na fábrica. Fazendo analogia ao tempo da escravidão, os operários(as) viam a Nova América como uma espécie de “cativeiro” existente no subúrbio carioca, conforme exposto na capa do jornal A Manhã, de 13 de julho de 1935 (figura 20).

Por mais que os inspetores do Ministério do Trabalho buscassem irregularidades na empresa têxtil, eles nunca conseguiam levar adiante as denúncias sobre a Nova América. Assim, a exposição dos fatos no jornal servia como um alento para a massa de trabalhadores(as) local. Nesta perspectiva, a matéria denuncia que direitos básicos não eram garantidos aos funcionários(as) da empresa, como o acesso a consultas médicas e o direito às férias, além de haver na fábrica práticas de trabalho infantil envolvendo a permanência de crianças em setores produtivos até mesmo em turnos de trabalho que passavam das 22 horas.

As operárias ouvidas pelo jornal, em especial, relataram que as mulheres que trabalhavam na Nova América eram sobrecarregadas de serviços (em comparação com os homens) e não havia um motivo aparente para isso a não ser a própria estrutura social do momento. Ainda segundo as trabalhadoras, a alimentação na fábrica era inadequada, fazendo com que muitos operários(as) ficassem fracos durante o expediente produtivo e adoecessem.

⁷⁸ Disponível em: A Batalha, Rio de Janeiro, 7 de março de 1931, p. 2. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Figura 20 – Capa do jornal A Manhã, Rio de Janeiro, 13 de julho de 1935.



Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Por fim, um dos trabalhadores entrevistados pelos jornalistas chegou a relatar a existência de perseguição aos operários(as) que não seguiam o que era ordenado pela administração da cia. de tecidos. Estas perseguições eram baseadas em violência física por parte de seus supervisores, boicote aos serviços feitos na fábrica, dificuldades nos recebimentos de salários por atividades desenvolvidas e até mesmo a demissão dos trabalhadores “indisciplinados”. Situações relatadas ao Ministério do Trabalho inúmeras vezes, mas sem resolução. Afinal, as queixas feitas pelos trabalhadores(as) nem sempre resultavam em ações da esfera pública para que pudessem ajudá-los. Por este motivo a fábrica acabava sendo alvo de paralisações e greves que passavam a controlar constantemente os diferentes setores fabris e impediam a continuidade da produção. Mobilizações estas que também chegaram a estar estampadas no Boletim Nova América.

Em 1953 estoura uma nova greve na fábrica tendo por objetivo a reivindicação (mais uma vez) de melhores condições de trabalho e, em adição, a aquisição de maiores ganhos salariais. O Boletim Nova América, enquanto órgão emissor de informações ligado à administração da empresa, tenta controlar a mobilização operária em um editorial em sua capa. Assim, argumenta que as reivindicações exigidas pelos operários só poderiam ser alcançadas com o aumento da produtividade dos trabalhadores(as), o que envolvia maior tempo de serviço

na fábrica. Afinal, segundo os redatores do Boletim, seria muito custoso aumentar o salário de todos os funcionários(as) e melhorar as condições de vida de seus trabalhadores(as) no ambiente fabril. O melhor era que cada um buscasse o seu merecimento⁷⁹. Perspectivas que faziam com que os trabalhadores(as) se mobilizassem e lutassem por melhores condições de vida por meio de paralisações e movimentos grevistas que controlavam o espaço produtivo.

Os sucessivos movimentos de paralisação e greves que permeavam a fábrica faziam com que houvesse uma certa repressão da administração fabril sobre trabalhadores(as) que eram envolvidos com sindicatos e outros tipos de grupos políticos de igual valor. Assim, a administração da fábrica contava com denúncias de colegas de chão de fábrica sobre aqueles(as) que faziam parte, por exemplo, de partidos políticos, ocorrendo, em muitos casos, perseguições. Segundo Pimenta (2006, p. 86):

Nesse sentido, a atuação da fábrica frente a tais questões tornou-se forte ao passo que o medo de ser associado ao partido comunista, de uma maneira geral, esteve deflagrado nas famílias operárias de maneira que, declarar ser comunista era declarar uma posição de “alvo” para o ataque não apenas dos dirigentes da fábrica, como do próprio Estado.

Com o golpe militar de 1964 a perseguição aos trabalhadores(as) se aprofunda em um nível em que passam a ocorrer o desaparecimento de operários(as). Logo, os movimentos por melhores condições de trabalho e vida na empresa entram em decadência durante a década de 1960. Pimenta, mais uma vez, consegue trazer à tona esta informação a partir da seguinte citação:

Uma vez instaurado o sistema de ditadura, houve uma forte repressão para se extirpar os esquerdistas, não só do âmbito partidário como de todos os espaços possíveis de divulgação de suas ideias. Nesse passo, a Nova América e seu operariado passaram a sofrer mais intensamente a repressão. Nas palavras de Salvador [ex-operário da fábrica] se torna notório que ao menos na Nova América os que não se adequavam a política vigente do Estado, passariam a ser apagados do cenário da fábrica: “(...) na ocasião, que os sindicatos tinham grande força, né? Existia na Nova América, também, aqueles grupos que eram do sindicato, né? E foi aquela caça aos sindicalistas! Eu me lembro bem disso! Aquelas pessoas que, que o, os diretores da Nova América, tinham que se abaixar para eles, por que eles estavam com força, ficaram por cima. Então muitos que, dali mesmo, já sumiram! Não apareceram mais na Nova América, desapareceram. Outros foram mandados embora, alguns, aqueles que eram menos ativistas, ainda continuaram (PIMENTA, 2006, p. 90).

⁷⁹ Disponível em: Boletim Nova América: Órgão da Associação Atlética Nova, Rio de Janeiro, n. 100, fev. de 1953. Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Ou seja, a fábrica, que era um espaço destinado ao trabalho, torna-se inevitavelmente um campo de luta por melhores condições laborais durante diferentes momentos da história da Nova América. Uma perspectiva que foi interrompida com o surgimento da ditadura militar, mas que retorna no fim desse mesmo regime político durante os anos 1980.

Com o fechamento das atividades na empresa têxtil em 1983, os trabalhadores(as) da fábrica voltaram a se mobilizar no contexto do chão de fábrica – como faziam antes – com um objetivo agora diferente: impedir com que a Nova América finalizasse suas atividades de vez. Assim, organizaram manifestações, passeatas e mobilizações na tentativa de reerguer a fábrica e tentar fazer com que ela ressurgisse no cenário têxtil nacional. Nesta perspectiva, um dos primeiros movimentos dos grevistas foi – novamente – ocupar os setores da fábrica a fim de que não fosse fechada pela administração local⁸⁰. Se antes ocupavam os setores na busca de melhores condições de trabalho, dessa vez a ideia era manter as atividades que garantiam seus sustentos.

Com a falência já decretada, a estratégia passa a ser outra. A Associação Atlética Nova América – ainda existente no contexto dos anos 1980 – passa então a ser utilizada de uma nova forma: deixa de ser de vez o espaço controlado pela administração da Nova América para ser o reduto de mobilização dos trabalhadores(as) da empresa, tornando-se o espaço fora da fábrica onde o movimento grevista passa a se reunir e organizar a campanha de luta pela reabertura da empresa⁸¹. Esse fato faz com que AANA torne-se, de fato, o que tanto a administração da cia. de tecidos antes desejava: um reduto feito de trabalhadores(as) para trabalhadores(as) nos moldes de um sindicato.

Tamanha a proporção da mobilização política sobre a AANA reuniões e assembleias do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro foram levadas para o espaço da instituição (figura 21), localidade onde os diálogos com as esferas governamentais passaram a ser construídos e as reivindicações eram pautadas. Conversas com o então Governo Federal, por meio do Ministro do Planejamento, Delfim Netto⁸², nasceram dessa organização⁸³. E, para além das questões de sua organização como um ambiente de luta

⁸⁰ Disponível em: Figueiredo promete solução. *Jornal Última Hora*, Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1984, p. 2. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

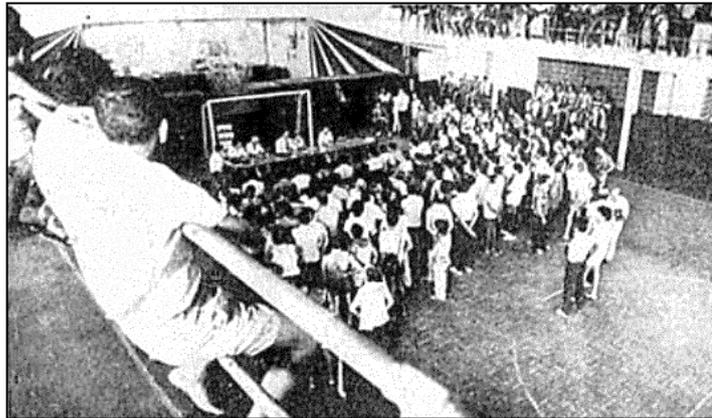
⁸¹ Disponível em: Nova América: funcionários reúne-se. *Jornal Última Hora*, Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1984, p. 3. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

⁸² Disponível em: Reabertura na mão de Delfim. *Jornal Última Hora*, Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1984, p. 2. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

⁸³ Disponível em: Tio Lulu pede que continuem ajudando. *Jornal Última Hora*, Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1984, p. 2. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

sindical, a AANA também vira o reduto onde a distribuição de alimentos e de bens de higiene básica passou a ocorrer para os trabalhadores(as) da fábrica que já não conseguiam se sustentar sem seus empregos⁸⁴⁸⁵.

Figura 21 – Reunião do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro na AANA.



Fonte: Reabertura na Mão de Delfim. Jornal Última Hora, Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1984, p. 2. Disponível em: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

A falência da fábrica também resultou no despejo de trabalhadores(as) de suas residências. A fim de se evitar que estes(as) vivessem nas ruas, o movimento operário organizado sob contexto da AANA passou a ocupar também as casas que eram de posse da fábrica na Cidade Jardim Nova América. Uma ação que fez com que a luta dos trabalhadores(as) saísse do chão de fábrica, incluísse a AANA e abrangesse também a vila operária nova-americana. Espaços antes dedicados à vivência controlada dos operários(as) que se tornaram, de fato, redutos da luta dos trabalhadores(as) da fábrica que ainda acreditavam na reabertura da empresa⁸⁶.

Toda a ação dos trabalhadores(as) locais teve como resultado a reabertura da cia. de tecidos ainda na década de 1980, demonstrando que a força da massa operária local para suas reivindicações ainda existia e não mais permeava somente o espaço produtivo da fábrica de tecidos. Um movimento que conseguiu fazer com que a Nova América voltasse a produzir

⁸⁴ Disponível em: N. América terá comida. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1984, caderno 1, p. 7. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

⁸⁵ Disponível em: Nova América: comida garantida uma semana. Jornal Última Hora, Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1984, p. 2. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

⁸⁶ Disponível em: Tio Lulu ainda sonha com a fábrica. Jornal Última Hora, Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1984, p. 2. Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

tecidos em Del Castilho, mesmo que não por muito tempo. Afinal, as operações nova-americanas logo foram levadas para a filial da empresa em Duque de Caxias – RJ.

Tendo em vista toda a perspectiva observada até aqui, podemos dizer que a massa trabalhadora da Nova América fez de seu lugar de luta e militância, em um primeiro momento, a própria fábrica, espaço onde trabalhadores(as) tinham o controle das operações laborais e que sabiam que, por meio de greves e paralisações, seriam capazes de reivindicar suas necessidades.

Com o fim da Ditadura Militar e o enfraquecimento do controle da administração fabril local, os trabalhadores(as) se organizaram novamente e partiram em busca de novos espaços. Sabendo que no momento de falência da empresa seria insuficiente tornar o espaço de trabalho um campo de luta, partem para o controle de outros espaços da empresa a fim de que nenhum dos operários(as) fossem desamparados. Foi assim que passaram a controlar a Associação Atlética Nova América e a própria Cidade Jardim Nova América, criadas com o objetivo de serem espaços onde a vida dos trabalhadores(as) ocorreria de forma ordenada e regrada.

Logo, o que tentamos demonstrar até aqui é que, por mais que a fábrica da Nova América seja hoje rememorada sob a perspectiva de ser um lugar de trabalho e a Associação Atlética Nova América e a Cidade Jardim Nova América possam ser consideradas como lugares de sociabilidade no contexto da proposta de Rébérioux, todos estes espaços precisam ser entendidos também enquanto lugares simbólicos de luta e militância do operariado da Nova América.

Se a historiadora francesa nos diz que os lugares simbólicos de luta e militância do operariado são aqueles que rememoram a luta dos trabalhadores(as) por melhores condições de vida, a história da Nova América não apresenta um local único, definido, conforme ela deseja em seu conceito, mas diferentes locais em diferentes momentos da história da empresa. Nesse sentido, quando a fábrica não era um espaço de trabalho, a massa operária entendia que poderia ser de mobilização, de greves, principalmente em décadas anteriores ao regime militar imposto durante o ano de 1964. Com a falência da fábrica durante a década de 1980 os trabalhadores(as) entendem que mobilizar o chão de fábrica já não seria o suficiente e era preciso mobilizar os espaços onde, durante anos, ocorreram as trocas sociais da comunidade nova-americana, mesmo que de forma ordenada pela administração empresarial local. Assim, quando a fábrica não era um espaço de trabalho, era de luta; quando a AANA e a Cidade Jardim Nova América não foram espaços destinados a toda uma sociabilidade disciplinada, tornaram-se também locais mobilizados em prol dos trabalhadores(as) da cia. de tecidos.

Rébérioux, em sua definição sobre os lugares de memória operária, determina os lugares de trabalho, os lugares de sociabilidade e os lugares simbólicos de luta e militância do operariado através de diferentes exemplos, apontando quais tipos de bens e espaços que poderiam ser identificados como aqueles. Entretanto, sem sobrepor um sobre o outro. Apesar do fato, a autora também não nos diz em nenhum momento de seu trabalho que estes lugares não poderiam ser sobrepostos, identificados em diferentes momentos sob diferentes perspectivas, não sendo excludentes entre si, algo que conseguimos identificar na Nova América. Afinal, quando os lugares de trabalho não eram voltados para as operações industriais da fábrica eram transformados em lugares simbólicos de luta e militância do operariado. O mesmo ocorreu com os lugares de sociabilidade. Ou seja, não existe a exclusividade de cada lugar de memória operária se encaixar em uma única categoria como a história da Nova América consegue demonstrar e que certamente está presente também em outras fábricas e indústrias pelo mundo, mas que não fora notado pela historiadora francesa no momento da escrita de sua metodologia de classificação dos lugares de memória operária.

No entanto, por mais que Rébérioux não restringisse a proposta com relação a uma possível sobreposição dos lugares de memória operária, a autora fez questão de trazer à tona em seu trabalho diferentes exemplos de lugares que ainda existiam na realidade operária de sua nação. Ou seja, por mais que já tivessem sido alterados ou mesmo ainda estivessem com as mesmas funções, Rébérioux indica a necessidade de mostrar que tais lugares ainda existiam, sendo importantes contribuições materiais para o resgate da memória operária. Afinal, sua metodologia tem uma interpretação bastante ancorada na necessidade de se observar o passado operário por meio de uma perspectiva espacial. Nesse sentido, além de demonstrarmos cada um dos espaços onde ocorriam o trabalho, a sociabilidade e a luta nova-americana, buscaremos verificar a existência desses espaços hoje, no Município do Rio de Janeiro.

Assim, sabendo que a fábrica existe e é celebrada e reconhecida pelo poder público como lugar de memória através de seu reconhecimento enquanto Patrimônio Cultural carioca, restaria responder a uma questão: diante da ausência de ações do Estado e da dissociação e esquecimento desses outros espaços nos processos de reconhecimento oficial da memória da Nova América, ainda é possível identificar e apontar tais espaços na paisagem? A resposta para esse questionamento só pôde ser fornecida quando saímos dos acervos e buscamos identificar a existência da AANA e a Cidade Jardim sobre o subúrbio carioca.

5 OS LUGARES DE MEMÓRIA OPERÁRIA NOVA-AMERICANA NO ATUAL CONTEXTO SUBURBANO CARIOCA

No último capítulo de nossa pesquisa buscamos localizar os Lugares de Memória Operária da Nova América ainda existentes sobre o subúrbio do Rio de Janeiro – RJ. Para esta ação não abrimos mão de utilizar dados provenientes dos acervos presentes na capital fluminense, assim como não abrimos mão também de trabalhos de campo e entrevistas com os moradores das localidades próximas da fábrica. Tudo com o intuito de fornecer detalhes acerca da existência daqueles que elencamos como lugares de sociabilidade e simbólicos de luta e militância do operariado no contexto dos lugares de memória operária da fábrica em análise. Por fim, propomos a construção de um circuito industrial sobre os antigos espaços da Nova América identificados por nós como lugares de memória operária nova-americanos.

5.1 Em busca da A.A.N.A. e da Cidade Jardim Nova América

O Boletim Nova América nos deu importantes pistas de onde poderiam se localizar atualmente a Associação Atlética Nova América e a Cidade Jardim Nova América. Principalmente porque, com a abertura das ruas na vila operária local, o periódico fabril passou a celebrar que a AANA estaria localizada na rua Amaro Hamati, via criada por meio do projeto da Cidade Jardim. Com esta informação em mãos decidimos por explorar melhor o topônimo, a fim de entender se ele ainda existia no presente momento da urbe carioca e, conseqüentemente, se neste logradouro ainda haveria traços que remetessem ao antigo “club Nova América” e a própria vila operária.

Com o uso de mapas e imagens de satélite atuais, ambos disponíveis na *internet*, conseguimos facilmente descobrir que a rua Amaro Hamati ainda existe em Inhaúma até o presente momento. Por mais que a fábrica da Nova América esteja hoje localizada em Del Castilho, a rua anteriormente citada está localizada no bairro vizinho. Uma informação importante que, para nossa surpresa, nos ajudou a encontrar o que desejávamos. Afinal, nela ainda se localiza o que foi a Associação Atlética Nova América. E dizemos “o que foi” porque, assim como a fábrica, a antiga instituição deixou de existir e em seu espaço passou a ser administrado por outra empresa: um clube privado voltado para práticas de atividades físicas denominado *Gedeon Fitness Club* (figura 22).

Para entender o que havia ocorrido com a AANA, ou seja, entender como suas formas

ainda se mantinham na localidade, mas nas mãos de outra instituição, fizemos uma pesquisa sobre a AANA no Diário Oficial Eletrônico do Município do Rio de Janeiro (DOEMRJ), em sites que registram leis e as atividades de empresas, e, por fim, em jornais que circularam no Município carioca nos anos que sucederam o fechamento da fábrica. Foi por meio desta varredura que descobrimos que, mesmo após o fechamento da cia. de tecidos, a AANA permaneceu em atividade, servindo à comunidade inhaumense durante anos a fio com diferentes práticas esportivas e culturais, além de ser utilizada como suporte para atividades eleitorais em anos de eleição⁸⁷.

Figura 22 – Antiga AANA, hoje *Gedeon Fitness Club*.



Fonte: acervo pessoal dos autores.

Tamanha a importante para o Município ao exercer suas funções, a Associação Atlética Nova América foi considerada Bem de Utilidade Pública por meio da Lei Nº 2019 de 15 de outubro de 1993, de autoria do vereador Jorge Bittar⁸⁸. Esse reconhecimento foi reforçado recentemente quando a Lei Nº 5242 de 17 de janeiro de 2011 entrou em vigor⁸⁹, criando uma legislação municipal referente às concessões de Utilidade Pública no Município do Rio de

⁸⁷ RIZZO, Walter. Bola Social: Desfile Gay. In: **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 24 de fev. de 1989, p. 9. Disponível em: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Acesso em: 02 de maio de 2021;

Guia do Eleitor. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1992, p. 8. Disponível em: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Acesso em: 02 de maio de 2021.

⁸⁸ Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/1993/201/2019/lei-ordinaria-n-2019-1993-considera-de-utilidade-publica-a-associacao-atletica-nova-america>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2021.

⁸⁹ Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/2011/524/5242/lei-ordinaria-n-5254-2011-consolida-a-legislacao-municipal-referente-as-concessoes-de-utilidade-publica>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2021.

Janeiro. Um dos bens citados por este documento foi a Associação Atlética Nova América.

Vale notar que, apesar de sua importância, não encontramos em nossas pesquisas indicativos de uma possível tentativa de preservação da AANA. Seja em conjunto com a Nova América ou mesmo sozinha, já que era um dos mais antigos aparelhos socioculturais da Zona Norte carioca ligado a uma das mais importantes fábricas de tecidos da ex-capital brasileira.

Por mais que seu reconhecimento tenha sido concretizado pela Prefeitura local ao intitulá-la como Bem de Utilidade Pública, infelizmente a instituição não conseguiu se manter aberta. Enquanto a fábrica da Cia. Nacional de Tecidos Nova América era tombada pela esfera municipal, a AANA passava por seus últimos momentos, sendo o dia 09 de fevereiro de 2015⁹⁰ marcado pelo fechamento da instituição e a consequente entrada da *Gedeon Fitness Club* na localidade. Assim, as formas se mantiveram na paisagem, mas a AANA (enquanto instituição) não.

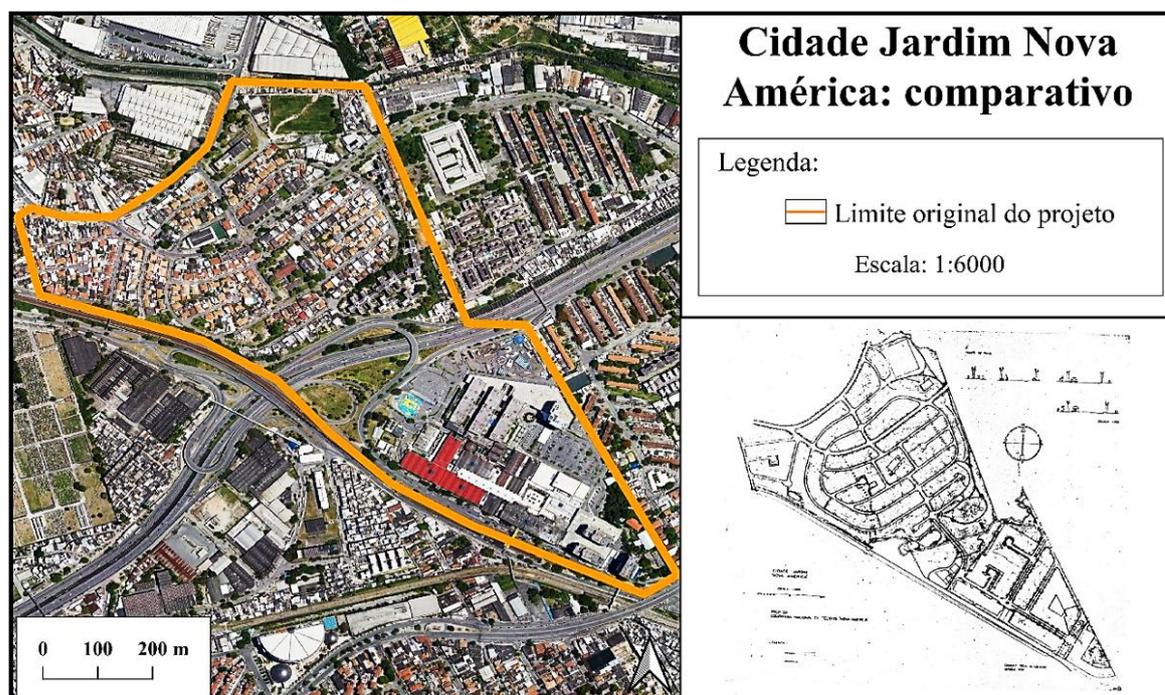
Não satisfeitos com toda a informação já disponível sobre a AANA decidimos ir além. Nos debruçamos mais uma vez sobre o projeto da Cidade Jardim Nova América (figura 14) para entender se, além das formas da Associação Atlética localizadas na rua Amaro Hamati, ainda haveria outros resquícios da vila operária na atual geografia local. Foi nesta perspectiva que, quando comparamos o projeto da Cidade Jardim, de 1937, com os mapas e as imagens de satélite atuais, disponíveis na *internet*, percebermos que o arruamento planejado para a vila operária nova-americana ainda se mantinha em vigor na localidade, algo que pode ser observado na figura 23.

Acreditando que ainda seria possível encontrar mais detalhes da Cidade Jardim, começamos a buscar nas imagens de satélite – mais uma vez – por outros possíveis elementos que remetiam ao passado local. Como o Boletim Nova América nos forneceu detalhes acerca da configuração espacial dos imóveis que seriam construídos na vila operária (conforme a figura 16) fizemos uma espécie de geografia de Brunhes (CLAVAL, 2012 [2004]): por meio das imagens de satélite observamos a configuração dos telhados das casas atualmente existentes no arruamento preservado da Cidade Jardim e comparamos com a planta das casas apresentadas

⁹⁰ No site Brazil Guide o CNPJ da Associação Atlética Nova América é apresentado como: 337.696.050/0010-9, sendo aberto em 6 de fevereiro de 1968 e decretado como inativado em 9 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://www.brazilguide.net/c/associacao-atletica-nova-america-33769605000109>>. Acesso em: 22 de abril de 2021. Já no site CNPJ Biz, o CNPJ da Associação Atlética Nova América é definido como: 33.769.605/0001-09 – 33769605000109, sendo aberto em 6 de fevereiro do 1968, apresentando baixa, mas sem a existência de datas. Dados disponíveis em: <<http://www.cnpj.biz/33769605000109>>. Acesso em: 22 de abril de 2021.

no Boletim, tudo a fim de encontrar similaridades. Com esta ação rapidamente identificamos alguns imóveis que tinham telhados que se assemelhavam à forma da planta das casas apresentadas nos Boletins (figura 16), ou seja, provavelmente seriam remanescentes da vila operária nova-americana, conforme pode ser observado na figura 24.

Figura 23 – Comparativo entre o projeto da antiga Cidade Jardim Nova América (esquerda) e o atual arruamento na mesma localidade (direita).



Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional- Brasil e Google Maps, respectivamente.

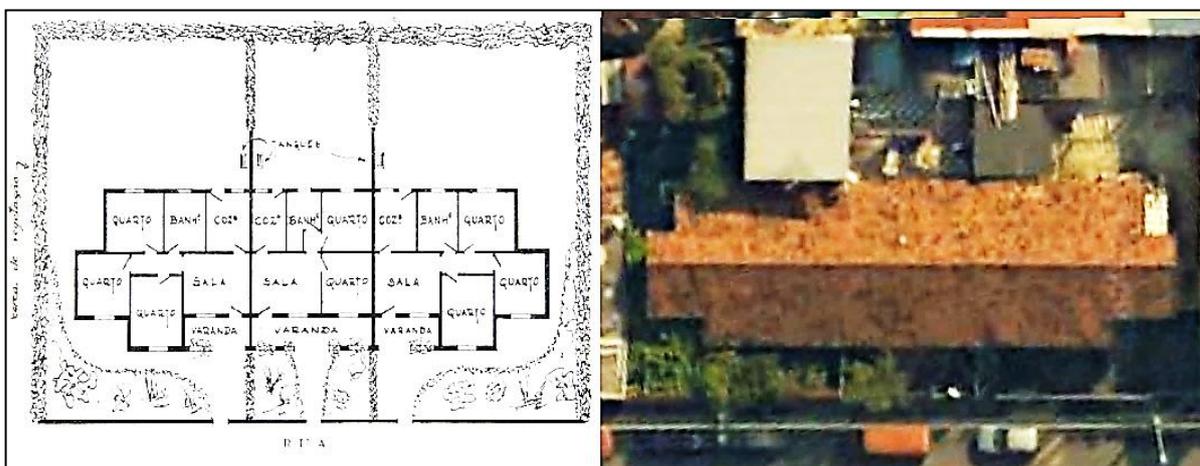
A priori, desejávamos encontrar pessoalmente os moradores locais, do arruamento identificado por nós como sendo da antiga Cidade Jardim Nova América, para descobrir se, de fato, o local era a antiga Cidade Jardim e se ainda residiam nessas casas ex-operários(as) da Nova América. Todavia, a pandemia do novo coronavírus fez com que refizéssemos toda a nossa estratégia investigativa. Logo, preferimos buscar pelos moradores(as) locais de outra forma: por meio das redes sociais. E foi depois de uma exaustiva procura pela internet que nos deparamos com o grupo denominado “Histórias de Inhaúma”, presente na rede social *Facebook*⁹¹.

Composto essencialmente por moradores de bairro onde se localizava a possível Cidade Jardim e a AANA, o grupo é dedicado à postagem e publicações que buscam rememorar

⁹¹ Disponível em: <<http://www.facebook.com/groups/309396126955998>>. Acesso em: 3 de maio de 2021.

o passado de Inhaúma e de seus mais antigos moradores. Entendendo que esta seria uma via importante para nos debruçarmos sobre o presente momento local, decidimos por participar do grupo a fim de colher informações entre seus membros.

Figura 24 – Planta das casas planejadas da Cidade Jardim Nova América presente na coluna no Boletim Nova América e, ao lado, telhado similar à planta ainda existente na rua Mark Sutton, em Inhaúma.



Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil e Google Maps, respectivamente.

A partir do momento em que entramos no grupo tentamos diferentes tipos de contato para poder entender melhor sobre a existência da AANA e da Cidade Jardim. Entretanto, não conseguimos. A única saída, depois de tantas infrutíferas tentativas de contato, foi por meio de uma postagem onde perguntamos aos usuários do grupo: 1 – A AANA e a Cidade Jardim ainda existem? 2 – Se existem, onde elas estão localizadas? Questões feitas com o esclarecimento de que as respostas seriam anônimas e para a pesquisa aqui em curso. A nossa ação fez com que conseguíssemos interagir com mais de 50 pessoas que se apresentaram como moradoras não somente de Inhaúma, mas da própria Cidade Jardim. Em alguns casos estas pessoas se apresentaram também como sendo familiares de ex-operários(as) da fábrica que ainda residiam na antiga vila operária local. Tendo em vista as informações iniciais, nós decidimos então percorrer dois caminhos para obter dados para essa parte de nossa pesquisa. Assim, em um primeiro momento, nós conversamos abertamente com os participantes do “Histórias de Inhaúma” colhendo as respostas dadas para as duas perguntas anteriores aceitando qualquer resposta que tivessem sobre o que sabiam com relação à AANA, à Cidade Jardim e até mesmo sobre a Nova América.

Entretanto, quando as pessoas com quais conversamos diziam ser moradas da Cidade Jardim e, em simultâneo, se apresentavam como sendo familiares de ex-operários(as) da cia. de

tecidos, nós as convidamos para uma outra pequena entrevista a fim de obter mais detalhes daqueles(as) que há mais de uma geração vivem na localidade. Nem todos aceitaram o convite para essas entrevistas, é verdade, preferindo ficar somente respondendo à publicação por meio de comentários e/ou com a disponibilização de documentos que nos ajudariam em nossa pesquisa. Contudo, oito pessoas que se identificaram como parentes de ex-trabalhadores(as) da fábrica e ainda residentes da antiga Cidade Jardim Nova América aceitaram o convite para as entrevistas, que exploraremos mais à frente, neste trabalho. Assim, iremos disponibilizar, em um primeiro momento, os dados que obtivemos em nossa pesquisa a partir dos membros do grupo respondendo às duas primeiras perguntas dispostas anteriormente para, depois, apresentarmos os dados obtidos nas entrevistas com os oito moradores locais que tinham familiares ligados à Nova América.

Também iremos disponibilizar a partir de então algumas imagens que obtivemos em nossa pesquisa, seja disponibilizado por aqueles que conversamos no contexto do “Histórias de Inhaúma”, seja por meio de nossa ida a campo, sozinhos, evitando aglomerações no contexto da pandemia do novo coronavírus. Esta ida a campo teve como objetivo obter fotografias sobre os elementos que foram citados pelos participantes do grupo e entrevistados, ratificando ainda mais o que nos fora apontado durante as conversas. Sem mais delongas, apresentamos, a partir de agora, o que os membros do grupo nos forneceram de informação.

Em um contexto geral, os participantes do grupo “Histórias de Inhaúma” nos confirmaram que o bairro ainda tinha elementos remetentes à Nova América, sendo um destes a Cidade Jardim Nova América, composta atualmente pelas casas construídas pela administração da fábrica e que ainda eram habitadas por algumas das famílias de ex-operários(as). Entretanto, os participantes do grupo foram enfáticos ao nos dizerem que hoje já não restavam tantos ex-trabalhadores(as) da fábrica residindo na localidade e nem mesmo as moradias se mantiveram 100% preservadas.

Vale notar que, segundo os usuários do grupo, a então Cidade Jardim – apesar de existente – já não carregava mais “Nova América” em seu nome. Devido à violência local e a não ligação mais para com a cia. de tecidos, a antiga vila operária passou a apresentar ruas particulares ao longo dos últimos anos, o que fez com que fosse transformada no “Condomínio Cidade Jardim”. Uma mudança que, apesar de importante, não representou o apagamento total da relação da localidade para com a Nova América. Afinal, as antigas casas da empresa e seus ex-funcionários(as) ainda residem na localidade.

Os presentes no grupo nos disseram que os antigos imóveis da fábrica se localizavam

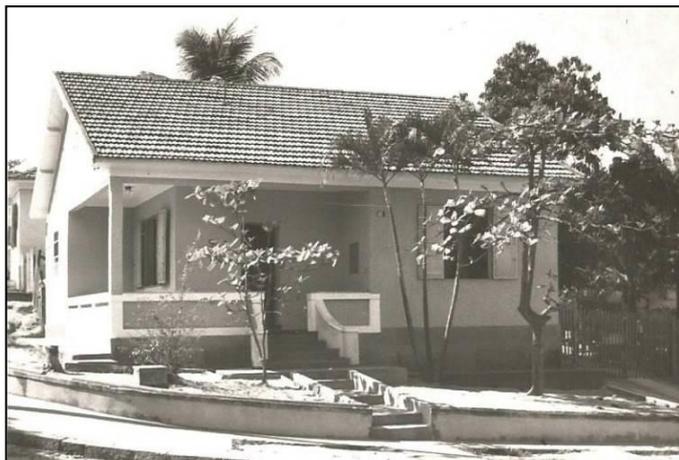
nas ruas Cuité, Aguara, Acari, Mark Sutton, Adhemar Bebbiano – estas duas últimas em homenagem aos donos da Nova América – dentre outras que, pelo que observamos via mapas atuais do Município, estão localizadas no contexto do que seria o arruamento da antiga Cidade Jardim (figura 23).

As pessoas que responderam a nossa postagem nos disseram que as residências que eram de posse da Nova América passaram a ser vendidas na década de 1990, em um primeiro momento, exclusivamente para os ex-operários(as) nova-americanos(as), ou seja, para aqueles(as) que já moravam e alugavam tais imóveis. Tudo enquanto a empresa encerrava suas atividades em Del Castilho e transferia suas operações em definitivo para sua filial em Duque de Caxias – RJ. Alguns desses ex-operários(as) adquiriram os imóveis à venda, outros até mais de um. No entanto, quando os trabalhadores(as) optavam por não comprar as residências elas eram negociadas com outros compradores(as) que não necessariamente eram ligados(as) à empresa. Nesta perspectiva, houve uma tendência de que os imóveis adquiridos pelos ex-trabalhadores(as) locais se mantivessem mais preservados, pelos vínculos já estabelecidos com as residências, mas não foi um movimento observado de forma padronizada. Afinal, nem todos seguiram tal lógica.

Alguns dos participantes do grupo que interagiram com nossa postagem aproveitaram o momento para nos enviar fotos de como eram as suas residências na Cidade Jardim. Este é o caso de Lenira Nascimento, filha de um dos ex-operários(as) da Nova América que não aceitou ser entrevistada por nós, mas aceitou enviar uma foto de sua antiga moradia na Cidade Jardim, hoje não mais existente (figura 25). Segundo Lenira, este imóvel foi adquirido por um comprador de fora da cia. de tecidos e foi demolido para dar lugar a uma nova construção. Apesar do fato, conseguimos perceber que a residência não seguia o padrão apresentado pelo Boletim Nova América em sua coluna “Departamento de Engenharia da Cia. de Tecidos Nova América”, o que abriu a possibilidade para que pudéssemos encontrar mais de um tipo de imóvel na localidade ligado à antiga cia. de tecidos.

Lenira chegou a nos dizer que seu pai trabalhava na Companhia Progresso Industrial (conhecida como Fábrica Bangu) até ser convidado por Adhemar Bebbiano para trabalhar na Nova América. Sendo reconhecido como um excelente trabalhador, Adhemar fez questão de convidá-lo para a empresa e cedeu uma das casas da vila operária para o trabalhador.

Figura 25 – Uma das casas que compunham à Cidade Jardim, na esquina da rua Guapitanga com rua Cuité, hoje não mais existente.



Fonte: acervo pessoal de Lenira Nascimento.

Além da contribuição da Sra. Nascimento, acima, outros integrantes do “Histórias de Inhaúma” continuaram fornecendo informações importantes sobre a Cidade Jardim. Assim, nos disseram que a empresa que adquiriu a Nova América nos anos 1980 (Sistema Cataguazes-Leopoldina) ainda era dona de alguns imóveis na localidade. Seja porque os ex-funcionários(as) não haviam quitado a totalidade das parcelas dos imóveis vendidos e tiveram que devolver suas residências, seja porque a empresa não conseguiu vender para nenhum comprador, ficando tais residências em posse daqueles que herdaram os ativos da Nova América. Apesar dessa última informação ser importante, não conseguimos documentos que comprovassem os fatos e nem mesmo conseguimos pessoas ligadas e/ou autorizadas pela empresa compradora da Nova América que pudessem nos ajudar no complemento desta investigação. O contexto da pandemia do novo coronavírus e a perspectiva de encontrarmos pessoas ligadas às empresas que não existem mais (Nova América e Sistema Cataguazes – Leopoldina) dificultaram a comprovação de tais fatos. Todavia, isso não encerrou nossas conversas com a comunidade local via rede social.

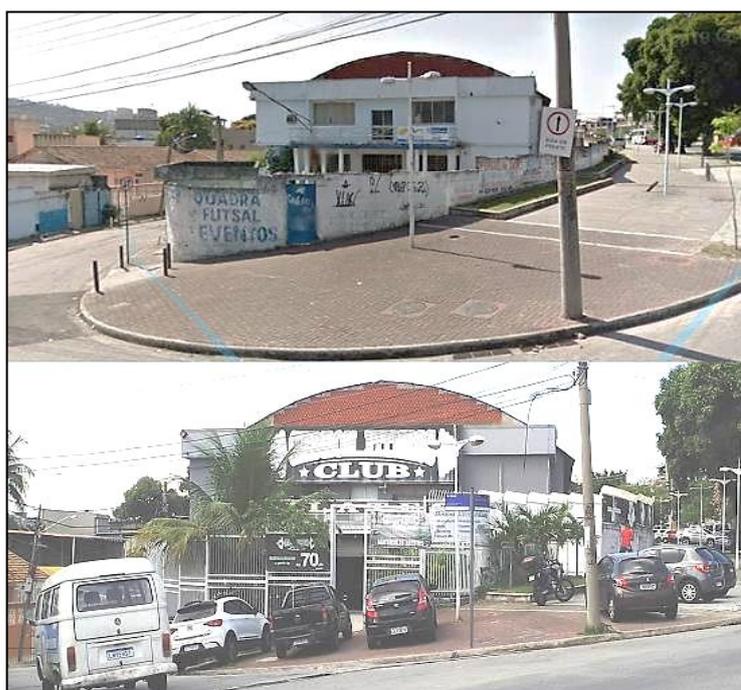
Jandra, filha de ex-operário da empresa e moradora local presente no grupo, nos disse que suas lembranças relacionadas às casas possuem relação direta para com a ação das “Visitadoras Sociais”. Ela nos revelou que tais profissionais eram bastante rígidas com relação aos cuidados que operários e operárias deveriam ter com suas casas na Cidade Jardim. Assim, as visitadoras – dentre tantas funções – atuavam pressionando os moradores(as) da vila operária a fim de que as moradias da Nova América se mantivessem ordenadas e preservadas, tudo conforme as normas ditadas pela administração da cia. de tecidos. Uma informação que dialoga

muito com os fatos observados no Boletim Nova América.

Nós tentamos conversar mais com Jandra, convidando-a para a entrevista *online* mais densa, aceita pelos 8 participantes destacados anteriormente (que veremos mais à frente no trabalho). Todavia, assim como ocorreu com Lenira, não obtivemos o retorno desejado. Apesar do fato, o dado que trouxe foi importante e a colaboração bem-vinda.

Saindo um pouco da perspectiva das residências e dos ex-operários(as) ainda residentes na antiga Cidade Jardim, os usuários do “Histórias de Inhaúma” nos pediram para que notássemos não somente as casas, mas a ainda existência das formas da AANA (figura 22, anteriormente vista), hoje *Gedeon Fitness Club*. Segundo os integrantes do grupo, a localidade pouco havia sido alterada pela nova empresa que agora administra o local. Quando utilizamos a ferramenta *Google Street View* para observar imagens da AANA antes de seu fechamento e comparamos com a foto que tiramos em campo é possível perceber que pouco foi alterado na localidade. A figura 26, abaixo, ajuda a entender essa afirmação, já que demonstra um antes e depois da antiga instituição.

Figura 26: Associação Atlética Nova América antes de ser transformada em um clube para atividades desportivas (acima) e já transformada (abaixo).



Fonte: *Google Street View* e acervo pessoal dos autores, respectivamente.

Alguns dos participantes do “Histórias de Inhaúma” que frequentavam a AANA disseram que os últimos anos da Associação foram marcados por um forte declínio das

atividades locais devido ao falecimento de alguns dos mais antigos responsáveis por ela, ex-operários(as) da fábrica, até chegar ao seu fechamento total em 2015.

Quando entramos em contato com a administração do *Gedeon Fitness Club* nos foi afirmado que a empresa realmente utilizava das antigas dependências da Associação Atlética Nova América. Entretanto ela não teria ligações para a com a Nova América, estando somente em posse de um dos espaços que eram das famílias Bebbiano e Sutton. Apesar de termos procurado saber como foram parar na localidade e se o imóvel havia sido comprado ou se era alugado pela empresa, não nos deram respostas. Entendendo que o mais importante para a nossa pesquisa seria encontrar os remanescentes industriais da Nova América, decidimos por não nos aprofundar naquelas questões. Assim, demos sequência ao nosso trabalho.

Ainda sobre a AANA, os usuários do grupo também foram bastante enfáticos em nos chamar a atenção para que percebêssemos que, além de pouco alterada, ainda existia na antiga instituição fabril o “Salão Azul” (figura 27). Intrigados em tentar entender o que era o espaço indicado, perguntamos mais aos membros do grupo sobre o que este salão seria. Afinal, não vimos em nenhum documento menções sobre este espaço.

Figura 27 – Parte da frente do Salão Azul, fundos da antiga AANA (hoje Gedeon Fitness Club), com um muro que não permite ver o imóvel.



Fonte: acervo pessoal dos autores.

Para nossa surpresa, muitos expressaram que o “Salão Azul”, presente nos fundos da antiga AANA, foi a localidade da instituição onde ocorreram importantes eventos para a

comunidade nova-americana, como as celebrações de datas festivas, casamentos, práticas de alguns esportes e onde foi instalada a Escola Nova América inicialmente. Assim, nos foi dito que o salão estava bastante preservado, contando com janelas de madeira da época (figura 28), e que, por fazer parte da história de muitos(as) moradores(as) e familiares de ex-operários(as) ainda residentes da localidade, não deveria ser esquecido por nós, em nossa pesquisa. A figura 29, generosamente cedida por Neyla Amaral, mostra uma das celebrações ocorridas na localidade.

Figura 28 – Vista lateral do Salão Azul (AANA).



Fonte: acervo pessoal dos autores

Os usuários do grupo “Histórias de Inhaúma” também nos disseram que não poderíamos esquecer no contexto da antiga Cidade Jardim a existência de duas escolas ligadas à história da fábrica: a Escola Municipal Domingos Bebbiano e a Escola Municipal Nicolau Antonio Taunay.

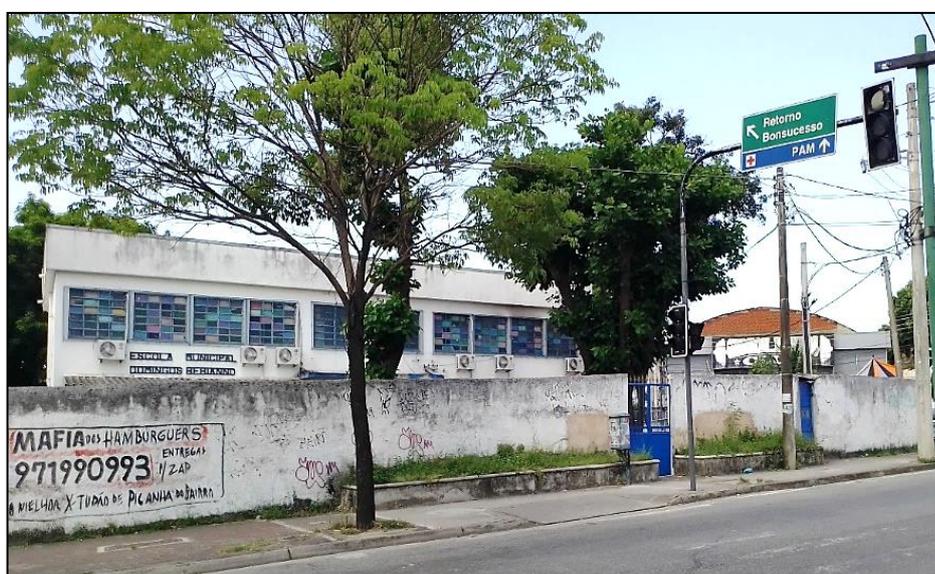
Figura 29 – Festividade no interior do Salão Azul, na AANA, no contexto dos anos 1950.



Fonte: acervo pessoal de Neyla Amaral.

A primeira (figura 30) foi o espaço educacional criado pela administração da cia. de tecidos onde operários(as) e filhos(as) dos trabalhadores(as) estudavam e onde ocorriam os cursos de qualificação do Sesi e Senai para a massa operária. Se antes da existência da escola todo o ensino local ocorria no contexto do “Salão Azul”, as atividades educacionais foram transferidas para a Escola Nova América, prédio construído ao lado da antiga AANA e que ainda hoje continua sendo uma escola, agora de posse do Município do Rio de Janeiro.

Figura 30 – Escola Municipal Domingos Bebbiano (esquerda), prédio anexo à AANA (ao fundo, à direita).



Fonte: acervo pessoal dos autores.

Segundo os próprios membros do “Histórias de Inhaúma”, a Escola Nova América foi

repassada para a municipalidade local décadas antes da fábrica de Del Castilho ser desativada. Assim, foi nomeada pela Prefeitura como Domingos Bebbiano, nome em homenagem ao pai de um dos fundadores da antiga empresa, Adhemar Bebbiano.

Nós conseguimos entrar em contato com a secretaria da Escola Municipal Domingos Bebbiano para confirmar as informações. Segundo uma das secretárias da instituição, a escola era realmente ligada à Nova América. Tentamos colher mais dados com a instituição, mas o contexto da pandemia não permitiu com que visitássemos a escola. Apesar do fato, os membros do grupo “Histórias de Inhaúma” generosamente permitiram com que publicássemos algumas fotos das antigas turmas locais, compostas por filhos(as) de funcionários(as) da Nova América que estudaram na escola durante as décadas de 1970 e 1980 da escola (figuras 31 e 32).

Figura 31 – Uma das turmas da Escola Municipal Domingos Bebbiano, antiga Escola Nova América, em 1978.



Fonte: acervo pessoal de André Fonseca.

Além da Escola Municipal Domingos Bebbiano, a Escola Municipal Nicolau Antonio Taunay (figura 33) também foi apontada pelos membros do “Histórias de Inhaúma” como sendo um aparelho educacional utilizado por filhos(as) de trabalhadores(as) da Nova América, logo tendo vínculos com os moradores(as) locais. Nós também chegamos a entrar em contato com a secretaria da escola para confirmar os dados e, de fato, o reduto educacional serviu aos operários(as) moradores(as) da Cidade Jardim.

Figura 32 – Outra turma da Escola Municipal Domingos Bebbiano, antiga Escola Nova América, no início dos anos 1980.



Fonte: acervo pessoal de Sandra Tenchini.

Quando tentamos obter mais dados com a escola – fotos, documentos, outros tipos de materiais sobre o passado local ligados à Nova América – nos foi dito que os únicos dados que ainda tinham no estabelecimento era o registro dos alunos(as) que estudaram na escola e nada além. Contudo, chegamos a observar que a escola publicou em um *blog* na *internet* um pequeno acervo composto por documentos que recontam a própria história da escola⁹², mas o site foi desativado recentemente sem sabermos o motivo.

Figura 33 – Escola Municipal Nicolau Antonio Taunay (no centro, ao fundo), presente no interior da antiga Cidade Jardim Nova América.



Fonte: acervo pessoal dos autores.

⁹² Disponível em: <<https://antigo.rioeduca.net/blog.php?tag=evento&pg=38>>. Acesso em 01 de maio de 2021.

Ainda com relação a essa escola, é importante mencionar que não conseguimos fotos das antigas turmas da escola e nem mesmo outros detalhes. No entanto, nos chamou a atenção que este espaço educacional fica exatamente no meio do que seria a antiga Cidade Jardim, preservando a ideia de que escolas, igrejas e outros aparelhos de socioculturais deveriam ser construídos no centro do projeto proposto por Ebenezer Howard.

Os dados até aqui disponibilizados por nós foram coletados com o grupo “Histórias de Inhaúma” de uma forma geral por meio da postagem no grupo. Esses dados se complementam com os disponibilizados pelas oito pessoas que conhecemos no contexto do grupo e que aceitaram o convite para nossa outra entrevista mais densa. Sendo todos moradores(as) da antiga Cidade Jardim parentes de ex-operários(as) da Nova América, entrevistamos: Eliane Oliveira, Miriam Oliveira, Renata Cruz, Renan Viana, Leonardo Assumpção, Monica Guerra e outros dois moradores que preferiram não ter seus nomes identificados. Miriam Oliveira, em especial, fez a sua entrevista ao lado de sua mãe, a Sra. Oliveira, uma das últimas ex-funcionárias da empresa ainda moradoras de uma das casas da Cidade Jardim. A Sra. Oliveira infelizmente não sabe utilizar as redes sociais. Logo, foi em conjunto com sua filha que obtivemos os dados da entrevista com uma das ex-operárias da Nova América.

Tendo em vista as informações anteriormente elencadas, nós perguntamos para esses oito entrevistados as seguintes questões: 1 – Você ainda reside em uma das casas que eram da Nova América presentes na antiga Cidade Jardim? 2 – Como era a relação da administração da Nova América com vocês? 3 – A Associação Atlética Nova América ou Club Nova América, o que você sabe ou lembra sobre? 4 – Quais outros elementos ainda existem na Cidade Jardim que remetem à Nova América? A partir de agora demonstraremos, em síntese, parte das informações que os entrevistados(as) nos forneceram com relação às perguntas feitas.

Com relação à primeira, todos afirmaram que moravam em residências que eram da cia. de tecidos, sendo elas adquiridas em conjunto com a empresa quando foram postas à venda no início dos anos 1990. Todavia, esses imóveis já tinham passado por muitas modificações. De forma complementar, os entrevistados nos disseram que existiam outras casas na localidade idênticas às suas e que estariam mais preservadas.

Monica Guerra, por exemplo, nos disse que bastaria andar pelas ruas da antiga Cidade Jardim observando as casas que tinham janelas de madeira. Segundo Monica: “Você vê pelas janelas de madeira, janelas antigas. Elas [casas] não foram modificadas”. A fim de dar exemplos, Monica apontou a rua Aguará e as demais vizinhas como sendo aquelas que ainda tinham casas ligadas à cia. de tecidos pouco alteradas e que, por meio dessas casas, poderíamos

achar outras iguais andando pela antiga Cidade Jardim. Quando nós fomos a campo, encontramos uma das casas indicadas por Mônica (figura 34), sendo composta, de fato, por janelas de madeira e com formas idênticas às demonstradas pelo Boletim Nova América.

Monica ainda nos informou que as casas da localidade já eram vendidas para os trabalhadores(as) da fábrica antes mesmo do fechamento da Nova América em Del Castilho. Segundo a moradora local, filha de um dos ex-operários da empresa, algumas das casas construídas passaram a ser vendidas para funcionários(as) que eram selecionados por meio de um sorteio. Sendo sorteado, o funcionário(a) poderia comprar a casa e pagar a compra da mesma por meio de prestações que eram descontadas de seus salários. Logo, bem antes dos anos 1990, essas casas já eram vendidas para os trabalhadores(as) da empresa.

Figura 34 – Casa com janelas de madeira (esquerda) e formas que se assemelham à do Boletim Nova América.



Fonte: acervo pessoal dos autores.

Eliane Oliveira, de forma diferente, nos disse que, se quiséssemos encontrar as casas mais antigas da localidade bastaria percorrer a Cidade Jardim e perceber as casas tinham não somente elementos de madeira em sua fachada, mas que tinham alguns “tijolinhos da fábrica”, imitando a mesma arquitetura da Nova América. E, de fato, em campo foi possível observar que algumas casas na antiga Cidade Jardim tinham tais ‘tijolinhos’, conforme disposto nas figuras 35 e 36, abaixo.

Figura 35 – Casa com janelas e portas de madeira (direita) contendo tijolinhos em sua coluna.



Fonte: acervo pessoal dos autores.

Já Miriam Oliveira, em conjunto com sua mãe, nos disseram que seria um tanto difícil encontrar casas intactas, mas que elas existiam sim, sendo normalmente residentes desses imóveis os(as) mais antigos(as) ex-operários(as) da fábrica. Informações que, em consonância com as respostas que tivemos por meio dos demais integrantes do “Histórias de Inhaúma”, ratificam a ideia de que alguns dos moradores locais ainda possuem ligações para com a Nova América. Miriam também nos confirmou que os trabalhadores: “tiveram preferência [na compra das casas]. Muitos ficaram receosos em assumir a dívida e acabaram saindo, deixando para terceiros”. De forma complementar, nos disse que: “quando o trabalhador se aposentava devolvia a casa”, ou seja, não havia garantias de que trabalhadores(as) aposentados(as) permanecessem nos imóveis.

Figura 36 – Coluna da casa composta por tijolinhos que se assemelham à fachada da Nova América.



Fonte: acervo pessoal dos autores.

Com relação à segunda pergunta, cujo foco era entender como era a relação da administração da Nova América para com suas famílias, os entrevistados foram unânimes em nos dizer que a empresa os tratava bem, tendo alguns deles até mesmo contato com os donos da cia. de tecidos, como Adhemar Bebbiano.

Renan Viana, por exemplo, nos disse: “Meu pai trabalhou na fábrica por muitos anos... Poxa, meu pai só tinha elogios, inclusive para adquirir as casas”. Monica Guerra, em outro exemplo, nos disse que seu pai, trabalhador da fábrica, recebia muitas regalias da empresa e que até hoje o apito da fábrica soando não sai de sua memória. Segundo a entrevistada:

Era uma fábrica que tinha um apito 6 horas da manhã, meio dia, 6 horas da noite... Eu sabia quando meu pai estava saindo porque ouvia aqui... Era muito boa a fábrica em matéria de salários e dedicação aos funcionários. Tinha horas extras. Pagava muito bem.

Eliane Oliveira nos disse também que não havia o que reclamar da administração da empresa, assim como Renan Viana e Renata Cruz nos disseram. Afinal, conforme apontou Monica, eram sempre bem tratados e não lembravam de momentos onde fossem discriminados de qualquer forma possível. Esse padrão de resposta também foi seguido por Miriam Oliveira e sua mãe, a Sra. Oliveira.

Entretanto, Leonardo Assumpção nos disse que, apesar de bem tratados pelos donos da empresa, sua avó, ex-operária da fábrica já falecida, reclamava bastante do tratamento

fornecido por seus superiores na empresa. Além deste fato, ratificou que a administração da Nova América realmente buscava ordenar as casas da Cidade Jardim. Segundo Leonardo:

Elas [as casas] funcionavam meio que por aluguel. Passavam vigilantes e entravam nas casas para ver se as casas estavam organizadas. Caso não estivessem a Nova América tomava dos seus funcionários.

A informação disponibilizada por Leonardo dialoga com o que encontramos no Boletim Nova América.

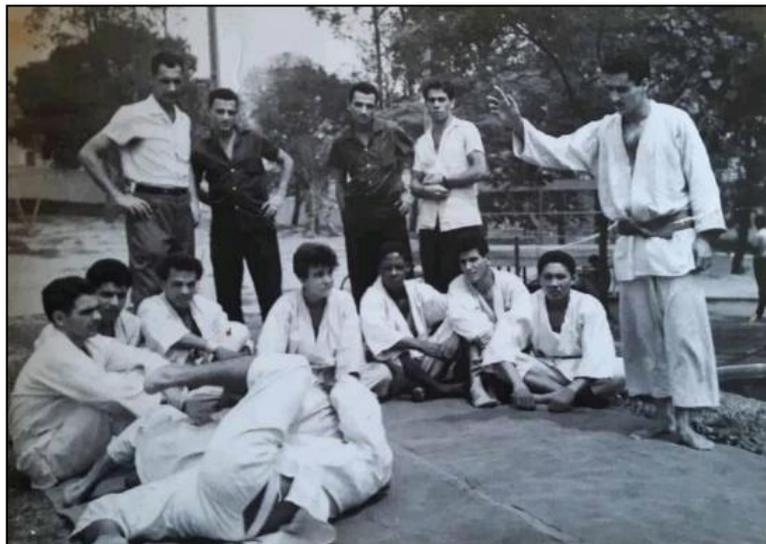
Quando nós perguntamos sobre o que eles lembravam ou sabiam da Associação Atlética Nova América ou *Club* Nova América todos responderam ser o espaço onde ocorriam diferentes tipos de atividades, principalmente bailes e festividades, que eram feitas para a comunidade local no “Salão Azul”. Leonardo Assumpção nos disse que este espaço da AANA continuava intocado e que era possível de perceber isso observando a sua aparência de casa antiga com janelas ainda de madeira, conforme apontamos na figura 28. Renata Cruz nos disse que: “O clube era muito famoso, tinha vários eventos para a comunidade, foi reduto de muitos carnavais, *show* de famosos sempre tinha, evento tanto artístico e esportivo”.

Já Miriam Oliveira nos disse que o “Salão Azul”, em especial: “ainda guarda a mesma arquitetura”, demonstrando que pouco foi alterado. Segundo a entrevistada, a AANA era, de fato, uma central multifuncional da Nova América, tendo em vista que:

Além dos cursos [...] haviam bailes, cinema para a população das casas, jogos. Minha avó contava sobre os Natais, com carros com Papai Noel distribuindo presentes para os filhos de operários.

A entrevistada foi além e nos forneceu fotos do “Salão Azul”. Nestas apresentou seu pai, ex-operário e professor de artes marciais, ensinando algumas das lutas praticadas no Associação para demais colegas operários(as), tanto no contexto interno do clube como no Salão Azul, espaço que era a sede da AANA (figura 37 e 38).

Figura 37 – Sr. Oliveira ensinando artes marciais para outros operários no espaço exterior da AANA



Fonte: acervo pessoal de Miriam Oliveira.

Além das fotografias anteriores, Miriam Oliveira fez questão de nos enviar fotos do casamento de seus pais (figuras 39 e 40), também ocorrido no “Salão Azul”. Dados que verificam a importância deste espaço para a comunidade e ratificam o que observamos nos jornais cariocas, no Boletim Nova América e até mesmo no contexto geral das respostas do grupo “Histórias de Inhaúma”. De fato, a AANA era um espaço multifuncional que servia à massa operária de diferentes formas possíveis, o que faz com que o “Salão Azul” seja um recorte excepcional no contexto inhaumense.

Figura 38 – Sr. Oliveira ensinando artes marciais para outros operários no Salão Azul da AANA.



Fonte: acervo pessoal de Miriam Oliveira.

Figura 39 – Casamento do casal Oliveira, operários da Nova América, no Salão Azul da Associação Atlética Nova América.



Fonte: acervo pessoal de Miriam Oliveira.

Por fim, quando perguntamos aos entrevistados quais outros elementos na localidade ainda existiam que remeteriam à Nova América, os familiares dos trabalhadores(as) ainda residentes na Cidade Jardim nos disseram que os antigos moradores(as) da localidade deveriam ser vistos como traços de uma Nova América ainda existente, mas que aos poucos deixaria de existir. Além do fato anterior, os entrevistados também apontaram para as escolas da localidade como elementos ligados à Nova América. Um fato que dialoga mais uma vez com o que obtivemos como resposta geral no grupo “Histórias de Inhaúma”.

Figura 40 – Celebração do casamento do casal Oliveira, operários da Nova América, no Salão Azul da Associação Atlética Nova América.



Fonte: acervo pessoal de Miriam Oliveira.

Miriam Oliveira nos disse que a atual Escola Domingos Bebbiano deveria ser lembrada. Afinal: “foi inaugurada para atender os filhos de operários, como eu”. A sra. Oliveira, mãe de Miriam, entrevistou na entrevista e nos disse que a Escola, de fato, era a mais antiga da localidade sendo “pouco alterada”, ou seja, tendo suas formas preservadas. Assim, deveria ser vista como a localidade onde diferentes pessoas ligadas à Nova América estudaram, principalmente os(as) filhos(as) de operários(as) da cia. de tecidos, como foi o caso de Miriam.

Monica Guerra, não muito diferente, apontou para a E. M. Nicolau Visconde Taunay como sendo mais próxima da empresa pelo fato dela e de seus colegas, todos filhos de operários(as) da fábrica, terem estudado na localidade em questão. O que reafirma o quanto esta escola, em conjunto com a E.M. Domingos Bebbiano, serviu para a educação dos filhos(as) da massa operária local. Essas informações, em geral, batem com as disponibilizadas pelos documentos nos quais tivemos contato e com as respostas dadas pelos membros do grupo “Histórias de Inhaúma”.

E foi com as respostas acima que encerramos as entrevistas que fizemos com os membros do grupo “Histórias de Inhaúma”, seja no contexto do grupo como um todo, seja com os oito membros do grupo que aceitaram fornecer mais detalhes sobre a antiga fábrica têxtil. Informações cruciais para o entendimento de nosso trabalho e que possibilitaram a construção e a finalização deste estudo, conforme veremos a partir de agora.

5.2 Estabelecendo relações e tecendo propostas

Após todos os dados coletados em gabinete (nos acervos da cidade) e por meio das entrevistas produzidas via rede social, podemos retornar ao ponto de origem desta pesquisa e começar a destrinchar o objetivo deste estudo. Logo, se a questão que motiva esta pesquisa é: qual é a relação existente entre os lugares de memória operária da Cia. Nacional de Tecidos Nova América? Agora podemos dizer que, de acordo com os dados que obtivemos de diferentes formas possíveis, os lugares de memória operária da Nova América ajudam a revelar a história de uma fábrica para além de um modesto bem industrial tombado / refuncionalizado que tem a sua memória atrelada à ideia de trabalho e industrialização ocorridas em solo carioca ao longo do século XX.

A proposta de Madeleine Rébérioux (1992) visando identificar os lugares de memória operária relacionados à antigos espaços produtivos adota uma perspectiva que contribui para

que diversos tipos bens industriais, tombados ou não, possam ser encarados de diferentes formas possíveis por aqueles(as) que desejam estudá-los. Ver Patrimônios Industriais ou até mesmo outros tipos de antigos recortes espaciais sob a análise deste conceito ajuda a entender como um simples complexo fabril não pode ser observado somente sob a ótica do labor. Um fato que pôde ser observado na Cia. Nacional de Tecidos Nova América.

Quando aplicamos o conceito sobre a história da antiga fábrica e seus espaços de atuação foi possível perceber que o bem industrial tombado teve a sua memória “oficial” totalmente voltada para a sua identificação enquanto um lugar de trabalho nos moldes definidos pelo conceito de lugar de memória operária. Afinal, é esta a perspectiva que os memoriais existentes na localidade e próprio o documento que oficializa a patrimonialização da fábrica buscam: ver o antigo recorte espacial produtivo enquanto símbolo da industrialização e do trabalho, o que faz com que seja interpretado enquanto um lugar de trabalho nos moldes definidos por Rébérioux.

Entretanto, quando nos debruçamos na perspectiva de compreender quais seriam os lugares de sociabilidade e os lugares simbólicos de luta e militância da Nova América utilizando de diferentes estratégias, foi possível perceber que novas percepções são estabelecidas sobre a empresa em questão, até mesmo para a sua fábrica enquanto bem tombado.

Quando questionado por nós qual ou quais seriam seus lugares de sociabilidade, foi possível perceber que os administradores da Nova América não abriram mão da construção e constituição de dois recortes espaciais onde toda a vida da massa operária tenderia a ocorrer, onde diferentes tipos de relações sociais seriam estabelecidos, ordenados e vigiados por aqueles que comandavam a empresa. Assim, a Associação Atlética Nova América e a vila operária Cidade Jardim Nova América foram espaços criados com o objetivo de que toda a vida nova-americana ocorresse fora do contexto produtivo fabril, mas sempre estando ao alcance da administração da cia. de tecidos. Ainda existentes nos dias de hoje, mas não mais nas mãos daqueles que os produziram, estes espaços são testemunhos de um passado não muito distante, resguardando parte da memória da fábrica e, sendo assim, lugares de sociabilidade nova-americanos.

Já com relação ao questionamento sobre qual ou quais seriam os lugares simbólicos de luta e militância do operariado da empresa, o panorama se torna outro. Diferentemente de Rébérioux, que os via enquanto pontos fixos ancorados no espaço, o sistema restritivo imposto na Nova América para com seus trabalhadores(as) não permitia com que seus funcionários flanassem muito para além dos espaços que eram da própria cia. de tecidos. Nesse sentido, os

lugares de trabalho e de sociabilidade nova-americanos eram transformados pelos operários(as) da fábrica, em diferentes momentos, em recortes espaciais destinados à luta por melhores condições laborais. Lutas que, se até a década de 1960 eram estabelecidas somente sobre o recorte espacial produtivo – a fábrica –, avançam posteriormente para os espaços onde a vida nova-americana se desenvolvia para além do chão de fábrica, ou seja, a AANA e a Cidade Jardim Nova América.

Esses fatos nos levam a entender que, diferentemente dos lugares de sociabilidade e de trabalho, os lugares simbólicos de luta e militância da Nova América eram mais fluidos, não ancorados sobre um único recorte espacial, se sobrepondo à própria fábrica, a AANA e a Cidade Jardim, tendo em vista que, quando não eram espaços de trabalho e de trocas sociais, respectivamente, eram transformados pelos trabalhadores(as) em espaços de luta por melhores condições de vida. Algo que fez com que a fábrica (lugar de trabalho), a AANA e a Cidade Jardim Nova América (lugares de sociabilidade) fossem totalmente transformadas em prol das lutas operárias, sendo, assim, também entendidas enquanto lugares simbólicos de luta e militância no contexto dos lugares de memória operária.

Desse modo, a Nova América demonstra que o conceito elaborado por Rébérioux pode ser mais permeável do que a própria proposta da autora, tendo em vista que esta última via os lugares de memória operária de forma mais pontual e não sobreposta ao ponto de perceber que em devidos momentos os espaços ou lugares de memória operária de uma mesma empresa podem se configurar, por meio da memória, de diferentes formas possíveis.

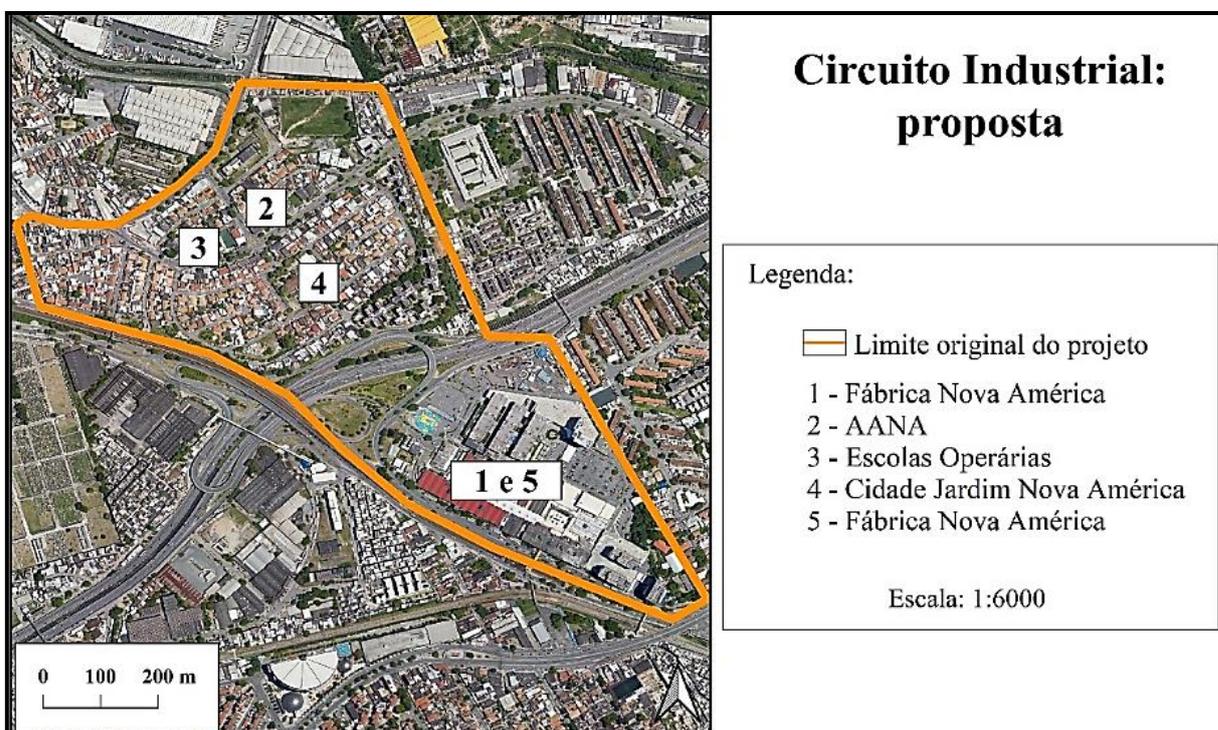
É intrigante pensar o quanto essas outras facetas da Nova América não foram aproveitadas pelo poder público local para o estabelecimento de ações que envolvessem a preservação de outras partes que eram ligadas à empresa, como a AANA e a própria Cidade Jardim Nova América. Essas localidades hoje já estão bastante alteradas no sentido de que a sua possível originalidade já não exista mais, o que afetaria diretamente na tentativa de se tombarem estes bens, caso fosse o desejo atual da Prefeitura do Rio de Janeiro – RJ. Afinal, é por meio da argumentação baseada na originalidade e na excepcionalidade de determinados bens que alguns Patrimônios passaram a serem reconhecidos no cenário mundial, o que inclui também a perspectiva de preservação de bens já ocorridas no Município do Rio de Janeiro – RJ.

Entretanto, entendendo que a importância da memória da Nova América não deveria estar somente sob a alçada de seu reconhecimento enquanto bem tombado, já que parte de seu passado não foi 100% conservado, acreditamos que ainda seria possível aproveitar os resquícios

industriais da empresa, entendidos aqui por nós como seus lugares de memória operária. Tudo de forma que a própria população local fosse beneficiada e conhecesse o passado de uma das principais fábricas do Município que um dia foi a capital federal do Brasil.

Assim, levantamos como proposta a produção de um circuito industrial (figura 41) no contexto da Nova América buscando estabelecer conexões entre a fábrica e seus demais lugares de memória operária: a AANA e a Cidade Jardim Nova América. Esse circuito poderia ser baseado em 5 pontos: 1 – Fábrica; 2 – Associação Atlética Nova América e seu “Salão Azul”; 3 – Escolas operárias; 4 – Residências e moradores da Cidade Jardim Nova América; 5 – Retorno à fábrica.

Figura 41 – Possível Circuito Industrial da Nova América



Fonte: acervo pessoal dos autores.

O ponto 1, introdutório do circuito, poderia ser estabelecido na própria fábrica tombada onde hoje reside o *shopping center*. Com a ajuda dos memoriais locais já existentes haveria explicações sobre aspectos relacionados diretamente à Nova América e seu entendimento enquanto lugar de trabalho no contexto do conceito de lugar de memória operária. Assim, fatos como: quando a fábrica surge, quem eram seus donos, como ocorria a fabricação na cia. de tecidos e demais fatos com relação ao trabalho na empresa seriam abordados para o

conhecimento dos visitantes.

No ponto 2 o circuito começaria a abranger os lugares de sociabilidade da empresa, iniciando tal empreitada por meio da Associação Atlética Nova América e seu “Salão Azul”. Sendo notadamente de valor único e excepcional para a história da cia. de tecidos, neste ponto seriam abordadas todas as práticas sociais ocorridas na localidade, indicando o quanto a administração da fábrica buscava fazer com que a AANA fosse um espaço multifuncional da Nova América. Um “braço direito” da administração fabril para diferentes aspectos da vida local ao ponto de elaborar até mesmo um Boletim que buscasse auxiliar no ordenar de todo o modo de vida de seus operários(as).

Dando prosseguimento ao circuito, o ponto 3 abrangeria as escolas operárias. Ambas hoje em posse da Prefeitura local, seriam pontos importantes para entender como ocorria a formação dos operários(as) e de seus filhos(as) no contexto nova-americano. Como ambas as escolas possuem documentos que remetem ao passado local, auxiliariam na interpretação sobre o papel da educação como agente capaz de reproduzir a mão de obra local.

Após a visita às Escolas, o circuito tenderia a abranger a própria Cidade Jardim Nova América, sendo este o ponto 4 do circuito. Ali buscaria estabelecer contato com os antigos moradores(as) locais, além de demonstrar como seriam algumas das antigas casas operárias construídas pela cia. de tecidos ainda hoje presentes na localidade. É fato que poucas ainda estão conservadas, contendo 100% de sua originalidade, mas as formas residenciais ainda são a base de boa parte dos imóveis locais, o que ajudaria a entender o quanto houve uma importante participação da antiga administração empresarial no que diz respeito à urbanização local.

Por fim, no ponto 5, o circuito faria um retorno ao ponto de partida: a fábrica de tecidos Nova América. Ali buscaremos demonstrar como a fábrica, a AANA e a Cidade Jardim Nova América, lugares de trabalho e de sociabilidade nova-americanos, também foram alvos de intervenções dos operários(as) da cia de tecidos na tentativa de uma vida melhor, sendo, assim, espaços convertidos em ambientes que ajudavam a pressionar por melhores condições de trabalho e até mesmo por ajudarem na reabertura da fábrica antes de seu fechamento total no início dos anos 1990. Uma reflexão que demonstraria o quanto a fábrica e os demais elementos da Nova América também deveriam ser interpretados como espaços de luta do operariado local, ou seja, enquanto lugares não somente de trabalho e de sociabilidade, mas enquanto lugares simbólicos de luta e militância no sentido atribuído por Rébérioux (1992) em seu conceito.

Este circuito ajudaria a fazer com que a memória operária da Nova América estivesse

ao alcance daqueles(as) que desejassem conhecer melhor o passado fabril local, além de dialogar com as propostas do TICCIH. Afinal, de acordo com a carta de Nizhny Tagil (TICCIH, 2003), a memória dos bens industriais tombados deve estar ao alcance da sociedade no sentido de demonstrar a importância social desses bens para as localidades nas quais estão inseridos. Uma prática que demonstra a importância do bem para a comunidade local e o quanto suas memórias são importantes de serem revisitadas por aqueles que assim desejarem.

Por fim, o circuito proposto aqui também deve ser entendido como um retorno de nossa parte, ou seja, da Academia, para a antiga comunidade nova-americana que ainda reside na localidade. Sendo estes espaços e as próprias pessoas ainda residentes na localidade testemunhos de um passado industrial fluminense não muito distante, não restaria dúvidas de que a nossa proposta não somente visaria o resgate dos fatos e traços do passado ainda existentes nas localidades encontradas por nós, neste estudo. Acreditamos que é somente com o retorno da Academia para a sociedade que as ciências em geral, como a Geografia, possuem suas finalidades por completa. Pesquisar e melhorar o mundo faz parte, em nosso entendimento, do que entendemos enquanto ciência e enquanto Geografia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho buscamos demonstrar qual a relação existente entre os lugares de memória operária da Cia. Nacional de Tecidos Nova América, presente no subúrbio do Município do Rio de Janeiro – RJ. Para chegarmos a essa resposta foi necessária uma longa jornada.

Em um primeiro momento, buscamos demonstrar como a noção de Patrimônio Cultural ajuda na interpretação do espaço urbano no contexto da Geografia. Por mais que esta disciplina tenha, em parte, negligenciado a memória das cidades como objeto de estudo, conforme apontado por Abreu (1998), a ciência em voga veio desenvolvendo novas abordagens sobre tema ao longo das últimas décadas, sendo uma delas a que tem como foco os estudos sobre Patrimônios Culturais. Por mais que diferentes aspectos sobre bens preservados sejam hoje observados pela disciplina em suas pesquisas, alguns desses trabalhos também buscam relacionar os Patrimônios com o espaço urbano. É assim que conceitos como o de lugar de memória operária começam a aparecer na disciplina, objetivando entender espacialmente os bens industriais patrimonializados ou, se preferir, os Patrimônios Industriais.

Para entender a importância dos Patrimônios Industriais e como poderiam ser abordados pela Geografia, nos debruçamos na tentativa de descortinar toda a história que envolve o reconhecimento da noção anteriormente citada, além de tentarmos demonstrar o estado da arte do tema no contexto de nossa disciplina. Dessa forma conseguimos identificar as diferentes vias por onde os antigos bens industriais vêm sendo analisados na Geografia, o que inclui a tentativa de estudá-los por meio do conceito de lugar de memória operária proposto por Rébérioux(1992), como ocorre nos estudos de Scifoni (2013; 2017). Após demonstrarmos a viabilidade deste conceito para os estudos sobre bens industriais tombados no contexto da ciência geográfica, nos debruçamos na tentativa de aplicá-lo sobre a Nova América com o objetivo de responder à questão norteadora de nosso estudo.

No penúltimo capítulo de nosso trabalho embarcamos na tentativa de descortinar não somente a história do bem preservado, a Nova América, como também buscamos compreender quais seriam seus lugares de memória operária. Por meio de nossa análise conseguimos perceber que a fábrica, hoje refuncionalizada e reconhecida como Patrimônio Cultural carioca, pode ser compreendida, em um primeiro momento, como lugar de trabalho no contexto do conceito construído por Rébérioux (1992). Nesse sentido, conseguimos identificar que todos os elementos que atualmente buscam rememorar o passado local basicamente associam a memória

da cia. de tecidos ao trabalho ocorrido na localidade e ao processo de industrialização ocorrido sobre o subúrbio carioca. Entendendo que esta abordagem não era errada, mas ainda carecia de mais aprofundamento, nos dedicamos a entender quais seriam os lugares de sociabilidade e simbólicos de luta e militância do operariado da cia. de tecidos. Tudo sob o contexto da definição estabelecida pela historiadora francesa sobre o conceito de lugar de memória operária.

Nessa perspectiva, foi consultando os acervos documentais existentes no Município do Rio de Janeiro que conseguimos identificar a Associação Atlética Nova América (AANA) e a vila operária nova-americana Cidade Jardim Nova América. Espaços criados pela administração da cia. de tecidos com o objetivo ímpar de tentar ordenar todo o modo de vida do operariado local além do chão de fábrica. Esses espaços, por mais que ordenados pelos administradores da empresa, foram identificados por nós, neste trabalho, enquanto lugares de sociabilidade no contexto do conceito de Rébérioux, tendo em vista que eram onde a vida fora do contexto fabril se desenvolvia na Nova América.

Quando buscamos compreender quais seriam os lugares simbólicos de luta e militância do operariado local por melhores condições de trabalho e vida, observamos que as insatisfações para com as atitudes da administração fabril faziam com que a fábrica, em diferentes momentos, fosse transformada em foco de greves e paralisações por parte dos trabalhadores(as) locais na tentativa de se estabelecer uma vida mais segura para a massa operária. Quando o domínio sobre a fábrica não foi o suficiente, os operários(as) da Nova América buscaram transformar outros espaços da empresa em espaços de luta, o que fez com que a AANA e a Cidade Jardim Nova América participassem desses movimentos. Tal fato fez com que entendêssemos que os lugares simbólicos de luta e militância da Nova América não fossem ancorados sobre um único espaço, estando, assim, sobrepostos aos lugares de trabalho e de sociabilidade da empresa, ou seja, a fábrica hoje tombada deve ser entendida tanto como um lugar de trabalho assim como deve ser entendida enquanto um lugar simbólico de luta e militância, tendo em vista que em diferentes momentos o ambiente de trabalho se tornou o espaço de ação do movimento operário por melhores condições de trabalho e vida. O mesmo pode ser aplicado com respeito aos lugares de sociabilidade, já que a AANA e a Cidade Jardim foram focos de movimentos operários. Uma perspectiva que diverge um pouco da proposta de Rébérioux (1992), que entende os lugares de memória operária de forma mais pontual, mas que termina como sendo bem observada no contexto da Nova América e que acreditamos que esteja presente em outros bens industriais tombados, abrindo a possibilidade para que também sejam analisados dessa forma.

No último capítulo, quando buscamos compreender se os lugares de memória operária

da Nova América ainda existiam na presente realidade do Município do Rio de Janeiro – RJ, conseguimos não somente identificá-los com a ajuda da comunidade inhaumense por meio de conversas estabelecidas via redes sociais – devido à pandemia do novo coronavírus –, como também conseguimos dialogar com pessoas ligadas à cia. de tecidos. Os dados obtidos por nós por meio desses diálogos ajudaram a ratificar, em grande medida, as informações obtidas por meio dos acervos documentais presentes na urbe carioca. Uma perspectiva que confirmou a ideia de que tais lugares de memória ainda existem e de que, apesar de não terem sido preservados em conjunto com a fábrica da cia. de tecidos, ainda podem ser utilizados no contexto local no sentido de rememorar os fatos ocorridos na Nova América. Nesse sentido, propomos no final de nosso trabalho um circuito industrial que poderia abranger todos os lugares de memória operária da Nova América, auxiliando na perspectiva de se oferecer para a sociedade local uma oportunidade de conhecer melhor aquele que é um dos últimos bens industriais existentes na capital fluminense que ainda hoje conseguem auxiliar na tarefa de entender como era o passado produtivo e operário da urbe carioca.

Logo, se a questão central de nosso estudo foi entender qual a relação existente entre os lugares de memória operária da Cia. Nacional de Tecidos Nova América, podemos agora respondê-la. Ao identificar e relacionar seus lugares de memória operária, pudemos perceber que a ótica de observar e a cia. têxtil somente enquanto um lugar de trabalho, ou seja, um espaço que ajuda a rememorar o labor e a industrialização ocorridos sobre o solo carioca, tal qual fazem os memoriais existentes na localidade e o documento que norteia a preservação da fábrica, não é uma via errônea, mas esta mesma via não auxilia na tentativa de se observar o bem industrial patrimonializado de outras formas possíveis.

Os lugares de sociabilidade ajudam a compreender que a Nova América estava para além do próprio espaço produtivo, demonstrando que outros recortes espaciais faziam parte do cotidiano da fábrica, sendo peças importantes no estabelecimento de um ordenamento que envolvia todo o modo de vida dos operários(as) que eram empregados da empresa. Assim, a administração fabril não se limitou a ordenar o espaço produtivo em prol de sua produção têxtil. Ao contrário, buscou ordenar tal espaço e outros construídos pelos donos da empresa, tudo a fim de disciplinar os trabalhadores(as) locais. Ou seja, a AANA e a Cidade Jardim, por mais que importantes em seus sentidos funcionais, foram as bases para todo um ordenamento da massa operária nova-americana.

O modo de vida regrado local fez com que os trabalhadores(as) da empresa comandassem paralisações e greves que tinham como foco o controle da fábrica. Entretanto,

quando foi necessária uma intervenção maior, também comandaram a AANA e a vila operária local, tudo em busca de fazer com que suas reivindicações fossem escutadas, produzindo, assim, lugares simbólicos de luta e militância que fizeram com que a fábrica não seja interpretada somente enquanto um lugar de trabalho e nem mesmo com que a AANA e a Cidade Jardim Nova América sejam interpretadas somente enquanto lugares de sociabilidade.

Essa fluidez faz com que a Nova América tenha uma perspectiva sobre os lugares de memória operária diferente da adotada inicialmente por Rébérioux (1992), onde todos os lugares de memória operária seriam fixos e sem se sobrepor espacialmente uns sobre os outros. Acreditamos que essas adaptações sejam justas, demonstrando a contribuição da Geografia para o campo de estudos sobre Patrimônios Industriais.

Para finalizar, a relação entre os lugares de memória operária da Nova América revela uma fábrica para além do próprio bem tombado. Revela o quanto houve uma seleção de fatos sobre o seu passado ao ponto do “jogo de lembrar e esquecer”, seja ele proposital ou não, encobrir parte de sua memória que ainda hoje pode ser conhecida e revisitada por aqueles(as) que desejarem. A proposta do circuito industrial fornecida por nós, no final do capítulo 4 de nosso trabalho, dialoga em grande medida com esta perspectiva. Afinal, é uma possibilidade de se auxiliar no resgate das memórias industriais nova-americanas para o conhecimento da sociedade. É um retorno da Academia para a ainda existente comunidade nova-americana residente em Inhaúma ajudando a revalorizar um recorte espacial de grande valia para o passado industrial não somente fluminense, mas do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, Carlos. La Reutilización del Patrimonio Industrial como Recurso Turístico. Aproximación geográfica al turismo industrial. In: **Treballs de la Societat Catalana de Geografia**, n.57, p. 7-32, 2004.

ABREU, Maurício de A. Sobre a Memória das Cidades. In: **Revista da Faculdade de Letras – Geografia I – Série**, Porto, v. 14, p. 77-97, 1998.

_____. Construindo uma Geografia do Passado: Rio de Janeiro, Cidade Portuária, Século XVII. In: **Revista GEOUSP: Espaço e Tempo**, v. 4, n. 7, p. 13-25, 2000.

_____. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

BERTOLINI, Jeferson. O Conceito de Biopoder em Foucault: apontamentos bibliográficos. In: **Revista Saberes**, v. 18, n. 3, p. 86-100, 2018.

BOLETIM NOVA AMÉRICA: ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA NOVA, Rio de Janeiro, n. 1, 1944.

_____. n. 2, Rio de Janeiro, 1944.

_____. n. 3, Rio de Janeiro, 1945.

_____. n. 4, Rio de Janeiro, 1945.

_____. n. 7, Rio de Janeiro, 1945.

_____. n. 8, Rio de Janeiro, 1945.

_____. n. 9, Rio de Janeiro, 1945.

_____. n. 11, Rio de Janeiro, 1945.

_____. n. 14, Rio de Janeiro, 1945.

_____. n. 77, Rio de Janeiro, 1951.

_____. n. 78, Rio de Janeiro, 1951.

_____. n. 80, Rio de Janeiro, 1951.

_____. n. 100, Rio de Janeiro, 1953.

BORTOLOZZI, Arlêude. Patrimônio cultural em território urbanizado e a reconstrução das cidades contemporâneas: caminhos e possibilidades da educação patrimonial. In: *Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em: < <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/157.htm> >. Acesso em: outubro de 2020.

BURKE, Peter. História como Memória Social. In: **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 3-89, 2000.

CAMARGO, Natália. Entre os Muros da Fábrica: Cotidiano Fabril e Reivindicações das Trabalhadoras da Indústria Textil no período de 1930 a 1940 em São Paulo. In: **Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH**, Santos – SP, p. 1-16, 2014.

CAPEL, Horacio. La Rehabilitación y el Uso del Patrimonio Histórico Industrial. In: **Doc. Anál. Geogr.** n. 29, p. 19-50, 1996.

CARLOS. Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 9. ed. 2. reimpress. São Paulo: Contexto, 2015 [1992].

CARMO, Paulo. **A Ideologia do Trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2005.

CARNEIRO, Patrício. Questões teóricas e metodológicas da Geografia Histórica. In: **Terra Brasilis (Nova Série) [Online]**, v. 10, p. 1-16, 2018. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/3166>>. Acesso em: 19 abril de 2019.

CARVALHO, Delgado de. **História da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secret. Mun. de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, 1990.

CARVALHO, Karoliny. Lugar de Memória e Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio: interfaces com o turismo cultural. In: **Turismo – Visão e Ação**, v. 13, n. 2, p. 149-165, 2011.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução: Teresa Castro, Lisboa: Edições 70, 2000.

CLAVAL, Paul. A Paisagem dos Geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: UERJ, p. 245-276, 2012 [2004].

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. O Urbano e a Cultura: alguns estudos. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Cultura, Espaço e o Urbano**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 141-165, 2006.

_____. Espaço e simbolismo. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 133-154, 2012.

_____. A Geografia Cultural e o Urbano. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 167-186, 2014[2003].

_____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES; Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 16. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, p. 15-48, 2014 [1995].

_____. Processos, Formas e Interações Espaciais. In: **Revista Brasileira de Geografia**, v. 61, n.1, p. 127-134, 2016.

_____. **Caminhos Paralelos e Entrecruzados**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Geografia Cultural: apresentando uma antologia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 9-18, 2013.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. Geografia: Conceitos e Paradigmas – Apontamentos Preliminares. In: **GEOMAE Campo Mourão**, Paraná, v.1, n.2, p. 25-56, 2010.

COSTA, Otávio. Memória e Paisagem: em busca do simbólico dos lugares. In: **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, Edição Comemorativa, p. 149-156, 2008.

COSTA, Rogério da. Sociedade de Controle. In: **São Paulo em Perspectiva**, v.18, n.1, São Paulo, p. 161-167, 2004.

D'ÁLESSIO, Márcia. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 97-103, 1992.

DEZEN-KEMPTER, Eloísa. Patrimônio Industrial: em busca da sobrevivência. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Leopoldo – RS, sem paginação, jul. 2007.

_____. Territórios Fabris Resilientes: cinco casos a considerar. In: **Anais do VI Colóquio L. Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio industrial**. São Paulo, v.1, p. 1-22, 2012.

EDWARDS, J.; COIT, J. Mines and Quarries: Industrial Heritage Tourism. In: **Annals of Tourism Research**, v. 23, n. 2, p. 341-363, 1996.

ENDERS, Armelle. Les Lieux de Memoire, Dez Anos Depois. In: **Revista Estudos Históricos – Fundação Getúlio Vargas**, v.6, n.11, p. 132-137, 1993.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Operária Trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B.A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010 [1845].

FIGUEIREDO, Lauro. Perspectivas de Análise Geográfica do Patrimônio Cultural: algumas reflexões. In: **Geografia Ensino & Pesquisa**, vol. 17, n. 1, p. 55-70, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Microfísica do poder.** Organização, revisão e introdução técnica de Roberto Machado. 28 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramalhete. 34 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

FUNARI, Pedro; PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio Histórico e Cultural.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

GIMENES, Lourenço. A Cidade-Jardim no Rio de Janeiro – RJ: Uma Experiência Singular. In: **Revista Municipal de Engenharia**, Rio de Janeiro, p. 16-30, 1998.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro – RJ: novas perspectivas de análise.** Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1988.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o Tempo Presente: entre a memória e o Patrimônio Cultural. In: **Historiae**, Rio Grande, n. 3, v. 3, p. 27-46, 2012.

GONDAR, Jô. Memória Individual, Memória Coletiva, Memória Social. In: **Morpheus – Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, n. 13, p. 1-6, 2008.

_____. Cinco proposições sobre memória social. In: DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco; GONDAR, Jô (Org.). **Por que memória social?** 1. ed. Rio de Janeiro: Híbrida, p. 10-40, 2016.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (org.). **O que é Memória Social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

GRAHAM, Brian; ASHWORTH, Greg; TURNBRIDGE, John. **A Geography of Heritage: power, culture, economy.** London: Arnold, 2000.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades-Jardins do Amanhã.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

JONSEN-VERBEKE, Myriam. Industrial Heritage: a nexus for sustainable tourism development. In: **Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Space, Place and Environment**, n.1, v.1, p. 70-85, 1999.

KÜHL, Beatriz. Patrimônio Industrial: algumas questões em aberto. In: **Arq.Urb**, v. 3, p. 23-30, 2010.

LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça.** Tradução: Alain François. São Paulo: EDIPRO, 2016 [1880].

LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio Industrial como Tema de Pesquisa. In: **Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente**. Florianópolis: UDESC; ANPUH-SC; PPGH, p. 1819-1834, 2011.

MESQUITA, Zandor; PIEROTTE, Otávio. O Patrimônio Industrial como Elemento da Paisagem Cultural e a Paisagem Cultural Conformando o Patrimônio Industrial: uma relação conceitual. In: **Geosul**, v. 33, n. 69 (Dossiê: Geografia Cultural), p. 66-87, 2018.

MISATO, Marcelo; ZANIRATO, Sílvia. O Passivo Ambiental da Industrialização Paulistana, Um Patrimônio Incômodo?. In: **Anais do IV Congresso Internacional de História**. Maringá: UEM, sem paginação, 2013.

MOREIRA, Ruy. Ascensão e Crise de um Paradigma Disciplinar (O Espaço do complexo CSN – Volta Redonda). In: **Caderno Prudentino de Geografia**, São Paulo, n. 18, p. 40-64, 1996.

_____. **Formação Espacial Brasileira: uma contribuição crítica à geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

NETO, Francisco Estácio. **Esquizoanálise, subjetividade e educação**. Tese (doutorado). Araraquara - SP: Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, 2009.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Khoury. In: **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. O padrão de localização da indústria têxtil no Brasil e no Rio de Janeiro – RJ, em fins do século XXI. **Revista Terra Livre**, ano 24, v.1, n.30, p. 135-150, 2008.

_____. Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro – RJ. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. X, núm. 218 (51), 1 de ago. de 2006. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-51.html>>. Acesso em: 09 de jun. 2016.

ORTIGOZA, Sílvia; FREITAS, Mirlaine; CÂNDIDO, Fabiana. A Transformação da Memória em Mercadoria: fim da produção fabril e a continuidade da “Marca”. In: **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo**, n. 24, p. 50-62, 2008.

ORWELL, George. **1984**. Tradução de: Alexandre Hubner, Eloísa Jahn; Posfácio Erick Fromm, Bem Pimlott, Thomas Pynchon. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PAES, Maria. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SAN SOLO, D. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 162-176, 2009.

PEREIRA, Nabila. Patrimônio cultural, turismo e ordenamento territorial. In: **Turismo & Sociedade**, v. 10, n. 3, p. 1-14, 2017.

PIMENTA, Ricardo. **Retalhos de memórias: trabalho e identidade nas falas de operários têxteis do Rio de Janeiro**. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2005.

_____. Vozes entre chaminés: memória, narrativa e experiência dos trabalhadores têxteis no Rio de Janeiro – RJ. In: **Anais do evento Quartas no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, vol.1, p. 1-11, 2007.

POZO, Paz. Patrimonio Industrial y Cultura del Territorio. In: **Boletín de la A.G.E.**, n.34, p. 213-227, 2002.

POZO, Paz; GONZÁLEZ, Pablo. Industrial Heritage and Place Identity in Spain: from monuments to landscapes. In: **The Geographical Review**, n.102, v.4, p. 446-464, 2012.

RAMOS, Paulo. Recuperar um Símbolo do Passado: o "Arco" de Euston, em Londres. Patrimônio, Vandalismo e Arqueologia Industrial. In: **Al-madam**, n.21, p. 142-146, 2017.

RÉBÉRIOUX, Madeleine. Lugares de Memória Operária. In: SÃO PAULO (cidade), **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**, São Paulo: DPH, p. 47-56, 1992.

RIBEIRO, Felipe. Apontamentos sobre a indústria têxtil fluminense no contexto pós Segunda Guerra Mundial: padrões e peculiaridades de fábricas com vilas operárias. In: **Espaço e Economia [Online]**, n. 12, p. 1-18, 2018. Disponível em: <http://www.journals.openedition.org/espacoeconomia/3269>>. Acesso em: 19 de abril de 2019.

RIBEIRO, Rafael Winter. Gestão da Paisagem, Gestão da Cidade: quais os legados do Rio de Janeiro para o Patrimônio Mundial?. In: **Revista CPC**, n.14 (27), p. 144-166, 2019.

RIX, Michael. Industrial Archaeology. In: **The Amater Historian**, vol. 2, n. 8, p. 225-229, 1955.

ROSA, Carolina. O Patrimônio Industrial: a construção de uma nova tipologia de patrimônio. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, sem paginação, jul. 2011.

ROSSI. p. **O passado, a memória e o esquecimento: seis ensaios da história das ideias**. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RUDD, Michelle; DAVIS, James. Industrial Heritage Tourism at the Bingham Canyon Copper Mine. In: **Journal of Travel Research**, v. 36, p. 85-89, 1998.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6.ed., 2. reimpres. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012 [1978].

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6.ed., 2. reimpress. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017 [1996].

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed., 9. reimpress. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014 [1988].

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco. Dos Lugares de Memória ao Patrimônio: emergência e transformação da ‘problemática dos lugares’. In: **Projeto História**, São Paulo, n.52, p. 245-279, 2015.

SCIFONI, Simone. Lugares de Memória Operária na Metrópole Paulistana. In: **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, N°33, p. 98- 110, 2013.

_____. Tombamento e Participação Social: Experiência da Vila Maria Zélia, São Paulo – SP. In: **Revista CPC**, São Paulo, n.22, p. 176-192, 2017.

SILVA, Marcelo Werner da. A Geografia e o estudo do passado. In: **Terra Brasilis (Nova Série) [Online]**, nº 1, p. 1-17, 2012. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/246%3e>>. Acesso em: 01 maio de 2019.

SIQUEIRA, Vinicius. Sociedade disciplinar – Michel Foucault. In: **Colunas Tortas**, São Paulo. 19 de maio de 2020. Disponível em: <<http://www.colunastortas.com.br/sociedade-disciplinar>>. Acesso em: 3 de fevereiro de 2021.

SOTRATTI, Marcelo. **Imagem e patrimônio cultural: as ideologias espaciais da promoção turística internacional do Brasil – EMBRATUR 2003-2010**. Tese (doutorado). Campinas – SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage. **Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial**, 2003. Disponível em: <<https://www.ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese>>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

VIEIRA, Ana Lúcia. **“A colaboração lhe bate à porta”:** **visitadoras sociais e política de normatização de corpos e mente de operários e operárias de uma indústria têxtil no Rio de Janeiro – RJ (1944-1953)**. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2012.

VIEIRA, Guilherme Lopes. O museu como lugar de memória: o conceito em uma perspectiva histórica. In: **Revista Mosaico**, v. 8, n. 12, p. 139-162, 2017.

WEID, Elisabeth von de. Estratégias empresariais e processo de industrialização. A Companhia América Fabril, 1878-1930. In: **H-industri@ – Revista de Historia de la Industria Argentina y Latino-americana**, ano 3, n. 5, p. 1-33, 2009.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 1972. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 01 de janeiro de 2019.